



Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
(Departamento de Geologia da UTAD – Departamento de Território, Arqueologia e Património  
do IPT)

**Mestrado em**  
**ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA E ARTE RUPESTRE**

**Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade: Educação,  
Preservação e Fruição Social**

Um estudo de caso em Coronel José Dias, Piauí-Brasil

**Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues**

**Orientadores:**

Professor Doutor Luiz Oosterbeek

Professor Doutor Rossano Lopes Bastos

**Júri:**

*Ano académico 2009/2011*



Dedico aos homens da minha vida:  
os Jorlans - esposo e filho.  
meus amores e amigos de todos  
os caminhos e de todas as horas.

## **Agradecimentos**

É chegada a reta final, momento de agradecer aos colaboradores que caminharam comigo em toda a trajetória desse mestrado. O percurso foi longo, difícil, sofrido, mas compensador. Por isso, meus sinceros agradecimentos:

A Cris Buco, minha mestre amiga. Por ter escolhido o Piauí para desenvolver um trabalho fantástico e pioneiro de educação com a comunidade, pela dedicação a serra da capivara, por ter acreditado no nosso potencial humano, pelos ensinamentos e pela orientação em toda trajetória do mestrado.

A Jorlan da Silva Oliveira, meu companheiro, meu porto seguro, pelo apoio decido, por ter suportado minha ausência durante esse processo, pela ajuda nos trabalhos do mestrado e em todo direcionamento desta pesquisa e me impulsionado a seguir sempre firme, e sobretudo, pelo grande arqueólogo (sem diploma) que é. E ao meu filho, Jorlan da Silva Oliveira Filho, por apesar de ser tão jovem ter suportado ficar longe de mim e pela linda frase “mamãe vai ser bom para você, pode ir, eu vou sentir saudades, mas aguento”.

Aos meus pais (Expedito Rodrigues do Nascimento e Lourival Dias Gomes) e minhas mães (Elizabeth da Silva Rodrigues e Maridete M<sup>a</sup> da Silva Gomes) pelo amor, tolerância e zelo nesse processo cheio de altos e baixos. E à minha irmã Marília Gomes pela cumplicidade e apoio decidido, ao meu primo Sócrates França pela colaboração e escuta, meu prestativo cunhado Cilândio Miranda pela ajuda nas impressões de textos e demais colaborações, meus irmãos, tios, tias, sobrinhos e cunhadas que, nos bastidores, me ajudaram em todo esse processo.

Ao professor Dr<sup>o</sup> Luiz Oosterbeek, pelo incentivo mesmo antes de prestar o mestrado, pelos conhecimentos partilhados, pela orientação, pelo apoio institucional e financeiro em todo o tempo que estive em Portugal, pela amizade, pela segurança que sempre me passou e pelo ser humano generoso que é.

Ao professor Dr<sup>o</sup> Rossano Lopes Bastos, pela orientação, pela amizade, confiança, paciência e aprendizado.

À grande mestra Mila Simões de Abreu, pelos ensinamentos, pelos conselhos, pela amizade e apoio em todos os momentos do mestrado.

À querida professora Sara Cura pelo apoio decidido, correções e orientações. A Anabela Borralheiro por ter me acolhido com tanto carinho em Mação e nos projetos do Museu. A Pedro Cura por ter me acolhido no projeto ANDAKATU e pelos conhecimentos partilhados, sobretudo pelo amor à educação.

Ao Instituto Politécnico de Tomar e a Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro pela oportunidade. A todos os docentes do mestrado e ao secretariado das relações internacionais em nome de Catarina Freire pelo apoio institucional.

Aos colaboradores do trabalho de campo Nara Luzia, Evair Rodrigues e Claucíndia Rodrigues. Aos amigos especiais que me ajudaram no percurso da escrita, com dicas e sugestões bibliográficas em especial a Luciana Ribeiro, Francimário Vito e André Moura. A Maxim Jaffe pela ajuda na organização das tabelas, mapas e pesquisas no IBGE e a Camila Figueiredo pela ajuda nas correções.

A prefeitura municipal de Coronel José Dias, por meio do prefeito Alencar Pereira e ao secretário de educação José Roberto da Silva Costa por incentivar seus profissionais à qualificação e por ter me concedido dois anos de licença remunerada para cursar o mestrado, apoiando-me em todo o processo. E a colega de profissão Filomena Neiva pelas indicações e apoio.

Ao seu Geovane Martins, homem forte, bravo, sertanejo e sábio que muito contribuiu com esta pesquisa.

Aos funcionários do Museu de Arte Rupestre e do Sagrado Vale do Tejo e ao Instituto Terra e Memória pela preocupação e carinho a mim dispensados.

A Ana Stela de Negreiros Oliveira, chefe do Escritório Técnico do IPHAN, pela concessão dos relatórios e à FUMDHAM pelos mapas.

Aos meus colegas de mestrado, especialmente aqueles que partilharam comigo a casa, estudos, alegrias, incertezas, angustias, lágrimas, sorrisos, cachaças e as vitórias: Antonella Pedergrana, André Moura, Ariana Braga, Barbara Cascaes, Barbara Rogens, Erika Gomes, Cinthia Moreira, Daniela Sophiati, Luzia Bastos, Marcos César e Rachel.

Por fim, com tom especial agradeço a meu povo coronelino que rezou, torceu por mim e contribuiu com esta pesquisa.

## **Resumo**

No contexto das discussões atuais sobre preservação do patrimonial cultural as comunidades que vivem no entorno dos bens patrimoniais são consideradas responsáveis diretas pela sua salvaguarda e o instrumento mais utilizado para fomentar essa aproximação é a educação. O presente estudo é resultado da investigação desenvolvida na comunidade de Coronel José Dias/PI, situada no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), Patrimônio da Humanidade pela UNESCO e tem como principal objetivo perceber as relações estabelecidas entre comunidade e parque, principalmente no que concerne à sua valorização, acessibilidade, preservação e fruição social. Para tanto, foi necessário elaborar uma abordagem teórica sobre o conceito de patrimônio cultural, documentos oficiais de proteção patrimonial no âmbito nacional e internacional e o papel da educação nos processos de inclusão social e preservação patrimonial, para em seguida contextualizar a área de estudo, delineando o histórico de criação do município, as motivações de criação do Parque e as relações instituídas com a comunidade. A metodologia de pesquisa foi estruturada através de revisão bibliográfica, análise dos programas educacionais desenvolvidos pelos órgãos gestores do PNSC e poder público. Buscou-se entender sob a ótica da própria comunidade como se deram essas relações no decorrer do tempo através de aplicação de inquéritos por questionários.

Palavras- chave: Patrimônio cultural, educação patrimonial, comunidade, Piauí

## **Abstract**

In the context of the current discussions about the preservation of cultural heritage, communities living in the surroundings of the cultural asset are considered directly responsible for its safeguarding, and education is the most used instrument to promote this approach. This work is the result of the research undertaken in the community of Coronel Jose Dias / IP, located in the vicinity of the National Park of Serra da Capivara (PNSC), which is designated as a World Heritage Site by the UNESCO. The main objective of this thesis was to understand the relationships between the community and the park, especially with regard to its use, accessibility, preservation and social fruition. Hence, it was necessary to develop a theoretical approach to the concept of cultural heritage, to the official documents of Heritage protection at the national and international levels and to the role of education in the processes of social participation and preservation of assets. Therefore, the studied area was contextualized outlining the process of creation of the municipality, the purposes of creating the park and the established relationships with the community. The research methodology was structured through literature review and the analysis of educational programs, which were developed by the governing bodies of the PNSC and by the government. To better understand this relationship and its development throughout time, we tried to focus on the perspective of the community through the application of questionnaire based surveys.

Keywords: Cultural heritage, heritage education, community, Piauí

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
A pesquisa.....	15
<b>1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PROCEDIMENTOS</b>	<b>21</b>
<b>METODOLÓGICOS.....</b>	
1.1 Patrimônio: conceito e evolução.....	21
1.2 Contexto legal e institucional do patrimônio cultural.....	25
1.2.1 A Legislação de proteção do patrimônio arqueológico no Brasil.....	29
1.3 Educação centrada no patrimônio cultural.....	32
1.4 Arqueologia, comunidade, educação patrimonial e usos.....	38
1.5 Procedimentos metodológicos.....	41
1.5.1 Problemas metodológicos na pesquisa.....	43
1.5.2 Detalhamento da Metodologia.....	44
<b>2 CORONEL JOSÉ DIAS E PARQUE NACIONAL SERRA DA</b>	<b>47</b>
<b>CAPIVARA: SURGIMENTO E CONTEXTO .....</b>	
2.1 Coronel José Dias: breve histórico.....	47
2.1.1 Enquadramento do município.....	51
2.1.2 Perfil econômico e social atual.....	53
2.2 Comunidade, o Parque Nacional Serra da Capivara e as relações	58
instituídas.....	
2.3 Enquadramento: Parque Nacional Serra da Capivara.....	72
<b>3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL NOS PROCESSOS</b>	
<b>DE INCLUSÃO SOCIAL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA</b>	
<b>CAPIVARA.....</b>	<b>77</b>
3.1 Fundação Museu do Homem Americano e os projetos de educação	7

e sustentabilidade.....	
3.1.1 Programa educacional.....	80
3.1.2 Situação atual.....	92
3.2 O Escritório Técnico do IPHAN/Piauí e o programa de educação patrimonial em Coronel José Dias.....	93
3.2.1 O programa de educação patrimonial.....	95
3.3 Gestão pública municipal e a educação contextualizada.....	100
3.3.1 Propostas em andamento.....	107
<b>4 RECONHECIMENTO, APROPRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: O OLHAR DA COMUNIDADE.....</b>	<b>110</b>
4.1 Procedimentos de análise.....	110
4.1.1 Valor .....	112
4.1.2 Acessibilidade .....	124
4.1.3 Preservação.....	129
4.1.4 Fruição Social .....	134
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXO I:</b> Ficha dos inquéritos aplicados na comunidade de Coronel José Dias	
<b>ANEXO II:</b> Livros idealizados e elaborados pela comunidade de Coronel José Dias, projeto Pólo das Origens.	

## Índice de Quadros

Quadro 01: Categorias para registro dos bens culturais da UNESCO	28
Quadro 02: Critérios para classificação dos bens culturais na LPM...	28
Quadro 03: Vantagens e desvantagens sobre os questionários abertos e fechados.....	42
Quadro 04: Universo das pessoas pesquisadas no trabalho de campo.....	45
Quadro 05: Escolaridades das pessoas que respondem aos inquéritos.....	46
Quadro 06: Número de pessoas matriculadas nas escolas da educação infantil ao ensino médio em Coronel José Dias, 2010.....	57
Quadro 07: Fundamentos para criação do PNSC.....	74
Quadro 08: Objetivos e diretrizes do ensino profissionalizante.....	82
Quadro 09: Ações do ensino profissionalizante proposto pelos NACs	83
Quadro 10: Resumo das atividades desenvolvidas no Núcleo de Apoio à Comunidade.....	85
Quadro 11: Programa do projeto Pró-Arte FUMDHAM .....	90
Quadro 12: Atividades educativas do Programa de Educação Patrimonial IPHAN.....	98
Quadro 13: Objetivos e diretrizes da proposta de convivência com semiárido.....	101
Quadro 14: Atividades no âmbito da educação contextualizada.....	103



## Índice de Estampas

### Lista de Figuras

Figura 01: Mapa de Coronel José Dias e cidades limites.....	52
Figura 2: Mapa do PNSC e a localização de Coronel José Dias.....	55
Figura 3: Vista do Boqueirão da Pedra Furada.....	55
Figura 4: Mapa de localização dos sítios arqueológicos no município de Coronel José Dias - dentro do PNSC e fora.....	56
Estampa I - Figura 5: Povoado antigo Zabelê, década de 1980.....	71
Estampa I - Figura 6: Passeios de feriados no alto da Capivara, década de 1980.....	71
Estampa I - Figura 7: Plantação de Milho, década de 80. Est I, Figura 7: Casa e bois no Zabelê.....	71
Estampa I - Figura 8: Casa e bois no Zabelê.....	71
Estampa I - Figura 9: Equipe da missão franco-brasileira década de 1980.....	71
Estampa I - Figura 10: Chegada da Toyota da equipe franco-brasileira ao antigo Zabelê década de 1980.....	71
Figura 11: Mapa de localização do Parque Nacional Serra da Capivara.....	73
Figura 12: Vista do Parque Nacional Serra da Capivara em Coronel José Dias.....	73
Figura 13: Sítio toca do Pajau.....	76
Figura 14: Equipe de conservação do PNSC.....	76
Figura 15: Sítio toca do Barro.....	76
Figura 16: Sítio toca do baixão do paraguaio II.....	76
Figura 17: Categorias para avaliação dos inquéritos.....	111
Figura 18: Coronel José Dias.....	140
Figura 19: Praça da igreja de São José, Cel. José Dias.....	140

## Índice de Tabelas

Tabela 01: Você já ouviu falar em arqueologia? Em quais meios de comunicação?.....	112
Tabela 02: Você sabe o que é um sítio arqueológico?.....	115
Tabela03: Para você qual a importância das pinturas rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara?.....	116
Tabela 04: O que você considera patrimônio cultural no seu município:.....	117
Tabela 05: No Parque Nacional Serra da Capivara os pesquisadores realizam diversas pesquisas arqueológicas. Você sabe a importância desses estudos para a comunidade de Coronel José Dias.....	118
Tabela 06: Você já visitou o Parque Nacional Serra da Capivara?.....	125
Tabela 07: Você já visitou o Museu do Homem Americano?.....	127
Tabela 08: Você já participou de cursos, palestras, projetos educacionais sobre a importância de preservar o nosso patrimônio cultural, principalmente o Parque Nacional Serra da Capivara.....	129
Tabela 09: Quem deve preservar o patrimônio do PNSC.....	130
Tabela 10: Você acha que a caça predatória de animais selvagens deve ser permitida?.....	132
Tabela 11: Quais seriam as melhores soluções para resolver os problemas da caça de animais selvagens na nossa região?.....	133
Tabela 12: Você já ouviu falar em turismo sustentável?.....	135
Tabela 13: Se sua cidade for contemplada com um museu o que você gostaria de ver em exposição?.....	136
Tabela 14: O que você gostaria que o turista conhecesse na sua cidade?.....	138

## Índice de Gráficos

Gráfico 01: Você já ouviu falar em arqueologia? Em quais meios de comunicação?.....	113
Gráfico 02: Você sabe o que é um sítio arqueológico?.....	115
Gráfico 03: Para você qual a importância das pinturas rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara?.....	116
Gráfico 04: O que você considera patrimônio cultural no seu município:.....	118
Gráfico 05: No Parque Nacional Serra da Capivara os pesquisadores realizam diversas pesquisas arqueológicas. Você sabe a importância desses estudos para a comunidade de Coronel José Dias.....	119
Tabela 06: Você já visitou o Parque Nacional Serra da Capivara?.....	125
Gráfico 07: Você já visitou o Museu do Homem Americano?.....	127
Gráfico 08: Você já participou de cursos, palestras, projetos educacionais sobre a importância de preservar o nosso patrimônio cultural, principalmente o Parque Nacional Serra da Capivara.....	129
Gráfico 09: Quem deve preservar o patrimônio do Gráfico .....	131
Gráfico 10: Você acha que a caça predatória de animais selvagens deve ser permitida?.....	132
Gráfico 11: Quais seriam as melhores soluções para resolver os problemas da caça de animais selvagens na nossa região?.....	133
Gráfico 12: Você já ouviu falar em turismo sustentável?.....	138
Gráfico 13: Se sua cidade for contemplada com um museu o que você gostaria de ver em exposição?.....	138
Gráfico 14: O que você gostaria que o turista conhecesse na sua cidade?.....	139

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ABHA: A Água e o Berço do Homem Americano

BID: Banco Iberoamericano para o Desenvolvimento

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPF: Boqueirão da Pedra Furada

CEA: Centro de Educação Ambiental

CEDUC: Coordenação de Educação Patrimonial

CENPEC: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CJD: Coronel José Dias

DPHAN: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ECSA: Educação Contextualizada no Semiárido

EJA: Educação de Jovens e Adultos

EMBRATEL: Empresa Brasileira de Telecomunicações

FIOCRUZ: Fundação Osvaldo Cruz

FUMDHAM: Fundação Museu do Homem Americano

FUNDEB: Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IA: Instituto de Artes de São Paulo

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICOMOS: Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPARJ: Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LPM: Lista de Patrimônio Mundial

MEC: Ministério da Educação

NACs: Núcleos de Apoio a Comunidade

ONG: Organização não Governamental

PEP: Programa de Especialização em Patrimônio

PNSC: Parque Nacional Serra da Capivara

SIASI: Sistema Ayrton Senna de Informação da Área de Educação

SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UESPI: Universidade Estadual do Piauí

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para Infância

UNIVASF: Universidade Federal do Vale do São Francisco

## **Introdução**

Esta pesquisa decorre dos processos de reflexão e inquietação vivenciados pela pesquisadora simultaneamente como natural de Coronel José Dias e educadora patrimonial referentes às ações educativas direcionadas à temática do patrimônio arqueológico como suporte de (re) valorização, apropriação e inclusão social desenvolvidas nas comunidades do entorno Parque Nacional Serra da Capivara como colaboradora da FUMDHAM, prefeitura e IPHAN/PI, nos anos de 1997 a 2008. Nesse sentido, a ideia de desenvolver esta pesquisa nasceu dessas experiências.

Diante de reflexões, tensões, e orientações, surgiu a proposta de buscar entender sob a ótica da própria comunidade como as relações entre comunidade e Parque foram instituídas no decorrer do tempo e as contribuições que os projetos sociais desenvolvidos pelos órgãos gestores do parque – juntamente ao IPHAN e poder público – trouxeram para Coronel José Dias.

### **A pesquisa**

No cerne das discussões contemporâneas sobre a preservação do patrimônio cultural a educação tem desempenhado com tenacidade um papel fulcral, pois a práxis educacional figura como um suporte primordial no processo de formação de sujeitos conscientes, críticos e ativos, permitindo-os o pleno exercício da cidadania, responsabilidade social e tomada de decisões, tornando-os protagonistas de sua própria história (FREIRE 1979).

No arcabouço da preservação do patrimônio cultural sujeitos conscientes estarão aptos a construir “um futuro menos predatório” (CASCO, 2006:03), pois o conhecimento crítico, e a apropriação das comunidades de seu patrimônio são a garantia de preservação, usos sustentáveis e fruição social no presente e para o futuro.

Nesse processo, a educação patrimonial vem se tornando um fator essencial na proteção do patrimônio cultural, pois como assevera Mário de Andrade e Luiz Magalhães (citados por RODRIGUES, 2009) a proteção do patrimônio depende da educação popular.

O processo educativo, seja em qualquer área do conhecimento, leva o indivíduo a utilizar suas capacidades intelectuais para a obtenção de habilidades e conceitos que serão utilizados na vivência cotidiana. E um dos objetivos que a educação patrimonial propõe, segundo Horta (1999), é estimular situações de aprendizagem sobre os processos culturais, seus produtos e manifestações, que doravante despertarão nos sujeitos o interesse em resolver assuntos significativos para sua vida individual e coletiva.

Nesses termos o conhecimento sobre patrimônio cultural de um determinado lugar pode provocar nos sujeitos a curiosidade de saber mais e consequentemente desenvolver um sentimento de pertencimento e apropriação consciente.

Essa nova proposta se afirma cada vez mais nas políticas preservacionistas do Brasil, que podem ser aplicadas a qualquer evidência material, manifestações culturais, obras de arte, conjuntos de bens, sítios históricos ou arqueológicos, parques, ou seja, quaisquer expressões que resultam na interação do indivíduo com seu meio (HORTA, 1999).

Diante disso, envolver as comunidades que vivem no entorno dos bens patrimoniais tornou-se essencialmente a ação mais importante quando o assunto é preservação, pois como afirma Funari (2001), a comunidade é a maior guardiã de seu patrimônio, inclusive as principais recomendações nacionais e internacionais de proteção do patrimônio assumem essa importância. Dentro dessa perspectiva, várias iniciativas podem ser empreendidas para fomentar essa aproximação, e ajudar as comunidades a se apropriarem conscientemente através do fortalecimento dos laços entre passado e presente, sobretudo quando se trata do patrimônio arqueológico.

No entanto, é preciso ter em mente que não existem fórmulas para o desenvolvimento da educação patrimonial, cada lugar é único e as necessidades e conflitos pessoais e coletivos de cada região também. Sendo assim, as ações de educação patrimonial devem ser planejadas com a comunidade (FREIRE, 2002), através de uma participação ativa e integrada.

Na região semiárida do sudeste do Piauí, foi criado o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), conhecido mundialmente pelas pesquisas arqueológicas pré-históricas que indicam a presença do primeiro homem



moderno nas Américas. A esse patrimônio arqueológico está agregado um acervo de arte rupestre nos mais de 600 paredões rochosos areníticos, configurado de suma relevância para a compreensão da vida desses grupos humanos. O seu plano de gestão é também visto como um dos mais bem sucedidos, com projeção nacional e internacional.

Em termos legais, com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, tornou-se necessário a implantação de um plano de manejo para traçar diretrizes para a sua gestão, incluindo o desenvolvimento de pesquisas sobre a interação dos grupos humanos e o ambiente, desde a pré-história aos dias atuais e integrar a população local à preservação desse patrimônio ( PESSIS *et al*/ 1991).

Essa integração se deu através da implantação de um sistema intensivo de preservação patrimonial, fomentando os cuidados com o meio ambiente, o desenvolvimento de uma política autossustentável, econômica e social nas cidades do seu entorno, São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí respectivamente. Visando, sobretudo, que as ações educativas centradas no patrimônio ambiental/cultural eram imprescindíveis à efetiva preservação e apropriação consciente, tendo em vista que naquela época a comunidade além de viver em condições de extrema pobreza não compreendia a legislação de proteção ambiental e patrimonial (PESSIS *et al*, 1991).

Muitos problemas surgiram com a criação do Parque, sobretudo no município de Coronel José Dias, pois viviam muitas famílias instaladas em grande parte do território que fora delimitado para criação da Unidade de Conservação. Na lista dos problemas enfrentados cita-se as desapropriações de um segmento da comunidade, a caça de animais selvagens, como uma ocorrência permanente, a depredação dos sítios arqueológicos, uma vez que usavam os abrigos para fins de moradias e acampamento.

Acredita-se que muitos dos casos de destruição antrópica aconteciam por falta de instrução e despreparo da população, por isso umas das prioridades do plano de manejo foi o desenvolvimento de programas educacionais com as populações locais.

Devido à complexidade de problemas enfrentados para proteger o Patrimônio Cultural da Serra da Capivara, as ações de cunho social tornaram-

se prioridade, com a implantação de vários projetos envolvendo educação, saúde e desenvolvimento sustentável. Sua importância decorre não apenas de uma necessidade de consolidar a proteção do parque, mas de um dever de contribuir para a formação da cidadania, apoiada também em um conhecimento emancipatório e uma postura crítica.

No entanto, o poder público não assegurou a estabilidade dos projetos pedagógicos que foram sendo implementados, e as constantes rupturas nos programas educacionais causaram imagens negativas na comunidade. Pois a sua descontinuidade corta um processo educacional provocando uma imprecisão nos resultados alcançados, tendo em vista que um processo educacional, sobretudo quando diz respeito à sensibilização de uma comunidade, acontece paulatinamente e os resultados só serão visto a longo prazo.

Partindo dessa conjuntura, a problemática desta pesquisa se estrutura da seguinte maneira: As ações educativas desenvolvidas ao longo dos anos contribuíram para aproximar a comunidade de Coronel José Dias ao patrimônio cultural do Parque Nacional Serra da Capivara? O que deverá ser feito adiante, quais os elementos que deverão ser agregados para que a população possa se beneficiar plenamente desse patrimônio de forma sustentável, tendo a educação patrimonial como um instrumento que fomente esse processo?

Diante dessas questões consideramos a seguinte hipótese: Os programas educativos centrados no patrimônio cultural do Parque Nacional Serra da Capivara desenvolvidos por diversas instituições contribuíram para aproximar a comunidade de Coronel José Dias ao seu patrimônio cultural e desenvolver um sentimento de pertencimento. Mas, ainda não foram suficientes para que a mesma compreendesse que podem usufruir desse patrimônio de forma sustentável. Faz-se necessário agregar novos elementos e estes devem ser acrescentados por parcerias, inclusive com o poder público, partindo de iniciativas integradas desde seu início com a comunidade.

Acredita-se que as ações educativas para informar, despertar sentimento de pertencimento e conhecimento já apresentaram resultados positivos atingindo alguns segmentos da comunidade, e de agora em diante as atividades educacionais devem agregar esses novos elementos: o de mostrar o

potencial do Parque como fonte de desenvolvimento sustentável partindo de iniciativas da própria comunidade; salienta-se o caso do projeto Pólo das Origens e de outros que estão sendo implementados. Parcerias com o poder público serão bem-vindas, mas deve haver entendimento e respeito mútuo.

Com isso a presente dissertação objetiva perceber as relações estabelecidas entre Comunidade de Coronel José Dias e Parque Nacional Serra da Capivara no que concerne a sua valorização, acessibilidade, preservação e fruição social.

E para alcançamos o objetivo ora proposto, torna-se necessário analisar conceitualmente patrimônio cultural, educação patrimonial e arqueologia social no âmbito das políticas de preservação patrimonial; examinar os projetos educacionais desenvolvidos no município pela Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM, Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional - IPHAN, poder público municipal e parceiros; promover um contato direto com vários segmentos da comunidade, a fim de perceber quais as relações estabelecidas entre comunidade e Parque; e, por fim, traçar estratégias educacionais centradas no patrimônio arqueológico do PNSC como instrumento de cidadania, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Com vista a desenvolver sobre esses assuntos o presente estudo encontra-se estruturado em: introdução, quatro capítulos e as considerações finais.

Na introdução trazemos a trajetória de escolha do tema, os objetivos, problemática, hipóteses, a justificativa da escolha do objeto de pesquisa.

O primeiro capítulo dedica-se aos fundamentos teóricos trazendo os conceitos, evolução do patrimônio cultural, enfatizando as cartas e recomendações legais de proteção patrimonial, destacando o patrimônio arqueológico; fazemos uma discussão sobre o papel da educação centrada no patrimônio cultural mostrando os diversos enfoques conceituais e a importância do papel da arqueologia social para aproximar as comunidades de seu patrimônio arqueológico preservando-o e fazendo uso deste de forma consciente e sustentável. Por fim, trazemos neste capítulo os procedimentos metodológicos da pesquisa.

O capítulo II traz o enquadramento do município de Coronel José Dias através do seu histórico possibilitando a compreensão da sua trajetória política,

econômica e social; em seguida tece-se sobre as relações estabelecidas entre comunidade e PNSC e por fim descreve-se o contexto do Parque Nacional Serra da Capivara enfatizando os aspectos que fundamentaram a sua criação e inscrição na lista de Patrimônio Mundial bem como as medidas de proteção patrimonial.

O Capítulo terceiro propõe uma análise nos relatórios, projetos, publicações dos programas sociais e educativos desenvolvidos no município de Coronel José Dias pela Fundação Museu do Homem Americano; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e gestão pública municipal de Coronel José Dias, nesse processo serão observados as ações desenvolvidas, os resultados alcançados e as discontinuidades, entendendo que todas essas ações foram imprescindíveis para aproximar a comunidade coronelina ao patrimônio cultural do PNSC.

E para melhor entendermos como a comunidade de Coronel José Dias se relaciona com o patrimônio cultural do Parque Nacional Serra da Capivara trazemos no capítulo IV a análise dos inquéritos aplicados com atores sociais de diversas faixas etárias nas categorias valor, acessibilidade, preservação e fruição social.

E por fim no último capítulo são apresentadas as considerações finais, baseadas nos dados levantados, analisados, as observações, recomendações e conclusões oriundas desta pesquisa.

## 1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para discutirmos sobre patrimônio cultural, educação patrimonial e arqueologia social é fundamental entendermos os seus conceitos e fundamentos legais. Este capítulo propõe uma discussão teórica sobre esses conceitos, fundamentos e sua evolução, considerados importantes para a discussão proposta neste trabalho. E por fim, descreveremos os caminhos metodológicos da presente pesquisa.

### 1.1 Patrimônio: conceito e evolução

*A palavra patrimônio soa com um certo desconforto, uma vez que é um tema sobre o qual muito já se falou, mas ainda há muito para dizer, talvez porque associamos à palavra algo que se esvai, que se esgota, que se desvanece.... e que queremos desesperadamente recuperar na sua totalidade (Vitor Oliveira Jorge, 2000).*

À expressão patrimônio atribuem-se conotações diversas no que concerne a sua função de valor. É visto como patrimônio material de valor familiar e econômico ou como patrimônio de valor simbólico representado através de uma memória local, regional, nacional ou planetária. Ambas definições se assentam na idéia de propriedade: individual ou coletiva.

Para o dicionário Aurélio da língua portuguesa patrimônio significa herança paterna, bens de família, dotes pertencentes a um determinado sujeito suscetível de apreciação econômica (FERREIRA, 1986).

Choay (2006:11) refere-se ao patrimônio dentro de duas óticas, a primeira como uma palavra antiga “ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço”, e a segunda como sendo resignificada por vários adjetivos tais como genético, natural e histórico.

Ao patrimônio histórico, Choay (2006) classifica como um bem destinado ao usufruto de uma determinada comunidade ampliando-se a dimensões mundiais “constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se consagraram por seu passado comum (2006:11).

Para Perreiro (2006) existe uma diferenciação nos termos patrimônio e patrimônio cultural. A expressão patrimônio adquire um sentido mais restrito, familiar, fazendo mais referência a um contexto privado e particular, enquanto, patrimônio cultural “tende a ter um sentido público, comunitário e de identificação coletiva alargada” (2006:24).

O conceito patrimonialista de Becerra (1997) citado por Perreiro (2006), define que patrimônio cultural “é a recuperação das memórias do passado desde uma perspectiva presente, para explicar a mudança nos modos de vida”.

Ballart (1997:17), afirma que a noção patrimônio cultural surge quando um indivíduo ou conjunto dele “ identifica como seu um objeto ou um conjunto de objetos”. Perreiro completa: “que patrimônio cultural é uma expressão da cultura de grupos humanos que recupera memórias, ritualiza sociabilidade, seleciona bens culturais e transmite legados ao futuro”. (2006:25). Está ligado diretamente ao valor simbólico que objetos ou bens culturais conferem.

Para Tomaz (2010) o que torna um bem munido de valor patrimonial é a atribuição de sentidos e significados que um determinado grupo social dá a esse bem, que consequentemente justifica a sua proteção. É mister compreender portanto que os variados bens possuam interpretações diversas oriundas dos diferentes grupos sociais, econômicos e culturais, embora em muitos aspectos possam ser o mesmo, pois como “ afirma Roger Chatier (1990 citado por TOMAZ, 2010) todo receptor é, na verdade, um gerador de sentidos e toda leitura é um ato de valorização.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional conceitua que o patrimônio cultural:

é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos. Quanto mais o país cresce e se educa, mais cresce e se diversifica o patrimônio cultural. O patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos nós, brasileiros. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010).

Para a Constituição Federal brasileira de 1988, somam ao patrimônio cultural todos os bens materiais e imateriais, que sejam portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Em linhas gerais, delineamos o patrimônio cultural como um patrimônio que possui importância afetiva, faz referência à memória, à história, e à identidade de um determinado grupo social.

Quando tratamos de bens culturais nos remetemos às formas de conhecimento passadas de geração a geração, às coisas que criamos, à memória oral, às danças, à alimentação, às festas. Tudo isso é importante, pois através desses bens pode-se conhecer a história, os modos de viver, as expressões artísticas pertencentes a cada grupo humano, e que os diferem entre si no tempo e no espaço. Por isso, esse patrimônio é essencial para toda uma coletividade.

Embora ao longo do tempo a expressão patrimônio tenha sofrido transformações semânticas e conceituais, a ela sempre foi atribuída a idéia de valor (FONSECA, 2005). Valor que os seres humanos, individual e social conferem à herança material do passado, valor no sentido de apreço individual e coletivo atribuído aos bens patrimoniais num determinado período histórico (SILVA, S/D) e são esses processos de atribuição de valor que permitem um melhor entendimento do modo como são progressivamente construídos os patrimônios.

Para melhor entendermos a evolução do termo patrimônio como categoria de valor recuaremos no tempo.

A palavra patrimônio estava relacionada aos monumentos<sup>1</sup>, que significava tudo aquilo que for edificado intencionalmente para usufruto de uma determinada comunidade que as façam rememorar acontecimentos, fatos, rituais configurados naqueles espaços. A materialidade do monumento

---

<sup>1</sup> Epistemologicamente monumento vem do latim *monumentum*, que deriva de *monere* que significa advertir, aquilo que faz referência à memória, que nos faz lembrar. Essencialmente sua intenção é tocar pela emoção uma memória, que evoca o passado, perpetua a recordação. O monumento é tudo aquilo que for edificado intencionalmente para usufruto de uma determinada comunidade que a faça rememorar acontecimentos, fatos, rituais configurados naqueles espaços. A materialidade do monumento é uma garantia da perpetuação da identidade de determinados grupos sociais às gerações futuras (CHOAY, 2006).

significava garantia da perpetuação da identidade de determinados grupos sociais às gerações futuras.

Adiante a palavra progrediu para monumento histórico, que segundo Reigl citado por Choay (2006), é nada mais do que uma criação moderna, que decorre de um evento histórico no tempo e no espaço. Em outras palavras, monumento histórico é aquele cuja destinação não foi intencional, que não foi construído com a intenção de rememoração; é o sujeito moderno que o atribui um valor histórico ou artístico.

É a partir dessa mudança de atitude, desse novo olhar técnico ao monumento que surge um novo valor de rememoração, não mais ligado unicamente à memória, mas ao valor histórico e artístico (CHOAY, 2006). Até então, não havia uma restrição amparada pela lei que impedisse a destruição desses monumentos e obras de arte antigas e tampouco a atribuição de valor nacional.

Foi apenas no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, que a noção patrimônio foi consagrada como sendo bem de valor nacional, ou seja, “aquele fundado num sentimento de pertencimento de uma comunidade, no caso a nação” (FONSECA, 2006:33).

Abreu citado por Medonça (2008) completa que:

foi apenas a partir do ideário desencadeado pela Revolução Francesa que o significado de patrimônio estendeu-se do privado, dos bens de uma pessoa ou de um grupo de pessoas - a nobreza -, para o conjunto de cidadãos. Desenvolve-se a concepção do bem comum, e ainda, de que alguns bens formam a riqueza material e moral do conjunto de nação. É no período pós-revolucionário que obras de arte, castelos, prédios e também paisagem vão constituir todo arsenal e bens a serem preservados para um conjunto maior de pessoas. A emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. Era preciso salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição. (MENDONÇA, 2008:58).

Com a atribuição do patrimônio enquanto prática social, a sua proteção foi amparada por uma tutela jurídica, tornando viável a gestão deste pelo estado, em nome da coletividade com base em critérios de atribuição de valor. Inicialmente esses bens selecionados como categoria patrimonial eram os monumentos recentes à categoria da história da arte (MENDONÇA, 2008: 58).



Outro marco de mudança na questão de valorização do patrimônio aconteceu após a segunda guerra mundial, onde deixou-se de valorizar apenas as criações estéticas, as belas artes, venerada pela elite para valorizar também os bens de natureza popular. Assim, o patrimônio passou a ter um sentido de testemunho cultural da humanidade, nascendo então o conceito de “bem cultural” atribuído pela UNESCO em 1954. Desse modo o patrimônio deixa de ser eminentemente “histórico e artístico” para converter-se em cultural (PEREIRO, 2006:32).

Desde então, o patrimônio cultural passou a ser pauta nos debates, convenções mundiais sobre a relevância de salvaguardar uma memória coletiva local, regional, nacional e planetária materializada nos monumentos, sítios arqueológicos, parques, cidades, entre outros. Para esse fim foram criadas leis específicas nacionais e internacionais, assunto deste próximo item.

No que confere ao patrimônio arqueológico, este está representado como um conjunto de locais em que viveram as populações pretéritas, assim como todas as evidências culturais e restos biológicos desses grupos culturais. Nesse sentido, o patrimônio arqueológico é integrado por bens materiais (artefatos de pedra, ossos, restos de habitações, arte rupestre e vestígios de sepultamentos) e pelas informações deles dedutíveis, como por exemplo, a própria disposição locacional das formas dotadas para ocupação do espaço e dos contextos ecológicos para tal (BASTOS, 2007:87).

## 1.2 Contexto legal e institucional do patrimônio cultural

Legalmente o patrimônio cultural é gerenciado no âmbito nacional e internacional por leis, cartas, declarações, decretos, portarias e outros instrumentos legais. No Brasil as disposições legais mais importantes estão inseridas no Decreto-lei nº 25 que cria o instituto do tombamento, na lei da arqueologia nº 3.924/61 e nas atribuições contidas na Constituição Federal de 1988 - Art 215 e 216, e no Decreto nº 3.551/2000 no que diz respeito ao registro.

No setor internacional o patrimônio cultural é orientado através das cartas patrimoniais, declarações, tratados e outros instrumentos legais que tratam do patrimônio arqueológico e turismo cultural.

Internacionalmente os primeiros documentos elaborados que se referiam à proteção dos bens culturais foram a Carta de Atenas (1931 e 1933), a Carta de Veneza (1964) a Carta de Turismo Cultural 1976, a Carta de Lausanne 1990 e varias considerações do International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), entre outras. As cartas patrimoniais são representadas por uma coletânea com as principais recomendações das reuniões ocorridas em várias épocas e diferentes locais do mundo relativas a discussões sobre a proteção do patrimônio cultural.

Outro marco importante no campo da preservação patrimonial foi a criação da UNESCO em 1945, pois é a principal responsável pela “adoção de instrumentos jurídicos instituídos exclusivamente para a proteção de bens culturais” (THOMPSON e MOTA, 2007:6).

Referente ao patrimônio arqueológico a Carta de Nova Delhi e a Carta de Lausanne trazem recomendações importantes no que diz respeito às pesquisas arqueológicas e preservação destas como patrimônio cultural.

A Carta de Lausanne traz especificamente objetivos claros sobre a preservação dos bens patrimoniais e arqueológicos, na qual responsabiliza o Estado pela sua proteção, criação de legislação para gerir e aplicar sanções a esses patrimônios e inventariar os bens. Ressalta ainda, a educação para o grande público e discute a qualificação dos profissionais que trabalham com os bens patrimoniais e, por fim, afirma a necessidade de uma cooperação internacional no sentido de fiscalizar e gerenciar o patrimônio arqueológico (CURY,2004).

Levando em conta que esta pesquisa trata do patrimônio cultural do Parque Nacional Serra da Capivara, cuja arte rupestre foi inscrita como bem cultural na Lista de Patrimônio Mundial (LPM) da UNESCO, consideramos pertinente fazer uma abordagem sobre a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural Mundial.

Foi especificamente em 16 de novembro de 1972, em Paris, e até o ano de 2000 que foi assinada esta convenção com a participação de 159 estados. Esta constitui uma ferramenta que reconhece e protege o patrimônio cultural e natural de reconhecido valor mundial (ROSSLER, 2000 citado por PAUPRETO, 2005). Possui um caráter inovador, pois junta as noções de cultura e de natureza, que anteriormente estavam situadas em planos opostos.

Evidencia ainda proteger os bens patrimoniais dotados de valor universal excepcional, não estando, contudo, centralizado na comemoração de um momento particular perante a humanidade, mas no comprometimento de fazer chegar esse legado às gerações futuras (PAU-PRETO, 2005).

Para Peixoto (2000) citado por Pau-Preto (2005:16) o documento “visa consolidar o conceito de patrimônio mundial, procurando defini-lo e preconizando o desenvolvimento de mecanismos que promovam a sua salvaguarda”. Ainda os estados consignatários à Convenção assumem a obrigatoriedade de proteger no âmbito interno e externo das suas fronteiras, os monumentos e sítios que possam ser notados por todas as pessoas como testemunhos ímpares da diversidade das obras humanas e “como repositórios de um patrimônio comum”. ( PAU:PRETO,2005:16).

Andresen (1999 citado por PAU-PRETO, 2005:16) afirma que a convenção “surge da tomada de consciência a nível mundial de que já havia bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada nação, mas de toda a humanidade e que sua perda por degradação ou desaparecimento constituía um empobrecimento de toda a humanidade”.

Nesse sentido foram criados instrumentos teóricos, com um conjunto de práticas metodológicas e didáticas que pudesse assegurar as referências singulares da criação humana integrando e articulando com os objetivos culturais e socioeconômicos.

A *priori* a convenção definiu duas categorias de bens, os bens de natureza cultural e os bens de natureza natural, adiante a redação do documento foi reelaborada deixando claro que o cultural está intrinsecamente ligado ao natural, definindo a categoria de “paisagem cultural”<sup>2</sup>, pois justifica que o termo deve abranger a diversidade de manifestações da interação entre o homem e o seu meio ambiente natural, que “são desenhadas e criadas intencionalmente pelo homem” (PAU-PRETO, 2005:33).

No período de inscrição do Parque Nacional Serra da Capivara na LPM (Lista Patrimônio Mundial) ainda não existia essa nova definição de paisagem cultural, portanto o mesmo foi inscrito como patrimônio cultural.

---

<sup>2</sup> Mais informações em [www.unesco.com](http://www.unesco.com)

### Quadro 1

#### Categorias para registro dos bens culturais da UNESCO

Monumentos	Constitui as obras arquitetônicas, de escultura, ou de pintura, monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
Os conjuntos	Constitui os grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência.
Os locais de interesse	Constitui as obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Fonte: Adaptado Pau-Preto, 2005:17.

São seis os critérios de classificação dos bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial.

### Quadro 2

#### Crítérios para classificação dos bens culturais na LPM

1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representar uma obra-prima do gênio criador humano</li> </ul>
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Testemunhar uma troca de influências considerável durando um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens.</li> </ul>
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecimento.</li> </ul>
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferecer um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana.</li> </ul>
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituir um exemplo eminente de fixação humana ou de ocupação do território tradicional, representativo ou de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis.</li> </ul>
6	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional.</li> </ul>

Fonte Adaptado Pau-Preto, 2005:19

Para pedir o reconhecimento de um bem e sua consequente inclusão na LPM é necessário uma diversidade de procedimentos complexos, além de comprovar o valor universal e as condições de sua integridade, o proponente deve apresentar um plano de gestão que possibilite a preservação da

integridade dos sítios culturais e garanta a sua acessibilidade ao público. Na convenção também está prevista a remoção de um bem da Lista, caso o sítio passe por uma degradação que comprometa a integridade do bem ou o não comprometimento do estado com as medidas corretivas necessárias dentro do prazo proposto no momento da sua inscrição (PAU-PRETO,2005).

No Brasil a UNESCO já inscreveu na lista de Patrimônio Mundial 18 sítios nas categorias culturais e natural. No que diz respeito ao Parque Nacional Serra da Capivara sua inscrição se deu em 1991 e foi motivada pela excepcionalidade cultural da arte rupestre plasmada nos mais de 600 abrigos sob rochas que representam um testemunho único das civilizações pré-históricas que habitaram a região.

### 1.2.1 A Legislação de Proteção do Patrimônio Arqueológico no Brasil

No Brasil a incumbência legal de proteger e criar mecanismos de preservação do patrimônio cultural nasceu com a fundação do organismo federal intitulado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. No entanto, a política de proteção do patrimônio cultural só foi instituída na década de 1930, mas a sua idealização permeia a década de 1920, no movimento modernista e na instauração do Estado Novo.

No movimento modernistas um grupo<sup>3</sup> de artistas, poetas e intelectuais defenderam a construção de uma identidade nacional materializada inicialmente na arquitetura colonial e arte barroca, “o modernismo representou um esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira, representava a busca de uma identidade cultural brasileira” (LIMA, 2005). Enquanto o Estado Novo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) passou a integrar ao seu projeto de construção de uma identidade nacional a valorização do patrimônio histórico.

O modernista Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo, que elaborou um anteprojeto de lei visando a proteção do Patrimônio brasileiro, que visava institucionalizar uma política de patrimônio incorporando as mais diversas manifestações culturais e artísticas, inclusive as populares e imateriais (FONSECA, 2005).

---

<sup>3</sup> Os artistas que destacaram-se na semana de arte moderna foram Paulo Prado, Osvaldo de Andrade, Manoel Bandeira, Raul Bopp, Trarsila de Amaral, com destaque a Mário de Andrade.

O texto de Mário de Andrade foi considerado bastante avançado para a época e somente parte dele foi aproveitado na edição de um novo decreto-lei nº 25 de 30 de Dezembro de 1937, assinado por Getúlio Vargas, que viria a organizar o trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN vinculado ao Ministério da Educação e dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade (FONSECA, 2005).

Assim, a política de proteção ao patrimônio nacional estava institucionalizada através do SPHAN, que definia o patrimônio histórico e artístico nacional como o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, bem como monumentos naturais, como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana ( INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, S/D).

Posteriormente o SPHAN virou departamento (DPHAN) e em 1970 se transforma em Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que obedece ao princípio normativo contemplado no artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 definindo o patrimônio cultural:

pelas suas formas de expressão; de seus modos de viver; de seus modos de criar, fazer e viver e das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais aspectos destinados às manifestações artístico-cultural; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988)

Ainda de acordo com a Constituição de 1988, a proteção do patrimônio cultural brasileiro é de responsabilidade do poder público em conjunto com a comunidade. Dentre as formas de preservação patrimonial destacam-se inventários, registros, tombamentos e cadastros de monumentos arqueológicos (SOUZA, 2006).

O tombamento foi o primeiro instrumento legal de proteger o patrimônio material. Para Machado (2005), citado por Mendonça (2008):

O tombamento é uma forma de implementar a função social da propriedade, protegendo e conservando o patrimônio privado ou público, através da ação dos poderes públicos, tendo em vista seus aspectos históricos, naturais, paisagísticos e outros relacionados à cultura, para fruição das presentes e futuras gerações. (MENDONÇA, 2008:80).

Conforme afirma MENDONÇA (2008), no processo de tombamento o bem é inscrito no Livro do Tombo, cujas categorias são:

1) Livro do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico: as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, bem assim como os monumentos naturais;

2) Livro do tomo histórico: as coisas de interesse histórico e obras de arte histórica;

3) Livro do tomo das belas artes: as coisas de arte erudita estadual, nacional ou estrangeira,

4) Livro do tomo das artes aplicadas: as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais e estrangeiras.

Os efeitos jurídicos do tombamento criam obrigações oponíveis contra todos: proprietário, poder público e sociedade em geral, previstos nos artigos 11 a 21 do decreto-lei 25/34, tais como: Não destruir, mutilar ou demolir em caso algum; não restaurar, reformar, pintar, salvo com autorização do IPHAN; é vedada a saída do bem para o exterior, salvo para intercâmbio; restrições de alienações; se for um bem público ele se torna inalienável, com possibilidade de transferência entre os entes federativos. Em caso de bens privados é possível a alienação desde que seja comunicada ao IPHAN (MENDONÇA, 2008:84).

Do ponto de vista do patrimônio arqueológico brasileiro a sua proteção legal está assegurada pela esfera federal 3.924/61 que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos, determinando em primeiro lugar que o monumento arqueológico ou pré-histórico de qualquer natureza existente no território nacional fica sob a guarda e proteção do poder público (BASTOS,2007).

Como Brasil possui uma grande diversidade de bens arqueológicos pré-históricos e bens arqueológicos históricos a referida lei criou ainda através do

artigo 27, um cadastro de bens arqueológicos (CNSA) cuja responsabilidade é do IPHAN em manter um banco de dados que contém fichas de registro arqueológico, com um conjunto de informações sobre os sítios, tais como localização, classificação, usos do terreno, ameaças, dentre outras, sendo considerada mais uma estratégia de proteção do patrimônio arqueológico. (MENDONÇA, 2008). Vale ressaltar que esse cadastro encontra-se constantemente desatualizado.

Em 1993 o Parque Nacional Serra da Capivara, patrimônio arqueológico de interesse deste estudo, foi tombado pelo IPHAN e inscrito no Livro do tombamento arqueológico, etnográfico e paisagístico, tendo, portanto, assegurada a sua proteção legal no âmbito nacional e internacional.

### 1.3 Educação centrada no patrimônio cultural

Nos últimos anos um tema invadiu a agenda dos profissionais que trabalham com o patrimônio cultural ganhando espaço nos debates, mesas redondas, congressos e seminários: educar as comunidades para preservar o patrimônio. “Educação Patrimonial” passou a ser palavra de ordem, principalmente no Brasil.

Os debates, além de deixar claro que a inserção da comunidade como agente ativa nos processos de preservação patrimonial é mesmo necessária, serviram para jogar luz sobre os pesquisadores de diversas áreas que atuam diretamente com o patrimônio cultural em suas múltiplas faces, que vêm refletindo e se dedicando à buscar caminhos para adaptar essa temática aos diversos contextos e patrimônios: materiais e imateriais.

No tocante à legislação internacional que rege a proteção do patrimônio cultural as cartas patrimoniais contribuem oficialmente mostrando a importância da educação nos processos de inclusão social como fator determinante para preservação.

No Brasil a Educação Patrimonial sempre esteve presente como um dos elementos de ações nos museus, com intuito de complementar o processo de conhecimento e apropriação dos acervos museológicos. Mas, essas ações educativas só começaram a tomar corpo depois da década de 1980, no 1º seminário que ocorreu no Museu Imperial em Petrópolis, RJ, intitulado “Uso



Educacional de Museus e Monumentos”, com inspiração no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a expressão de *Heritage Education*, que apontou os motivos e objetivos de se pensar em um processo educacional direcionado para as evidências materiais da cultura.

A partir desse seminário o IPHAN criou um Guia Básico de Educação Patrimonial coordenado pela museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta e outros colaboradores, contendo uma metodologia própria, que se tornou um referencial no que tange às ações educativas direcionadas para a proteção, disseminação, valoração e apropriação do patrimônio cultural (RODRIGUES, 2009).

O Guia Básico define Educação Patrimonial como:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo do conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUMBERG e MONTEIRO, 1999, p.06).

Segundo esse princípio, percebe-se que a Educação Patrimonial é uma prática que oportuniza o conhecimento e apropriação do sujeito em relação ao Patrimônio Cultural, tornando-se assim uma medida indispensável na sensibilização das comunidades, da importância de se manter uma relação harmoniosa com o seu patrimônio, sobretudo no que tange a sua preservação (RODRIGUES, 2008).

Ainda segundo HORTA, GRUMBERG e MONTEIRO (1999), o conhecimento crítico e apropriação consciente pelas comunidades de seu patrimônio cultural são de suma importância para sua efetiva proteção, sustentabilidade, e, sobretudo, fortalecem laços afetivos e identitários.

O conceito de preservar o patrimônio através da educação já veio de Mario de Andrade no período de criação do SPHAN, atual IPHAN, quando o mesmo elucidou que a proteção do patrimônio depende da educação.

Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>7</sup> já cogitava que o único meio eficaz de garantir a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional seria através da educação popular (citado por ORIÁ, 2008). Por sua vez, a UNESCO em seus relatórios evidencia que a preservação do patrimônio cultural depende, sobretudo do seu conhecimento e de uma educação voltada à compreensão e valorização da diversidade (citado por NOELLI, 2008).

Nesses termos, SANTOS (2008) afirma a relevância da participação das pessoas envolvidas nos processos de reconhecimento patrimonial, uma vez que o valor cultural das referências provém da concentração de significados detectados em todo grupo social. E enfatiza ainda que o valor a um determinado bem não deve ser dado somente pelos técnicos especializados, mas, sobretudo por diferentes segmentos da população. Assim, podem contribuir para a definição de estratégias para a preservação e formulação de políticas culturais. Fica claro que a participação da população na prática de preservação do patrimônio é primordial, sobretudo através da educação formal e informal.

Desse modo, a Educação Patrimonial começou a sair das dependências dos museus e ganhar seu espaço em vários projetos de proteção ao Patrimônio. Inclusive, consta na portaria nº. 230 do IPHAN, a educação patrimonial como elemento fundamental durante etapas de pesquisas arqueológicas preventivas em áreas onde haverá empreendimentos de grande porte, pelas diversas fases do licenciamento ambiental, mas a sua regulamentação é válida também para outras iniciativas no âmbito da pesquisa e nos investimentos acadêmicos (BASTOS *et al* 2007).

A própria constituição federal de 1988, no seu artigo 225, § 1º, VI, diz que dentre outras formas de assegurar o direito de todos a um meio ambiente sadio, deve o Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

---

<sup>7</sup> Rodrigo Melo de Andrade foi o primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 13 de janeiro de 1937 com a promulgação da Lei nº. 378, que dava nova organização ao então Ministério da Educação e Saúde Pública.

No que diz respeito às medidas de preservar o patrimônio através da educação patrimonial “o Brasil possui a melhor legislação no planeta, pois faz dela uma exigência e não apenas um adereço” (OOSTERBEEK, 2010:12).

Para o IPHAN, institucionalmente, a política de educação patrimonial está pautada em:

Buscar formas de implementar uma postura educativa em todas as suas ações institucionais. Isso significa que o Iphan espera que cada vez mais suas representações espalhadas por todo o território nacional funcionem como centros de diálogo e construção conjunta com a sociedade de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural. O projeto *Casas do Patrimônio* é a principal iniciativa nesse sentido (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2011).

O IPHAN mantém em Brasília uma Coordenação de Educação Patrimonial - Ceduc, para apoiar e divulgar as ações educativas desenvolvidas pelas superintendências localizadas em vários locais do Brasil e em articulação com entidades civis, estaduais e municipais.

Essencialmente as casas do patrimônio são compreendidas como mais uma iniciativa institucional inovadora no campo da preservação patrimonial no Brasil. A proposta primeira desta iniciativa fundamenta-se na idéia de estabelecer novas formas de relacionamento do IPHAN com a sociedade e poder público, vislumbrando atender as comunidades situadas no entorno dos bens patrimoniais bem como com os turistas, através da perspectiva do diálogo e reflexão crítica ( INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, S/D).

Propõe ainda, promover o patrimônio cultural como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a fim de gerar renda e oportunidades econômicas para as populações do entorno. Outro ponto relevante da proposta é que não existe uma metodologia de ação padronizada para todas as casas de patrimônio implementadas pelo IPHAN, cada estrutura é mantida obedecendo às demandas locais<sup>4</sup>. É mister salientar que o projeto das casas

---

<sup>4</sup> Até a presente data já foram implantadas 06 casas do patrimônio em vários locais do país. Para maiores informações sobre este projeto visitar o site [www.iphan.gov.br/casasdopatrimônio](http://www.iphan.gov.br/casasdopatrimônio).

do patrimônio ainda é novo, por isso ainda não é possível discutir sobre os seus resultados.

Diante dessas novas discussões, também surgem algumas preocupações no que concerne à práxis da educação patrimonial, pois o seu princípio básico é educar as pessoas para repensarem suas condutas predatórias com o meu meio ambiente; educar através da emoção, levantando questões como memória, identidade, herança, afetividade, apropriação e (re) valorização; educar mostrando que deve-se respeitar a diversidade cultural, principal responsável pela formação identitária humana.

É preciso termos em mente que ensinar não é só transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE 2001:52).

O ensino aprendizagem é um processo contínuo, não se educa uma comunidade para compreender que determinado patrimônio deve ser preservado para o presente e/ou as futuras gerações, que aquele patrimônio, outrora ignorado, está arraigado na identidade cultural daquela comunidade há gerações e por esse motivo deve ser (re) valorizado, apropriado, tomado como herança coletiva, através de ações educativas eventuais (como palestras, oficinas, exposições temporárias, publicações de cartilhas<sup>5</sup>).

A educação é um processo permanente e sistemático e deve ser realizada em uma forma mais profunda do que tem se visto em alguns projetos de educação patrimonial que priorizam ações pontuais. O ideal seria agregar todas essas atividades a um programa maior que possibilite aos sujeitos uma leitura crítica e compreensiva do universo sociocultural no qual estão inseridos.

Deve, além disso, envolver a comunidade na gestão do patrimônio, pelo qual elas também são responsáveis, levando-a a uma apropriação consciente e consequentemente ao usufruto dos bens e valores que o constituem (CUNHA, 2004:124).

Alcançar sucesso na educação patrimonial demanda tempo e comprometimento permanente. Se pensarmos que só para aprendermos os conteúdos da educação básica passamos 9 anos na sala de aula, por que em ações pontuais presume-se que a comunidade necessariamente entenderá que

---

<sup>5</sup> É pertinente deixar claro que não somos contra a elaboração de cartilhas informativas, didáticas, tudo depende do contexto no qual será inserida.

aquele monumento, sítio arqueológico, praça ou igreja é importante para compreensão do seu passado, da sua origem, da sua herança cultural?

Essa preocupação também ganha atenção de Meneses (2007:46) quando diz que a educação patrimonial ainda não recebeu a atenção que merece, nem como reflexão nem como prática, embora haja alguns projetos desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento que apontam “rumos aproveitáveis”.

Oosterbeek (2010) enfatiza que a educação patrimonial, embora em muitas vezes colocada à margem, desempenha um papel cada vez mais importante, independente das distintas realidades em termos de geografia e quadros socioculturais, mas apesar disso os que efetivamente se envolvem em sensibilizar e socializar o conhecimento científico ainda são raros.

Portanto, é preciso que os diversos especialistas que trabalham com a educação patrimonial repensem a sua práxis, pois acima de tudo ela deve prisma por formar sujeitos capazes de, através dos conhecimentos repassados, criarem novos “esquemas” cognitivos que os façam refletir criticamente, construindo novos conhecimentos e adaptando-os a sua realidade, considerando que as ações educativas centradas no patrimônio cultural devem ser forjadas com as comunidades e não para as comunidades (FREIRE, 2002).

Mas, vale lembrar que não é suficiente que os sujeitos tenham consciência crítica, mas que se disponham a transformar essa realidade, tratando-se portanto de um trabalho de conscientização e politização (FREIRE, 1987).

O Freire (1987) ainda alerta que para uma educação da autonomia, é fulcral que o agente pedagógico (educador) parta do contexto dos sujeitos, através do diálogo e da busca de temas geradores que possibilitem problematizar questões inerentes à realidade dos mesmos.

Educar para Freire (1979) é o encontro entre interlocutores que procuram no ato de conhecer o sentido da realidade e na práxis o poder de mudança. Educar é influenciar o educando de tal modo que ele descubra poder não se deixar influenciar; assim passamos a ser sujeitos e não apenas objeto de nossa própria história (FREIRE, 1979). E para que tudo isso se efetive o

processo educativo deve ser contínuo, sistemático, replanejado e avaliado ininterruptamente.

Pensar em educar sujeitos para os novos anseios da sociedade moderna não é tarefa fácil, o educador precisa ter uma formação básica que lhe possibilite atuar frente a essas novas demandas.

Quando alertamos sobre o repensar da práxis da educação patrimonial temos que ter em mente essas preocupações, pois estamos lidando com pessoas de realidades distintas, anseios pessoais e coletivos muitas vezes latentes. É preciso refletir sobre todas essas questões antes de se elaborar uma proposta educacional centradas no patrimônio cultural para uma determinada comunidade. A escuta, a vivência, o testemunhar do educador antecipados à execução das ações é a primeira etapa para o sucesso de um programa de educação patrimonial.

Ao longo deste trabalho levantamos questões sobre as propostas educativas centradas no patrimônio arqueológico pré-histórico do Parque Nacional Serra da Capivara na comunidade de Coronel José Dias, justamente lançando um olhar sobre os discursos aqui abordados, acreditando que um programa didático que primar pela inserção da comunidade deve respeitar as suas peculiaridades e anseios, transformando os conflitos existentes em reflexões críticas, e estas em ações concretas que permitam que a comunidade se aproprie conscientemente deste patrimônio, entendendo a sua importância cultural para formação da identidade local, nacional e planetária e assim possam usufruir de forma cultural, social e economicamente sustentável.

#### 1.4 Arqueologia, comunidade, educação patrimonial e usos

No campo da arqueologia muitos pesquisadores vêem igualmente a “Educação Patrimonial” como um meio de aproximar as comunidades situadas no entorno dos bens arqueológicos aos conhecimentos inerentes a arqueologia, como instrumento eficaz de contribuir com os desafios da preservação, pois, as comunidades podem ser os maiores guardiões do seu patrimônio como por outro lado podem ser os seus maiores destruidores, uma vez que estes inconscientes da importância dos sítios arqueológicos podem provocar ações depredatórias (FUNARI,2001:26). Como acontecia com a comunidade

estudada neste trabalho, que viviam dentro do território que foi delimitado para o PNSC, onde os moradores no período do plantio queimavam as roças, e em alguns casos o fogo se propagava para os abrigos com arte rupestre provocando um superaquecimento do suporte rochoso acelerando assim a sua degradação, causando fissuras e deslocamentos (LAGE, 2007) ou utilizavam os sítios arqueológicos como moradia nos períodos de plantio e colheita ou corte de madeira para cercar suas roças.

Funari (2001:29) completa que “há uma falta de comunicação entre a comunidade arqueológica e o povo”, mostrando que é preciso dar ao povo uma melhor compreensão do passado e do mundo e isso se faz através da educação “com a comunidade e não para comunidade”.

Nesse sentido, a educação patrimonial no viés da arqueologia pode desempenhar um papel significativo mostrando a diversidade do passado, os modos de viver e fazer dos diferentes grupos humanos, desta forma, o sujeito comum pode se reconhecer no discurso arqueológico, usando o passado para compreender o presente.

Funari (2008) assevera ainda, que acredita que o trabalho com a comunidade é naturalmente o mais importante compromisso para o arqueólogo, mas, mais uma vez, com isto pode ser envolvido uma ampla variedade de interesses e conflitos. Seria mais fácil ignorar o público não especializado e ficar dentro dos laboratórios, mas isto é um movimento ilusório, pois no fim o público leigo, informado e crítico para esta questão, é a razão final para o trabalho arqueológico (2008:136).

A arqueologia nos seus usos transdisciplinares agrega a educação patrimonial como elemento primordial de uma arqueologia “social”, “comunitária”, no sentido de socializar os conhecimentos produzidos nas pesquisas arqueológicas, envolvendo as comunidades locais nas pesquisas como garantia de fruição e proteção arqueológica, mas principalmente tornar compreensíveis e utilizáveis os conceitos de tempo, espaço e causalidade, considerados crucial para sobrevivência de todos os seres humanos (OOSTERBEEK, 2010).

Trabalhar com uma abordagem que enfatiza o relacionamento entre pesquisa e o manejo dos bens arqueológicos e grupos sociais empenhados, evidenciando a promoção e a participação da comunidade nos processos de

gestão do patrimônio é condição primeira da arqueologia social. Isso ajudará na consolidação de todos os vínculos existentes entre comunidade e seu passado, aumentando o interesse da comunidade sobre o patrimônio, e criando, paralelamente, a sustentação necessária para as medidas de preservação (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006). O envolvimento das comunidades nos processos de pesquisa arqueológica, conhecimento e valorização é a alternativa mais viável para uma verdadeira preservação patrimonial (BASTOS, 2006).

Neste enfoque, percebe-se que os arqueológicos e pesquisadores afins vêm assumindo novos posicionamentos no que concerne o papel social da arqueologia, pois segundo Robrahn-González (2006), os arqueólogos perceberam que necessitavam reconhecer não somente sua responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, mas igualmente sobre as pessoas cuja herança histórica e cultural que estes vestígios se relacionam.

Entende-se que nesse processo a educação é eminentemente importante para que se estabeleçam laços afetivos, desperte sentimento de pertença e conseqüentemente práticas conscientes de preservação do patrimônio arqueológico pelas comunidades que habitam o seu entorno.

As comunidades uma vez conscientes de seu papel social no campo da preservação patrimonial estarão aptas a usufruir deste, pois além da importância estratégica pela preservação do patrimônio arqueológico surge uma nova demanda de sustentabilidade materializada nos usos que podem ser dado a esse patrimônio, como por exemplo o turismo arqueológico.

De acordo com Zancheti (2002) citado por Guidon (2007), a idéia de desenvolvimento sustentável assenta como princípio a integração entre a preservação do meio ambiente/cultural promovendo desta forma um equilíbrio social e econômico de forma que possibilite atender as necessidades das gerações no presente e futuro. É ainda entendido como um processo que leva em conta as peculiaridades culturais locais.

Bastos ( *et al* 2007) completa que para transformar o patrimônio cultural arqueológico em veículo de desenvolvimento é preciso primeiramente garantir a formação da comunidade local através da educação, pois um dos elementos básicos como marco inicial de qualquer iniciativa para o desenvolvimento



sustentável é entre outros a “apropriação do espaço e da concepção do lugar pela população local” (BASTOS *et al* 2007:155).

### 1.5 Procedimentos metodológicos

A base metodológica deste estudo foi estruturada da seguinte forma: pesquisa documental em teses, livros, artigos, PDFs, sites; análise dos projetos e relatórios da Fundação Museu do Homem Americano, do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Piauí sobre as ações educacionais centradas no patrimônio arqueológico do PNSC, e pesquisa de campo através da recolha de dados na comunidade por meio da aplicação de inquérito por questionários e entrevistas.

A metodologia de recolha de dados partiu da premissa de tentar identificar qual a percepção da comunidade de Coronel José Dias com o patrimônio cultural do Parque Nacional Serra da Capivara nos requisitos valor, acessibilidade, preservação e fruição social do patrimônio arqueológico do PNSC, optando pela utilização de inquéritos por questionários.

Os questionários se constituem como um instrumento eficaz para obter informações das populações em estudo de maneira sistemática e ordenada. Pinheiro (2006) considera que o questionário se constitui um instrumento de recolha de dados no âmbito do pensamento humano para identificar motivações, valores, atitudes, opiniões, preocupações, entre outros; e que a aplicação de um questionário permite-nos uma maior sistematização dos resultados fornecidos, bem como dar-nos acesso a uma amostra elevada. Outra vantagem é a de permitir ao inquirido o anonimato, especialmente quando a investigação recai em “assuntos pessoais” ou polêmicos.

Por outro lado, alerta Rojo (2001), construir um questionário válido não é tarefa fácil. Implica controlar uma gama de variáveis, iniciando com a sua elaboração, seleção do público-alvo e as habitações a quem ele será administrado; a elaboração do conjunto de questões deve ser bem organizada, oferecendo uma forma lógica para quem a ele responde, evitando uma estrutura confusa, grande e complexa.

Deve ainda o pesquisador ficar atento para não elaborar questões dúbias ou ambíguas, levando a uma dupla compreensão e comprometendo o resultado esperado.

Um outro aspecto considerado relevante para o ROJO (2001) é que as questões elaboradas devem seguir três princípios básicos: O princípio da clareza – questões claras, concisas e unívocas; O princípio da coerência - deve corresponder à intenção da própria pergunta e; O princípio da neutralidade - não deve induzir a resposta e sim dar autonomia para os inqueridos responderem. O questionários elaborados para a pesquisa vigente procuraram seguir os requisitos ora citados.

No que concerne aos tipos de questionários, Rojo (2001) estabelece três tipos: os questionários abertos, questionários fechados e questionários mistos.

Os questionários de respostas abertas não delimitam as respostas, dando ao inquerido uma total liberdade de expressão, por outro lado, para o pesquisador a sua tabulação é mais difícil, requer um esforço maior na sua interpretação tendo em vista a multiplicidade de respostas.

Os questionários do tipo fechados são aquelas que limitam a resposta, sempre com alternativas (de entre as apresentadas) para que o inquerido opte; é relativamente objetivo e permite uma rapidez em sua aplicação, proporcionando ao pesquisador maior facilidade na tabulação e análise. Entre as desvantagens destaca-se a de que condiciona o sujeito a escolher uma alternativa que se aproxima mais da sua opinião, não sendo esta uma representação fiel da realidade.

Os questionários do tipo misto agregam questões abertas e fechadas e carregam as vantagens e desvantagens adiante citadas.

### Quadro 3

#### Vantagens e desvantagens sobre os questionários abertos e fechados

Vantagens	Desvantagens
Maior sistematização dos resultados	Dificuldade de concepção
Facilidade de análise	Taxa de não respostas elevada
Redução do tempo necessário para análise e tratamento	Dificuldade na compreensão da caligrafia
Menos dispendioso	As respostas podem apresentar várias interpretações quando analisadas por

	diversas pessoas
Atingir um grande número de sujeitos	Respostas podem ser pouco claras e incompletas

Fonte: ROJO (2001)

Para a presente pesquisa optou-se pela aplicação de inquéritos por questionário misto, além de haver as questões fechadas os sujeitos tinham a oportunidade explicar as suas respostas na medida que considerassem necessário.

A aplicação dos inquéritos na comunidade em estudo foi realizada de setembro de 2010 a janeiro de 2011. Como citado anteriormente, a elaboração de inquéritos por questionários não é fácil, requer muita atenção, percepção e clareza, levando em consideração parâmetros, os quais implicam uma certa experiência por parte de quem os elabora.

Os questionários da presente pesquisa passaram por diversas versões sendo corrigidas pelos orientadores; os atores sociais foram identificados somente pela idade, sendo preservadas as suas identidades. (Anexo I)

Para recolha da amostra contou-se com a colaboração de três pessoas que foram fundamentais no processo de aplicação dos inquéritos: dois condutores de visitantes do Parque Nacional Serra da Capivara e uma agente de saúde de atendimento domiciliar. A escolha dos colaboradores foi intencional, uma vez que os condutores de visitantes além de serem agentes locais possuem formação básica em patrimônio e arqueologia, o que facilitaria a intervenção com os moradores na formulação das questões; a agente de saúde tem uma vasta experiência em aplicação de inquéritos, oriunda da sua profissão, e é conhecedora dos domicílios no município. Antes de iniciar o trabalho de campo ambos passaram por um processo de orientação feita pela pesquisadora.

Para contextualizar o capítulo II, no terceiro item, em que trata das relações instituídas entre comunidade de Coronel José Dias e criação do Parque Nacional Serra da Capivara, nos apoiamos na metodologia da história oral através de entrevistas semi-estruturadas.

### 1.5.1 Problemas Metodológicos na Pesquisa

No processo de sistematização da pesquisa de campo, apareceram alguns entraves no que concerne à proporção da amostragem.

A princípio calculou-se aplicar os inquéritos com 10% da população, levando em consideração a contagem do Censo IBGE 2010, de 4541 habitantes. No entanto, no momento da aplicação dos inquéritos não havia sido contabilizado o número de habitantes por faixa etária, o que comprometeria a pesquisa pois sem esses dados não poderíamos considerar a amostragem por faixa etária mediante o censo 2010.

Nesse sentido, a estratégia seguinte foi aplicar os inquéritos ao maior número possível de atores sociais nos diversos locais do município. No momento da contagem dos inquéritos foi divulgado a faixa etária do censo 2010, elevando a porcentagem dos 10% em algumas faixas etárias, no entanto, optamos analisar todos os inquéritos aplicados. No total obtivemos uma amostragem igual e superior a 10%, considerada uma amostra expressivamente significativa para o objetivo aqui proposto (Quadro 4).

Outro problema enfrentado foi a resistência de algumas pessoas no momento da primeira abordagem, pois a princípio muitos se negaram a responder os inquéritos acreditando que se tratava de uma pesquisa realizada pelos órgãos gestores do Parque. Sobretudo, nas idades acima de 50 anos, isso decorre ainda pelas lembranças dos conflitos instaurados entre comunidade FUMDHAM e IBAMA (atual ICMBio) no processo de criação do Parque. Todavia, o fato de a pesquisadora ser e viver na comunidade foi crucial para o bom desempenho na recolha dos dados.

### 1.5.2 Detalhamento da Metodologia

A primeira parte da metodologia foi o desenvolvimento da análise dos programas educativos sobre patrimônio e meio ambiente desenvolvidos no município pela Fundação Museu do Homem Americano, Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional e poder público municipal. Para este fim fizemos uso de relatórios das referidas instituições, pesquisa em site e publicações diversas.

Para verificar a percepção da comunidade de Coronel José Dias em relação ao patrimônio cultural do Parque Nacional Serra da Capivara optou-se

pela aplicação de questionários com diferentes agentes sociais. Então, para melhor entender o que os grupos sociais pensam, os discursos foram divididos em seis categorias por faixa etária com diversos níveis de escolaridade desde analfabetos a pós-graduados ( Quadro 5), acreditando que no universo de pessoas pesquisadas existem diferentes níveis de interpretações, regidas por especificidades e compreensões diversas.

Quadro 4  
Universo das pessoas pesquisadas no trabalho de campo

	Idade	Amostra	Porcentagem	População
1	11 a 17 anos	258	39%	659
2	18 a 29 anos	94	10%	915
3	30 a 39 anos	91	13%	688
4	40 a 49 anos	52	10%	515
5	50 a 59 anos	37	10%	365
6	60 a 79 anos	59	16%	358
Total		591	100%	3.500

Fonte: pesquisadas no trabalho de campo

Quadro 5  
Escolaridades das pessoas que respondem aos inquéritos

Idade	Analfabeto	Ensino fundamental		Ensino médio		Graduação		Especialista		Total
		Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
10 / 17	0	0	0	258	0	0	0	0	0	258
18 / 29	0	29	8	15	33	2	4	3	0	94
30/ 39	0	48	10	6	24	1	1	1	0	91
40/ 49	8	34	1	1	8	0	0	0	0	52
50/ 59	9	0	17	0	8	0	3	0	0	37
60/ 70	25	33	0	1	0	0	0	0	0	59
TOTAL:										591

Fonte: pesquisadas no trabalho de campo.

## **2 CORONEL JOSÉ DIAS E PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: SURGIMENTO E CONTEXTO**

Como o objetivo desta investigação é perceber a relação da comunidade de Coronel José Dias com o patrimônio cultural do Parque Nacional Serra da Capivara nas categorias valor, acessibilidade, preservação e fruição social, faz-se necessário no primeiro item caracterizar o município de Coronel José Dias através de um breve histórico, possibilitando a compreensão de sua trajetória histórica, política, social e econômica no decorrer do tempo; no segundo item tece-se sobre a relação da comunidade coronelina antes e durante a criação do Parque para que se possa perceber as relações estabelecidas no tempo e no espaço; e no terceiro descreve-se o surgimento do Parque Nacional Serra da Capivara e suas motivações nos aspectos ambientais, culturais e turísticos e pesquisas relevantes.

### **2.1 Coronel José Dias: breve histórico**

Foi a comunidade de Coronel José Dias que recebeu os primeiros pesquisadores da missão franco-brasileira, e é nela que estão situados os primeiros sítios arqueológicos estudados pelos pesquisadores da referida missão. Essa região foi escolhida pela gestão do Parque para implantação dos primeiros projetos sociais, motivo pelo qual justifica-se a escolha dessa comunidade para reflexão desta dissertação.

E para bem entendermos sobre essa comunidade cabe traçar uma linha evolutiva passando pelo processo de colonização, emancipação política e as políticas públicas implantadas, relacionando com os aspectos sociais, econômicos e culturais.

O município de Coronel José Dias tem 19 anos de emancipação política, no entanto, a ocupação do território é bem mais antiga. Os estudos arqueológicos desenvolvidos na região da Serra da Capivara apontam que esse território foi habitado por diversos grupos humanos, desde o Pleistocênico Superior. Enquanto a sua colonização remonta final do século XVIII com o surgimento da fazenda Serra Nova, que segundo Mota e Costa (2006) surgiu

no período de colonização do Piauí, em plena expansão pecuária no sudeste do estado. Nesse período chegou à região um senhor chamado Vitorino Dias Paes Landim, que segundo Roberto (1962:03 ) “um homem forte e cheio de heroísmo”, com o objetivo de conquistar este território.

Nesse ínterim, houve grandes conflitos pelas posses de terras para expansão agropecuária, e os moradores indígenas apresentavam-se como grande ameaça à conquista do território. Há dados que indicam que os nativos não resistiram e migraram para outros locais, outros dizem que os mesmos resistiram, travando assim uma luta intensa e sangrenta, que ocasionou o desaparecimento dos indígenas no estado do Piauí (GUIDON *et al*, 1998). Nesse sentido, em recompensa pela participação ao massacre indígena, o governo vigente doou a Vitorino Paes Landim três fazendas: A fazenda Serra Talhada, fazenda Boqueirãozinho e Fazenda Serra Nova.

A transcrição na íntegra do documento de registro da terra, abaixo, corrobora com as informações aqui descritas:

Eu abaixo assinado declaro que sou possuidor do sítio denominado Serra Nova, nesta freguesia de São Raimundo Nonato, província do Piauhy, havido por descoberta que d’ elle fiz em o anno de mil oitocentos e vinte e nove e da qual me tenho autorizado em razão de concessão do governo, **feita a quem tomasse parte na conquista dos índios que habitaram essas caatingas** ; sua extensão é de duas e meias léguas de comprimento, duas de largura; confinando ao nascente com terras da fazenda Alagoinhas, ao poente com o sítio denominado Torre ao Norte com a serra que corre em frente dos fundos dos pastos e dahi por diante seguem-se terras incultas, ao Sul com o retiro Boa Vista, pertence à fazenda Curimatá, limites estes provenientes de convenções particulares entre mim e os respectivos donos. E por ser de lei fiz passar a presente declaração em que me assigno sendo duas do mesmo theór, uma para o registro, e outra, que ficará em meo poder. Villa de São Raimundo Nonato vinte e um d’ Abril de mil oitocentos e cincoenta e cinco=. Vitorino Paes Landim= Apresentada nesta Villa de São Raimundo Nonato aos vinte e um d’ Abril de mil oitocentos cincoenta e cinco, pagando por uma somente mil quinhentos e vinte reis= O Vigário Sebastião Ribeiro Lima= (Registro eclesiático de 1855, fls4v e 5. Arquivo da casa Anísio Brito, Teresina) (MOTA 2006 citado por GODOI, 1999). [grifos nossos]

Doravante, Vitorino Paes Landim instalou-se na Fazenda Serra Nova, mais adiante denominada Fazenda Várzea Grande, atual Coronel José Dias.



Segundo inventário genealógico feito em 1876, ele teve nove filhos e 49 netos, considerado, portanto, um ancestral comum no mais fundo da memória genealógica (GODOI, 1999) da população coronelina.

Em discurso escrito, datado de 22-10-1962, Sancho Roberto<sup>6</sup> discorre sobre a concessão das fazendas e se intitula descendente de Victorino Paes Landim.

[...] Para esse rincão de terra piauiense veio um homem de sangue forte, cheio de virtudes e de heroísmo, comprovado pelos seus feitos e pelos feitos de sua grande descendência, este homem era meu trisavô, Vitorino Dias Paes Landim, ele derramou muitas gotas de suor e sangue expulsando os índios que habitaram nesta região, isto no primeiro quartel do século XIX. Como prêmio ao seu heroísmo o governo deu-lhe três fazendas [...] (Sancho Roberto Dias, 1962).

Adiante, final do século XIX e início do século XX, com a valorização do ciclo da extração da maniçoba<sup>7</sup> (*manihot piauensis*) na região, a Fazenda Várzea Grande tornou-se um pólo centralizador do comércio na região, devido sua localização nas proximidades de São Raimundo Nonato e São João do Piauí. Nesse período houve um grande aumento populacional, com a imigração de pessoas de vários estados brasileiros, sobretudo da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, triplicando a população (ARRUDA, 1997).

A *priori* a produção da maniçoba era escoada para Remanso (Bahia) e seguia para Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco) para ser comercializada. Seu transporte era feito inicialmente por tropas de animais, só depois por caminhões. O “Boom” da maniçoba na região, além de ter provocado uma expansiva movimentação econômica, o que chegou a representar 86% das receitas em de São Raimundo Nonato, trouxe também mudanças no modo de vida da comunidade local; novos costumes, novos modos de fazer, de criar e de construir, foram arraigados na cultura local, trazidos pelos imigrantes maniçobeiros que se fixaram nessa região, casaram e

---

<sup>6</sup> Ilustre político e intelectual do município, era residente do Barreiro Grande.

<sup>7</sup> Uma planta da qual é extraída o látex, a árvore pertence ao gênero botânico *Manihot*, da família das Euforbiáceas. São bastantes resistentes à seca e reservam água nas raízes, caules, onde nos períodos de seca as folhas caem para economizar a água armazenada no seu interior. A árvore produz o látex o ano todo, sendo que a sua extração é mais propícia após o inverno, geralmente de Março a novembro (OLIVEIRA, 1988:21).

constituíram grandes famílias (OLIVEIRA, 1998) revelando uma nova matriz genealógica no decorrer do tempo.

Logo na década de 1920 a exportação diminuiu e os preços caíram, surgindo uma crise no mercado do látex. Nos anos de 1940 houve a segunda face de exportação, que permaneceu até meados dos anos de 1960 (OLIVEIRA, 2006). Com a crise da maniçoba surgem novas atividades com fins de produção, com destaque para o cultivo do algodão (*Gossypium hirsutum*), mamona (*Ricinus communis* L.), e fumo (*Nicotina tabacum*) (SOUSA, 2006).

Doravante, surge com grande força a extração do calcário para produção da cal destinada à construção civil, atividade que movimentava a economia local, todavia era uma prática ilegal e tida como escravista pelo fato de como eram distribuídas as horas de trabalho e o pagamento dos trabalhadores. Tal atividade trouxe drásticas consequências ao patrimônio arqueológico, pois na medida em que os blocos calcários iam sendo destruídos, perdiam-se testemunhos da presença do homem pré-histórico na região.

Em 1916 tem início a primeira transformação o território, em que a Fazenda Várzea Grande (hoje Bairro São Pedro) passa para qualidade de povoado do distrito de São Raimundo Nonato, uma pequena vila com uma igreja no entorno em formato de “U”. Um conjunto arquitetônico de estilo vernacular e no centro um espaço onde acontecia uma vez por semana a feira com vendas e compras de diversos artigos, tanto alimentícios quanto têxteis.

A venda e compra de produtos se configuraram de grande importância para economia local. Com a permanência dos imigrantes na região, ainda por conta da extração da maniçoba, houve uma expansão territorial com aglomerações em diversos locais, dividindo o povoado Várzea Grande em Barragem, Rua Velha, Barreiro Grande, Barreirinho e Zabelê. Sendo que a maior expansão se deu na Barragem, que hoje é centro do município, devido à construção da BR20 (SOUSA, 2006).

A Rua Velha é o bairro mais antigo do município, sendo atualmente dotado de um singular arcabouço cultural para a memória coletiva da comunidade, que carrega enraizada na sua cultura uma tradição religiosa muito

forte<sup>8</sup>, o que justificou a iniciativa da secretaria de turismo em criar da lei municipal de tombamento para proteger a igreja de São Pedro, assegurando a sua proteção legal, ora ameaçada pela paróquia que pretende modernizar a mesma. Ao mesmo tempo em que protege, a secretaria de turismo visa que este seja mais um local de atrativo turístico no município.

Retornando ao processo de emancipação política, em 1962 o povoado passou pelo segundo processo, agora para o requisito de município, desta vez com o nome de Coronel José Dias, em homenagem a um filho da terra que, segundo dados empíricos, prestou relevantes serviços à população no exercício da advocacia e promotor de justiça do sul do Piauí.

O prefeito nomeado foi Batista Dias, sua gestão durou somente seis meses, pois a condição de município foi cassada, devido ao processo de emancipação não ter passado pela legislação vigente, ou seja, foi alegado não ter havido plebiscito para criação do mesmo (SOUSA, 2006). Assim a cidade de Coronel José Dias retorna à patente de povoado Várzea Grande.

Adiante, em 1992, com a política de divisão territorial pela qual passou o Brasil em meados dos anos de 1990, o estado do Piauí foi dividido em pequenos municípios, e o povoado Várzea Grande passa novamente por um momento histórico importante, em que foi desmembrado de São Raimundo Nonato mediante emancipação política através da lei estadual nº 4.477 de 29 de Abril de 1992 (OLIVEIRA FILHO, 2007), permanecendo com o nome que outrora fora dado: Coronel José Dias. O processo de emancipação foi movido pela iniciativa do vereador Expedito Rodrigues do Nascimento, atual vice prefeito de Coronel José Dias, com o apoio dos deputados Marcelo Castro e Valdemar Macêdo (depois do processo em andamento outras personalidades se engajaram na luta) e votado pela Assembleia Legislativa sancionada, pelo então, governador do estado Antônio Almeida Freitas Neto.

### 2.1.1 Enquadramento do Município

O município de Coronel José Dias está localizado no semiárido nordestino, no sudeste do estado Piauí, em pleno bioma caatinga. Com uma

---

<sup>8</sup> Tradição cultural trazida pelo colonizador, que tinha o costume de construir capelas nas fazendas em homenagem aos santos de sua devoção.

área territorial de 1.915 km<sup>2</sup>, representando assim 0,7244% do estado, 0,1172% da região e 0,0214 do território brasileiro; seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é médio (0,580) e a renda percapita de R\$ 2.653,23 (IBGE, 2008).

Segundo dados do censo 2010, possui 4.541 habitantes (2.378 sexo masculino e 2.163 sexo feminino) e a densidade demográfica é de 2,49 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Está a 548 km da capital do estado, Teresina, e sua sede tem as coordenadas geográficas de 08 graus 48'59" de latitude sul e 42º40'45" de longitude oeste. Limita-se ao norte com o município de João Costa, ao sul com Dirceu Arco Verde e o estado da Bahia, ao leste com Dom Inocêncio e a oeste com São Raimundo Nonato e São Lourenço do Piauí. Sua principal via de acesso é a BR 020.

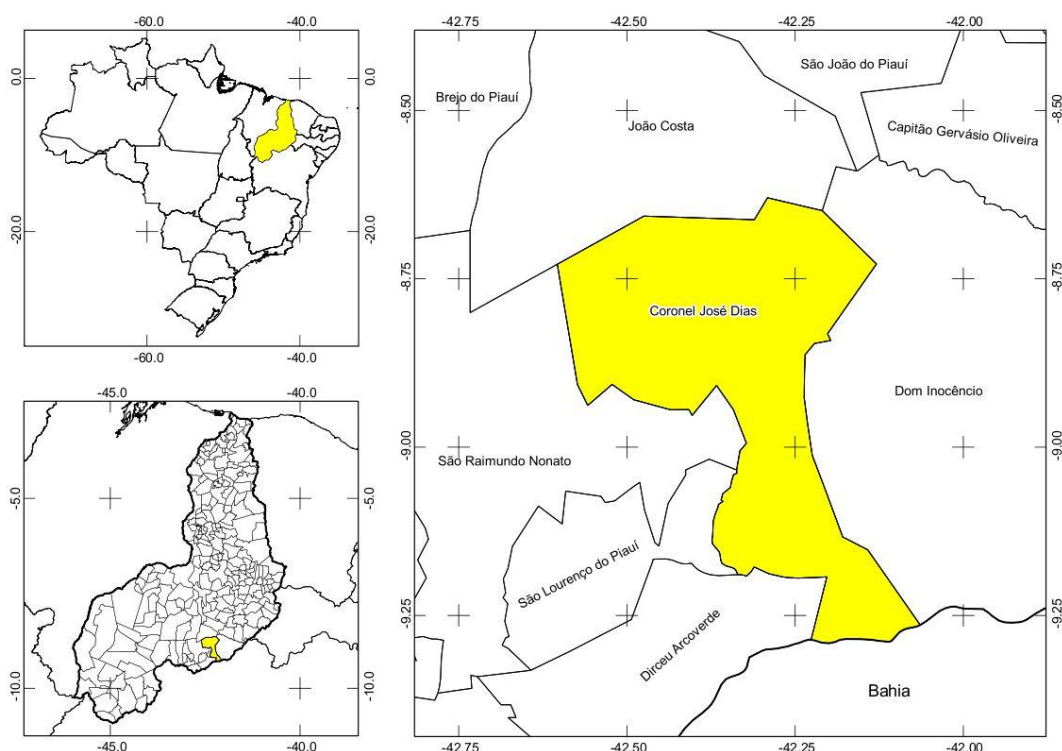


Figura 1: Mapa de Coronel José Dias e cidades limites. Processamento de dados: Maxim Jaffe, 2011

Quanto às condições climáticas a região apresenta temperaturas mínimas de 12°C, com clima semiárido quente e seco e máxima de 55°C graus. (PESSIS *et al* 1991)

No que concerne a sua geologia, 70% da área do município é representada por rochas pertencentes ao embasamento cristalino e 30%

ocupada por rochas sedimentares. As rochas cristalinas mais antigas constituem-se de gnaiss, quartzitos, xisto, itabirito, mármore e granitos, estes últimos aparecem na parte superior do embasamento cristalino. Prosseguindo, as rochas sedimentares constituem-se de arenito, conglomerado, folhelho e siltito da Bacia Sedimentar do Parnaíba; sedimentos Terciários e Quaternários, compostos por cascalhos, areia e argilas, constituem as coberturas Colúvio-Eluviais. (AGUIAR, 2004).

## 2.1.2 Perfil econômico e social atual

O perfil do município é basicamente rural. Segundo o último censo a população rural corresponde a 67,17% e 32,83% urbana. A atividade econômica atual se constitui de serviços, agropecuária e indústrias (IBGE, 2011).

Na agropecuária, a agricultura é praticada para fins de subsistência com baixo índice de comercialização, tendo como plantação primordial o milho, feijão e mandioca. Nos estudos realizados em 1991 para a construção do Plano de Manejo do PNSC foi detectado que a maioria população sobrevivia do trabalho agrícola nas roças, sendo que sua produção dependia das condições climáticas, pois as irregularidades interanual pluviométricas são comuns nessa região, o que implica para os agricultores um empecilho para qualquer acumulação de produção agrícola ou capital (PESSIS *et al*, 1991).

Na pecuária o que predomina é a comercialização de animais de pequeno porte que são adaptáveis ao clima semiárido como caprinos, ovinos, suínos e aves<sup>9</sup>. Nos últimos anos muitos projetos estão sendo realizados estimulando o sertanejo a conviver com o semiárido descobrindo suas potencialidades e transformando-as em rentabilidade, como por exemplo o incentivo a pequenos produtores rurais com a criação de animais adaptáveis ao clima seco. Nos últimos anos esses esforços têm contribuído para a diminuição do êxodo rural, problemática que afetou a região por muitos anos.

---

<sup>9</sup> Segundo o Censo IBGE 2009 a produção de pecuária municipal de caprinos está em primeiro lugar com o valor efetivo de rebanho de 14.303 cabeças; ovinos com 8997 cabeças e as aves com 6.829 cabeças. Dados bastante expressivos para a economia local.

Na sede do município surgiu uma nova atividade econômica centralizada nas indústrias cerâmicas/olarias para produção de telhas e tijolos destinados à construção civil.

Quanto as atividades econômicas para fins turísticos, cita-se o pólo cerâmico artesanal Serra da Capivara, que produz utensílios de cozinha e ornamentação com uma marca própria, customizada com motivos rupestres do PNSC. O projeto foi idealizado pela Fundação Museu do Homem Americano para ser uma nova alternativa de subsistência local, hoje de propriedade privada. É uma atividade que vem aos poucos tornando-se expressiva em termos de econômica no município. Emergem paulatinamente as atividades artesanais, ainda com poucos rendimentos.

Atualmente a sede do município está passando por uma melhoria nas políticas públicas, com a construção de maternidade, projetos de incentivo ao turismo sustentável, ao artesanato, urbanização, construção de uma praça de eventos, postos de equipamentos turísticos e alojamentos, vislumbrando transformar a cidade num pólo turístico, uma vez que 32.1% município está dentro da área limite do Parque Nacional Serra da Capivara ( Ilustração 2). Com destaque aos sítios arqueológicos mais importantes estudados até a presente data e os circuitos turísticos mais visitados, entre eles o Boqueirão da Pedra Furada, Desfiladeiro da Capivara e no seu entorno os Serrotes Calcários da Bastiana (Ilustração 3).

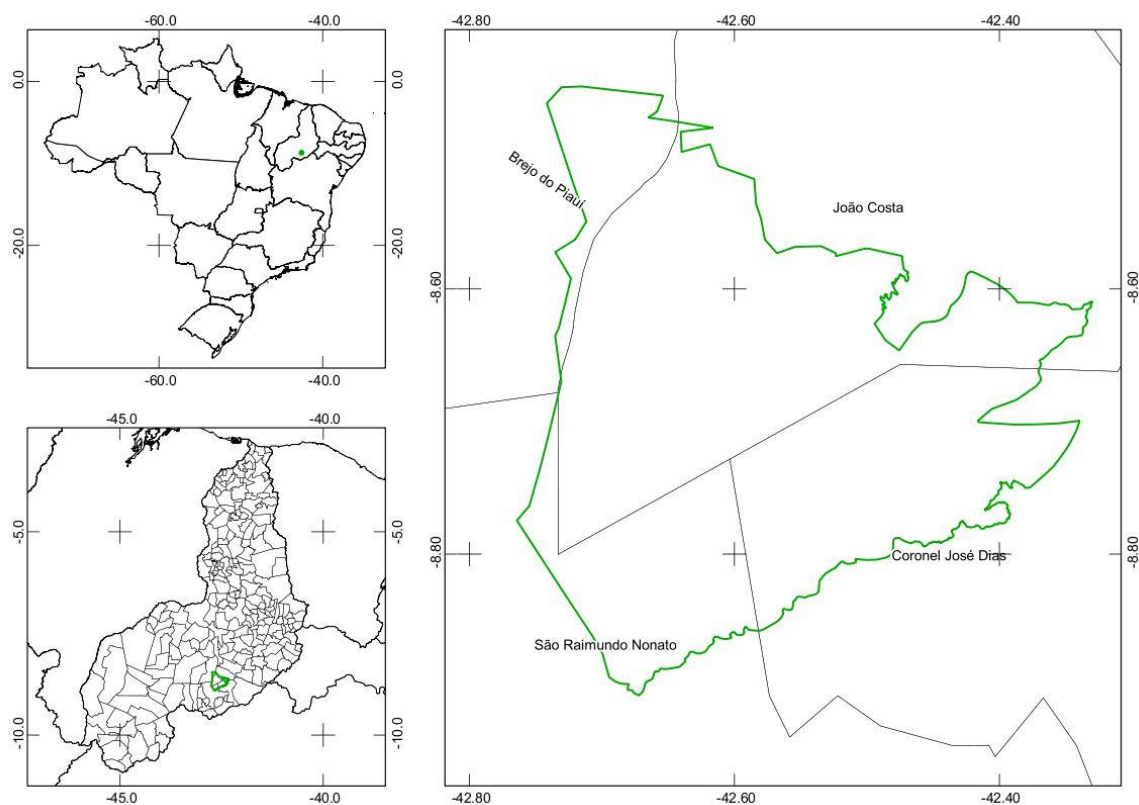


Figura 2: Mapa do PNSC e a localização de Coronal José Dias. Processamento de dados:  
Maxim Jaffe, 2011



Figura 3: Vista do Boqueirão da Pedra Furada. Fonte: Acervo FUMMDHAM



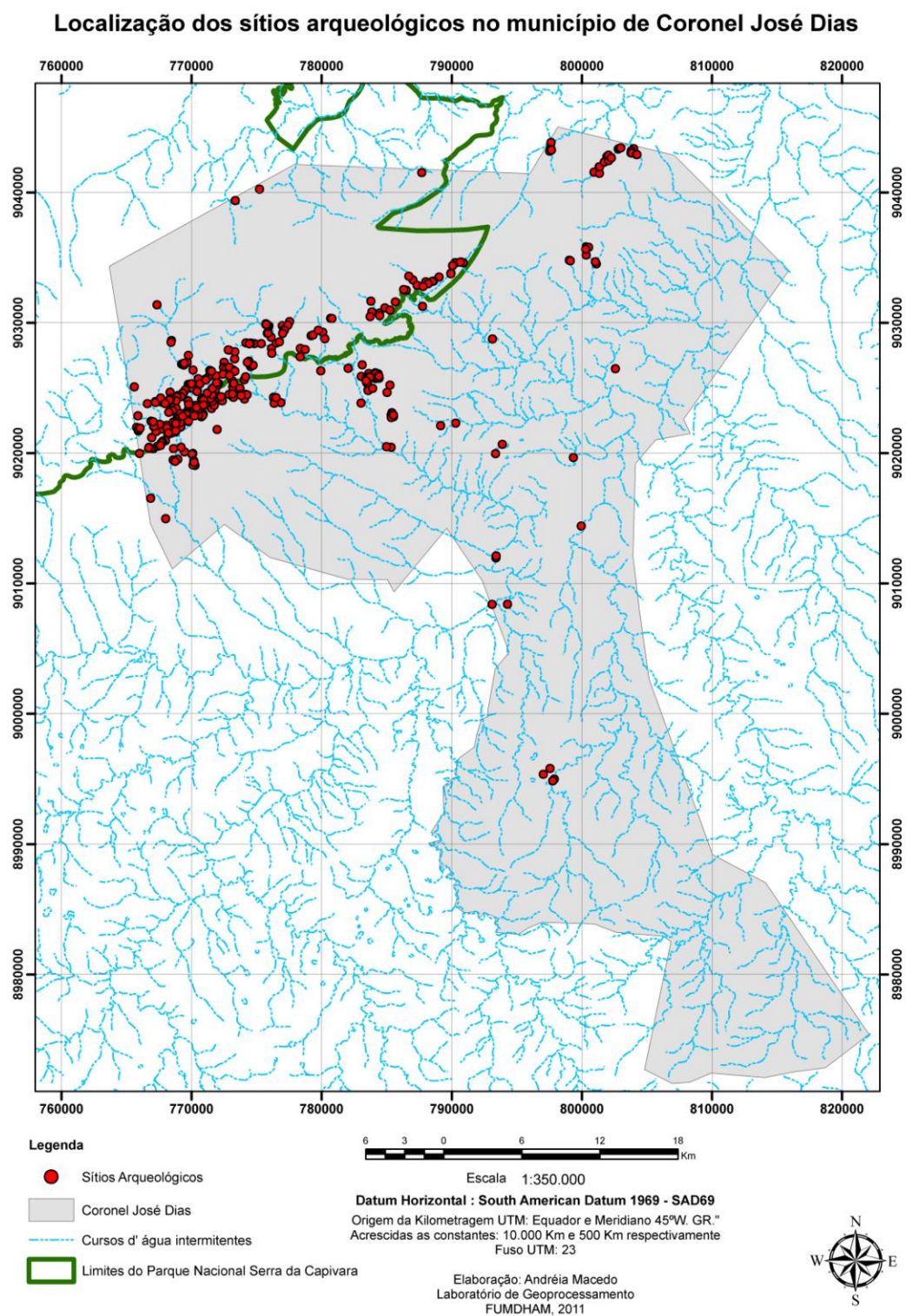


Figura 4: Mapa de localização dos sítios arqueológicos no município de Coronel José Dias- dentro do PNSC e fora. Fonte: FUMDHAM



No atual plano governamental no que concerne a integração de políticas públicas para reduzir a desigualdade no país, Coronel José Dias foi um dos municípios incluídos no Programa Territórios da Cidadania da Serra da Capivara<sup>10</sup>, que visa o desenvolvimento regional e a garantia de direitos sociais direcionados às regiões mais vulneráveis, com índice de IDH abaixo da média nacional. O objetivo é levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania, por meio de estratégias de desenvolvimento sustentável. É um trabalho integrado entre governo federal, estadual e municipal<sup>11</sup> (BRASIL,2009).

No campo educacional Coronel José Dias apresenta uma rede de ensino formada por 41 unidades, sendo 3 na sede do município e 39 rurais e 60 professores concursados. De acordo com o censo escolar<sup>12</sup> 2010, foram matriculados nas redes municipal e estadual de educação infantil, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA) 1.306 estudantes. Os índices de repetência e evasão escolar ainda não foram informados pelos respectivos estabelecimentos de ensino.

#### Quadro 6

Número de pessoas matriculadas nas escolas da educação infantil ao ensino médio em Coronel José Dias, 2010

---

<sup>10</sup> No Piauí foram delimitados 4 Territórios: Entre Rios; Território Vale do Guatibas; Território Carnaubais; Território Serra da Capivara que engloba os municípios de João Costa, Lagoa do Barro, Campo Alegre do Fidalgo, Coronel José Dias, Jurema, São Lourenço do Piauí, Anísio de Abreu, São Brás, Guaribas, Bomfim do Piauí, Caracol, Várzea Grande, Fartura do Piauí, Capitão Gervásio de Oliveira, Dirceu Arco Verde de Dom Inocêncio. Fonte: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one>

<sup>11</sup> Em 2008 havia 60 territórios, e em 2010 chegou com 120 Territórios da Cidadania.

<sup>12</sup> O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, dinheiro direto na escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (INEP, 2010).

	Educação infantil	Pré-Escolar	Ensino Fundamental	Ensino médio	(EJA) Ensino Fundamental
URBANO	64	39	375	174	168
RURAL	24	56	491	-	11
TOTAL	87	95	866	174	179

Fonte: Censo escolar 2010. Disponível em [www.inep.gov.br/censoescolar](http://www.inep.gov.br/censoescolar)

O calendário cultural do município está praticamente concentrado nas festividades associadas à religião católica, com três festejos anuais: Festa de São José em março, Festejos do padroeiro São Pedro em junho e Festa da Imaculada Conceição em dezembro, onde acontecem as novenas e procissões. No município não existem centros culturais, cinemas ou sequer museus.

Conclui-se, portanto, que nos últimos anos o município de Coronel José Dias obteve um crescimento social e econômico, iniciando com a emancipação política, passando da qualidade de povoado (Várzea Grande) a município (Coronel José Dias) com a delimitação geográfica do território desmembrada de São Raimundo Nonato. Em consequência desencadeou-se uma organização social/política com poder executivo e legislativo, com repasses orçamentários para o desenvolvimento de políticas públicas locais, havendo, contudo, melhorias na área de educação, saúde, assistência social, prestações de serviços, emprego, diminuição do êxodo rural, instalação elétrica, abastecimento de água, construção de estradas e segurança pública.

O novo município obteve grande visibilidade com a criação do PNSC e as políticas de preservação patrimonial implementadas pela gestão do Parque. Muito embora, percebe-se que o município ainda não obteve um crescimento econômico através do turismo cultural e ecoturismo, deixando claro que são desejáveis mais investimentos nesse setor.

## 2.2 Comunidade, o Parque Nacional Serra da Capivara e as relações instituídas

*Quem tem o conhecimento mais enraizado, profundo e rico sobre um lugar? São aqueles que lá cresceram, ou aqueles que lá se estabeleceram como moradores [...] (Brian Goodey, 2002).*

Entender as relações estabelecidas entre a população de Coronel José Dias e os processos instituídos com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara faz-se necessário para melhor compreendermos o motivo pelo qual delimitamos esta comunidade como objeto de reflexão nos processos de inclusão social e educacional.

Cabe inicialmente delinear brevemente a relação das pessoas com o seu meio ambiente para em seguida inserir a discussão sobre o modelo de Parques adotado no Brasil na década de 1970, modelo este, importado dos Estados Unidos, que proíbe a coexistência entre natureza e ação humana.

Adiante discorrer-se-á especificamente sobre os conflitos sociais gerados por esse modelo de Parques em Coronel José Dias e como a comunidade reagiu a isso e as consequências do presente, motivo pelo qual os órgãos gestores do Parque foram levados a apostar nos programas educativos.

Destacaremos também, a relação afetiva da comunidade, a resistência dos moradores em abandonar seus lares, seus modos de fazer, criar e viver naqueles espaços e o que isso ocasionou; o que hoje naturalmente é parte da história de criação do Parque. E, para melhor argumentar essas relações fizemos uso da metodologia da história oral através de entrevistas com três moradores e depoimentos dos inqueritos aplicados na pesquisa de campo. Nessas entrevistas os moradores contaram o que viveram, presenciaram, e o seu ponto e vista em relação à criação do Parque Nacional Serra da Capivara. (Est. I, fig.4)

Antes da criação do Parque Nacional Serra da Capivara a comunidade envolvente já conhecia o singular patrimônio cultural plasmado nos abrigos sob rocha da Serra Capivara, embora o referencial de valor e apropriação fosse outro.

Há muito tempo os caminhos que cortam os boqueirões da Capivara<sup>13</sup> foram rota de passagem de comerciantes, agricultores e caçadores, (local

---

<sup>13</sup> Hoje o Desfiladeiro da Capivara.

propício para caça de animais selvagens). Os viajantes e caçadores passavam entre os boqueirões e por muitas vezes pernoitavam nos abrigos rochosos, era quando se deparavam com os “desenhos dos caboclos, ou “riscos nas paredes”, (referência a arte rupestre), que por esse motivo passaram a considerar o local como sagrado, místico e assombrado.

Ao longo do tempo as “estórias” de índios e caboclos se propagaram na região: “os caboclos defendiam aquele território e por isso assombravam os viajantes e caçadores”<sup>14</sup>. Somente nos anos de 1960 com a construção da BR020, Brasília - Fortaleza, o trecho foi desviado, mudando a rota de passagem para o alto da serra. Para a comunidade local a Capivara sempre foi considerada um lugar misterioso, bonito, agradável para os passeios de férias e feriados (Est. I.Fig.5). As “tocas”<sup>15</sup> eram propícias para piqueniques entre familiares e amigos, e nesse ínterim a comunidade mantinha uma aproximação direta com a fauna, a flora e a arte rupestres.

A noite é perigoso passar por esse caminho, pois os caboclos correm atrás de nós, eles gritam, agente até ouve eles correndo entre os vales. Quando saíamos para caçar era preciso se abrigar nas “tocas” que tinham os desenhos dos caboclos, só que o medo era grande, pois esses “neguinhas” saíam das paredes para nos assombrar”. Dizem que quem pintou isso ai tinha até 5 metros de altura, para alcançar tão alto eu mesmo nunca mexi neles não (Lourival Dias Gomes, entrevista concedida em janeiro de 2011)<sup>16</sup>

A Capivara também foi durante muito tempo lugar de encontro das famílias nos feriados, o dia começava cedo, todos iam de bicicleta e na toca da areia fazíamos os piqueniques. No período chuvoso tomávamos banho nos caldeirões e subíamos alto, bem alto para vermos os desenhos dos caboclos. Interpretávamos aqueles desenhos, passávamos horas e horas reconstruindo aquelas histórias através do nosso imaginário empírico. Nós não tínhamos intenção de destruir as pinturas e tampouco a nossa Serra da Capivara, acredito que na época não tínhamos a noção de preservação e conservação imposta pela legislação, mas sabíamos que aquilo era algo diferente,

---

<sup>14</sup> Informações retiradas do caderno de campo da pesquisadora. Enquanto aplicava os inquéritos muitos inqueridos faziam questão de contar suas facetas na Capivara.

<sup>15</sup> Referência local aos abrigos sob rocha.

<sup>16</sup> Lourival Dias Gomes tem 64 anos; ex morador do Parque, foi maniçobeiro, caçava para sobreviver, pedreiro e atualmente aposentado e residente na sede do município de Coronel José Dias.

extraordinário e que fazia parte de nossas vidas, de nossa história. (Memórias contadas por Marian Helen-nativa)<sup>17</sup>

Achava bonito, tinha umas bonitas, só que agente não tinha um conhecimento da quantidade que tinham. É, agente via lá pintados veados, ema, via desenhado na pedra, uns bichinhos q agente fazia comparação que podia ser os mocó (risos) mas não tinham certeza e nem quem tinha feito, tinha tatu, era parecido com as que tem. Agente dizia aqui era um veado, aqui uma ema. Fazia comparação” (inquerido, sexo feminino, 50 anos)<sup>18</sup>

Ali na toca da areia, tem os desenhos, e quando criança nós parávamos lá, para ouvir as historias do meu pai, dizendo ali foram os índios, era isso que nós sabíamos, nós sabíamos que era uma cultura dos índios que tinham morado ali na serra, e ali ninguém nunca riscou nenhuma pintura daquelas, quando eu nasci tudo que tinha na capivara ainda existe até hoje. (...) Inclusive eu conheço tudo aquilo ali, tanto que uma vez eu cheguei com minha esposa e ela queria conhecer e nós pegamos um guia e chegando lá muitas coisas ele perguntava para mim eu sabia e ele não sabia, eu mostrava tudo. (...) Eu nasci dentro do Parque, conheço tudo, desde a minha infância. Hoje eu moro fora e sempre divulgo o Parque, tenho orgulho, levo coisas da cerâmica, já toquei as mãos naquelas pedras ali (...). Eu lhe afirmo uma coisa, eu nunca vi um menino da minha época 1940 a 1953 ninguém chegar perto daquelas gravuras para depredar, ali nos admirávamos, não tínhamos informação, só uma visão que tinham sido os índios que faziam, só não tinha a importância que é dada hoje (Geovane Martins Dias, entrevista concedida em 08 de Agosto de 2010)<sup>19</sup>

Percebe-se claramente nas falas dos nativos a relação harmoniosa e afetiva com a Serra da Capivara, revelando que embora não tivessem um conhecimento sobre o valor científico que esse patrimônio representa hoje para a região e para o mundo, já sabiam que havia algo extraordinário e singular naquele território que, portanto, deveria ser respeitado, mostrando claramente a apropriação deste patrimônio, apesar de inconsciente.

---

<sup>17</sup> IV Trabalho Interdisciplinar apresentando no módulo de Arte Rupestre, intitulado Desfiladeiro da Capivara, 2010.

<sup>18</sup> Trecho retirado dos inquéritos aplicados que serão analisados no capítulo IV. Na medida em que os inquéritos iam sendo aplicados, muitas pessoas faziam questão de contar as histórias vividas no Parque, mas nos inquéritos a identidade dos inqueridos foi preservada, portanto, não temos os nomes.

<sup>19</sup> Geovane Martins Dias, 73 anos, profissão: licenciado em matemática e contador. Antigo morador do Parque, atualmente está escrevendo um livro sobre a história de Coronel José Dias; vive há mais de 20 anos no Pará, é uma pessoa isenta de qualquer influência ou discurso político local. A idéia de entrevistá-lo partiu de uma conversa informal, quando ele visitava Coronel José Dias e questionou-me sobre informações para o seu livro.

Segundo (FUNARI, 2005:93), os moradores conservam laços afetivos com o meio ambiente: “lugar do lar, lugar de memória e lugar onde se ganha a vida, da intimidade física, da dependência material e do fato de a terra ser um repositório de lembranças e fonte de esperança para essas pessoas é que tais lugares se constituem”.

Todavia, essa relação foi abalada no momento em que se deu o processo de criação da Unidade de Conservação, cujas disposições legais restringem o direito de grupos humanos habitarem o seu interior com justificativa de que estes são ameaças constantes à conservação da natureza.

O modelo de Unidades de Conservação é dividido por categorias: Unidades de Proteção integral e Unidades de Usos Sustentáveis. Os grupos das Unidades de Proteção Integral são divididos em subcategorias: Estação ecológica; Reserva biológica; Parque Nacional; Monumento Nacional; Refúgio de vida selvagem.

A unidade de conservação implantada na região da Serra da Capivara obedeceu ao critério de Parque Nacional, cujo objetivo básico é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse e domínios públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seu limite serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (CUNHA, 2004).

Este modelo de Unidade de Conservação causou não só na região estudada, mas em todo território nacional, graves conflitos com as comunidades tradicionais, uma vez que este modelo foi copiado do contexto norte-americano, cujas especificidades são diferentes do Brasil.

Diegues (1996) explica que o modelo adotado nos Estados Unidos tinha características histórico-sociais diferentes do Brasil, pois ao ocorrerem situações de ocupação desordenada do território norte-americano e uma urbanização intensa no período rápido de expansão capitalista de meados do século passado, os grupos humanos eram considerados intrinsecamente destruidores da natureza, independentemente das formações sociais nas quais estavam inseridos (DIEGUES, 2001:1).

Entre outras palavras, os parques nacionais eram concebidos dentro de uma ótica de conservação na qual o homem e a natureza são separados, concepção essa que gira em torno do *mito da natureza intocada*, na qual a natureza é representada em sua forma “autentica” e primitiva (DIEGUES, 2001).

Para as populações tradicionais brasileiras “a natureza significa o mundo concreto que fundamenta toda sua experiência de vida” (DIEGUES, 2001: 33), pois esta relação está intrinsecamente estabelecida, natureza e cultura são indissociáveis. E foram essas duas visões que causaram conflitos entre a criação dos Parques e as comunidades tradicionais, sobretudo na região de Coronel José Dias e vizinhança.

D’ Antona diz que:

As comunidades tradicionais são diretamente prejudicadas com a delimitação do parque em benefício indireto de “toda humanidade”, da nação, do planeta. A exigência legal de retirada das comunidades das áreas preservadas limita o acesso aos recursos de subsistência contribuindo para que as pessoas dependam mais do mercado. Junto com o impacto no modo de produção, ocorre a redefinição do espaço de circulação e dos lugares de residência - o que abala a articulação das categorias culturais centrais do seu universo (D’ ANTONA, 2005:93).

Diegues completa que:

Em muitas sociedades, chamadas tradicionais (pescadores artesanais, extrativistas, camponeses), o homem não se comporta necessariamente como destruidor da natureza, sobretudo quando depende da reprodução contínua dos recursos renováveis para sua sobrevivência é marcado pela rápida acumulação capital (DIEGUES, 1996:01).

Trazendo a discussão para o contexto desta pesquisa, enfatiza-se mais uma vez a pertinência de falar da relação comunidade/Parque, para adiante compreendermos o desenrolar da mesma, sobretudo, no que diz respeito aos trabalhos educativos implantados, a análise dos inquéritos e a obrigatoriedade de inserir a comunidade local nos processos de gestão comunitária, assegurando assim a fruição social e usos sustentáveis.

Na região da Serra da Capivara viviam muitas famílias instaladas em vários povoados dentro da área que foi delimitada para o Parque, sobretudo em Coronel José Dias, entre eles o povoado Zabelê. Este povoado formava a maior comunidade, com aproximadamente 90 famílias (DIAS, 2007), muito embora existissem outros povoados com proporções menores de população, variando entre 10 a 15 famílias. A agricultura de subsistência era a principal atividade econômica dos povoados com poucos rendimentos, sendo a mamona o único produto destinado à comercialização.

Os camponeses relatavam diversas dificuldades de sobrevivência do grupo naquele local: o isolamento, a seca, a fome, a má qualidade das estradas; o único transporte utilizado era jumento que passava por pequenas trilhas (GODOI, 1993). A água consumida pelos moradores era de difícil acesso, sendo os boqueirões da Capivara um lugar propício de água nos períodos de inverno. Criavam animais domésticos soltos, praticavam a caça de animais selvagens para subsistência e queimadas (uma prática bastante comum na região, os agricultores utilizam essa prática cultural, herdada dos índios, para preparar as terras na época do plantio). (Est.I. fig. 6 e fig.7)

Nas falas alguns ex-moradores enfatizam as dificuldades de subsistência naqueles lugares isolados, mas revelam que apreenderam a viver com o que a natureza lhes oferecia, como os antigos moradores pré-históricos.

Era difícil mesmo, houve falta d'água, tínhamos que pegar água nas tocas da serra da capivara, tinha o olho d'água que era lindo demais, lembro daquela água correndo, gelada, cristalina, maravilhosa. Ali nós também tínhamos o direito de caçar tatu, veado, caititu, fazia parte do cardápio e muitos eram obrigados a fazer isso por necessidade. Eu mesmo quando era menino ia caçar, embora as dificuldades eram grande aprendemos viver ali, era o nosso mundo (Geovane Martins Dias, entrevista concedida em 08 de Agosto de 2010)

Na verdade naquele tempo agente morava lá, agente criava bode, gado, porco, roça de cana e tinha muita fruteira mangueira, laranjeira (Lourival, entrevista concedida em janeiro de 2011).



O processo de regulamentação fundiária do PNSC iniciou-se em 1986/1987 com o cadastro dos moradores pelo IPARJ<sup>20</sup>, nos anos seguintes foram iniciados os processos de indenizações e desapropriações.

O processo de indenização foi tenso, pois muitos moradores sendo posseiros<sup>21</sup> e suas culturas temporárias<sup>22</sup>, isentos de indenização, não puderam recebê-la (ARRUDA, 1997).

De acordo com documento datado de 2007, onde a então analista ambiental Eugênia Vitória e Silva Medeiros, em carta ao senhor chefe da Ditec sobre a ação ordinária indenizatório-compensatória, revela que no período de 1986/1987 foram indenizadas 81 famílias<sup>23</sup> residentes na localidade Zabelê, mas que desse período em diante nenhuma ação foi feita para dar continuidade ao processo de regularização, e nesse ínterim todas as pessoas foram sendo expulsas da área devido à política de proteção ambiental.

Há uma intensa discussão sobre os processos de indenizações, alega-se que os moradores não possuem documentos das terras, e por outro lado os moradores afirmam possuir documentação que comprove a propriedade, no entanto, não iremos nos alargar nesse campo jurídico.

Percebe-se que foi um processo traumático para as populações tradicionais que, indenizadas ou não, tiveram que migrar para as cidades do entorno do Parque, São Raimundo Nonato e outros locais de Coronel José Dias, tendo que recomeçar suas vidas como feirantes, empregadas domésticas, zeladores (DIAS, 2007) e reconstruir suas tradições culturais.

---

<sup>20</sup> Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro, responsável na época de realizar a delimitação, o levantamento fundiário e a avaliação do número de habitantes do interior do PARNA. (ARRUDA, 1997).

<sup>21</sup> Posseiros são pessoas que detêm de fato a posse da terra, por invasão, mas não são considerados donos, pois não possuem documentação e registro em cartório. Em todo o Brasil esse tipo de situação é comum; aqui na região aconteceu principalmente no período de colonização e especificamente no período de extração da maniçoba, em que vinham pessoas de diversos lugares e se instalavam nas terras que hoje constituem o Parque, que outrora pertenciam ao governo - as chamadas terras devolutas. No Brasil existe uma lei, usucapião, que possibilita que o posseiro conquiste o direito a terra após 10 anos de uso.

<sup>22</sup> As culturas temporárias aqui relacionadas são as plantações que o agricultor tem que plantar todos os anos, tipo milho, feijão. As indenizações foram praticamente das culturas permanentes, fruteiras, mangas, laranjas, goiabas, limões etc.

<sup>23</sup> Quase que majoritariamente as indenizações foram das culturas permanentes e não da posse de terra, uma vez que poucos possuíam escrituras lavradas em cartório.

Tal como afirma ARRUDA (1997), no período a FUMDHAM e o IPARJ<sup>24</sup> (Est. I, fig.8 e fig.9) cogitaram que fosse implantado um projeto de acompanhamento educacional ecológico, que proporcionaria assim a permanência dos grupos humanos na área do PARNA, constituindo um projeto piloto no que tange à salvaguarda dos Parques no Brasil. Porém o Código Florestal e Ambiental e o Regulamento dos Parques impedem essa abordagem.

Do ponto de vista da criação do parque hoje considero que foi positivo, eu conhecia a comunidade Zabelê totalmente isolada, sem condição de desenvolvimento e de oferecer condição para aquela comunidade viver dignamente como ser humano. Foi feito essas mudanças dessa comunidade para outra, é evidente que na época todo mundo protestou. Hoje eles estão assentados num determinado local onde todos estão satisfeitos, para eles foi importante aquela mudança que o parque fez, essa transferência deles de um lugar totalmente isolado para um lugar que hoje tem acesso, vivem outra vida, tem água, energia, escola e próximo a São Raimundo Nonato. Mas, na época não foi procurada justamente conscientizar o povo, no meu entender houve uma falha neste setor, dizendo o que significava esse trabalho e o pessoal foi tomado assim de repente. Eu vejo uma falha grande na direção do Parque, porque não conscientizou o povo, o que significava aquilo e que depois eles seriam beneficiados com aquele projeto. A meu ver o pessoal não foi preparado para receber isso (...) Houve pouca gente beneficiada, pessoas bastante prejudicadas, lesadas, o valor de sua propriedade. Toda indenização tem essas discórdias e não contenta todo mundo. Eu sou prejudicado, pois é, veja bem, são 17000 hectares de terra, eu e minha família fomos desapropriados sem receber nada até hoje, e sou proibido de entrar lá onde fui criado, então existe essas coisas. No Catuaba o Parque se apropriou e nunca nos pagou, eu me criei ali, não fomos indenizados nada, nada e lá não éramos posseiros, nós temos escrituras e nunca fomos indenizados, não sei porque (Geovane Martins Dias, entrevista concedida em 08 de Agosto de 2010)<sup>25</sup>.

Somente após 10 anos da desapropriação foi que o IBAMA solicitou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -(INCRA) a aquisição de novas terras para reassentar as famílias desapropriadas, que passaram a

---

<sup>24</sup> Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro, responsável na época de realizar a delimitação, o levantamento fundiário e a avaliação do número de habitantes do interior do PNSC. (ARRUDA, 1997).

<sup>25</sup> Realmente existe a escritura dessas terras, atualmente o processo de indenização tramita na justiça federal.

habitar terras localizadas na zona de preservação permanente<sup>9</sup> do Parque Nacional Serra da Capivara. Assim, foi criado o Assentamento Lagoa Novo Zabelê<sup>10</sup>, local onde essas famílias foram alojadas (DIAS, 2007). Por outro lado nem todos foram beneficiados, essa proposta de reassentamento não foi exclusivamente para os desapropriados do Parque, outras pessoas consideradas “sem terra” de vários lugares da macrorregião também foram contempladas com terras no Novo Zabelê.

Na verdade houve uma fragmentação, cada um procurou o melhor lugar para reconstruir suas vidas, no Novo Zabelê está concentrada a maior parte das famílias desapropriada do Zabelê, somente, os demais estão concentrados basicamente na zona urbana de Coronel José Dias.

Os conflitos mencionados tiveram causas distintas, sobressaindo aqueles resultantes da caça de animais selvagens, extrativismo, atividades agropastoris resultantes do desconhecimento sobre a legislação que rege a salvaguarda do patrimônio cultural/ambiental e as situações fundiárias não resolvidas. Foi difícil para mudar os hábitos de vida bruscamente, um entrevistado que não quis ser identificado revelou que no período de desapropriação, nem todos saíram de uma vez.

Fomos saindo devagar, mas aqueles que tentaram ficar, como eu tenho um irmão, ele ficou lá um bom tempo, esse foi massacrado de todo jeito, invadiram a casa, quebraram tudo e processaram ele, ainda hoje ele está lutando para se livrar dessa injustiça que fizeram com ele, que além de não pagar a indenização, massacraram ele, prenderam, um dia fizeram arruaça, deixou os filhos dele dentro de casa, ficaram todos apavorados, traumatizados por muito tempo. Outro amigo, que não posso dizer o nome, foi quem mais sofreu, prenderam, bateram, pintaram, derrubaram a casa dele e passaram por cima, foi proibido de andar, tudo tá abandonado, porque eles fizeram isso, porque ninguém poderia andar lá. A casa ficou, fruteiras, tinham muitas fruteiras ficou tudo abandonado que hoje não existe mais nada, os que tentaram ficar lá foram massacrados pelos comandantes aí do Parque e foram presos, apanharam, derrubaram as casas meteram o trator e

---

<sup>9</sup> Zona de preservação permanente é uma faixa de proteção de 10 km do perímetro do Parque. Nessa área encontram-se mais de 500 sítios arqueológicos com pinturas rupestres. Não é uma área tombada, portanto existem várias comunidades alojadas, sobretudo assentamentos agrários, onde ocorrem a caça predatória de animais silvestres e a queima desordenada de madeira (PESSIS, 1998).

<sup>10</sup> O Assentamento Novo Zabelê está localizado a 12 km da cidade de São Raimundo Nonato e atualmente possui 171 famílias (DIAS, 2007).

arrebentaram tudo lá, hoje só tem o lugar (entrevistado, sexo masculino, 69 anos)<sup>26</sup>.

Vindo pra cá sofremos muito, hoje já recuperamos mais um pouco, mas acredito se agente tivesse continuado lá mesmo com essas dificuldades talvez hoje estariam melhor, teríamos mais as coisas, mas ficamos muitos anos, talvez aí uns 15 anos pelejando para arranjar um pedacinho de terra para plantar um feijão, milho para comer (entrevistado, sexo masculino, 69 anos).

Ali era o mundo deles, foi lamentável, em parte teve benefício mas teve a crueldade da mudanças deles, quando tiveram que mudar, foi uma tortura para aquele povo, a casa deles, eles nasceram ali, foi difícil para eles, aquilo doeu, eu vi pessoas chorar muito que diziam preferir morrer (Geovane Martins Dias, entrevista concedida em 08 de Agosto de 2010).

Infelizmente, esse tipo de ação acontecia continuamente nas duas primeiras décadas de criação do Parque. Alguns moradores resistiram, não queriam sair das suas terras e por algum tempo continuaram praticando os mesmos modos de vida mencionados acima, o que ia contra a legislação da Unidade de Conservação.

Laraia (2004:45) explica que o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais são produtos de uma herança cultural, determinada culturalmente. O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. É herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam.

Hall (2005) completa que a identidade do sujeito sociológico se forma através da interação do eu com a sociedade, ele aprende com o outro, em seu contexto cultural, em que os saberes são passados de geração a geração. Foi difícil para aquela gente entender que estavam perdendo suas terras ao passo que teriam de mudar rapidamente seus antigos hábitos.

Por outro lado, essas novas posturas podem ser modificadas com o tempo, como elucida, Laraia (2004) uma vez que a cultura é dinâmica, o homem tem a capacidade de questionar os seus próprios hábitos e modificá-los. No entanto, essas transformações devem acontecer paulatinamente e certamente a educação poderá contribuir com esse processo.

---

<sup>26</sup> Foi difícil conseguir entrevistar este senhor, pois não queria ser identificado, com isso preservamos a sua identidade: ele é residente no Bairro São Pedro e tem 69 anos.

Voltando para o campo da preservação patrimonial, corroboramos com a ideia de Bastos (2007), quando diz que a comunidade não tem como defender um sítio arqueológico de qualquer natureza, onde mais de 50% dos seus habitantes trabalham na pastagem, agricultura, exploração de madeira, entre outros, sendo estas, as únicas alternativas de trabalho

Na época a gestão do Parque, munida pela lei federal, punia esses moradores severamente. Muito embora haja uma lei que proíbe essas práticas predatórias, o despreparo dos guardas/parque foi crucial no que concerne aos conflitos instaurados. Aqui, apontamos a ausência ou ineficiência de um programa de educação ambiental/patrimonial voltado tanto para os guardas do parque quanto para comunidade desapropriada.

Depois da criação do Parque houve bastante discórdia porque existiam pessoas na época que dependiam da caça para sobreviver e as pessoas sofreram as consequências. Eu vejo uma falha grande da direção do parque, pois não conscientizou o povo, muita gente foi presa, pessoas totalmente ignorantes, acostumados viver na vida humilde e costumeira que era a caça que ajudava muito. Veio aí depois não poder também tirar a madeira para fazer a cerca, passou a ter dificuldade para fazer seu cercado, porque foi justamente impedido e de tirar madeira e nosso pessoal desprovido de tudo tanto de conhecimento como recursos do ponto de vista econômico, afetou a comunidade. Agora com o tempo as coisas vão se transformando, hoje a gente sente que o povo já aceita o quadro, vamos dizer que eles acham que hoje está certo, quando se fala em comer caça, o pessoal diz que é difícil, é proibido, que não encontra mais caçador. Nessa parte nossa região evoluiu em relação a conservação dos animais, hoje por exemplo o tamanduá bandeira que estava em extinção já tem muito, o tatu que era a caça mais predileta, e todos iam atrás dele, e era difícil encontrar, vejo o pessoal dizer que é o que mais tem, e não é explorado, a atividade de caçador não cresceu, esses animais foram beneficiados pela criação do Parque (Geovane Martins Dias, entrevista concedida em 08 de Agosto de 2010)

Não depredávamos, veja bem, nós tínhamos roças, quem é que não fazia, quando ia começar as derrubadas, não era depredação consciência, era depredação para sobreviver ali, para manter nosso sustento, vivíamos daquilo, porque o sertanejo na realidade, vive toda a vida ali, tirando o sustento, ninguém fazia por vaidade, nós fazíamos aquilo porque precisávamos, tirávamos nosso sustento, feijão, milho, mandioca então esse era a depredação que eu não considero depredação e sim se beneficiar de nossa terra, tirava o mesmo que os indígenas faziam. Agora lógico que o Parque conserva,

tem um trabalho importante que antes não tinha. (Geovane Martins Dias, entrevista concedida em 08 de Agosto de 2010).

Quando consideramos, na hipótese deste trabalho, que somente um segmento da comunidade de Coronel José Dias já se apropria de forma consciente do patrimônio arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara, estamos considerando que uma parcela, precisamente a dos mais velhos que sofreram, ou viram sofrer seus familiares e amigos, o processo desapropriação ainda reflete um sentimento de mágoa, ressentimento, pois muitos atribuem que o processo de criação do Parque tirou-lhes suas casas e costumes. O ressentimento não é com a arte rupestre, com a fauna, ou com a flora, mas com o modelo de Unidade de Conservação que os proibiu de viver naquele território.

D'Antona (2005) esclarece que realmente a criação dos Parques no Brasil afetam diretamente as comunidades tradicionais que habitavam aquele espaço ou que exerciam atividades de subsistência, cujos modos de vida são confrontados com as restrições legais. Ainda segundo o autor a perspectiva dos moradores é interna e dos proponentes à criação dos Parques é externa, sendo que os primeiros estão intrinsecamente ligados ao local onde se instala o Parque, e por outro lado, os criadores dos Parques o vêem como a “parte do cenário nacional ou mundial que precisa ser reservada” (D'ANTONA, 2005:92)

Nas falas percebe-se claramente que os moradores têm uma relação afetiva com o Parque, os lugares, a arte rupestre faz parte da memória individual e coletiva desse povo, de certa forma é uma apropriação e valorização, e são essas pessoas, suas histórias vividas que acabam dando vida aos lugares, pois, são elas que tornam os lugares excepcionais, são suas memórias e referências culturais que dão sentido ao patrimônio materializado nos parques nacionais (D'ANTONA, 2005).

Essa visão é importante para que possamos compreender o objetivo desta pesquisa, o porquê essa investigação procurou perceber através do olhar da própria comunidade as relações estabelecidas com o Parque, nos requisitos valor, acessibilidade, preservação, e fruição social.



Figura 5



Figura 6

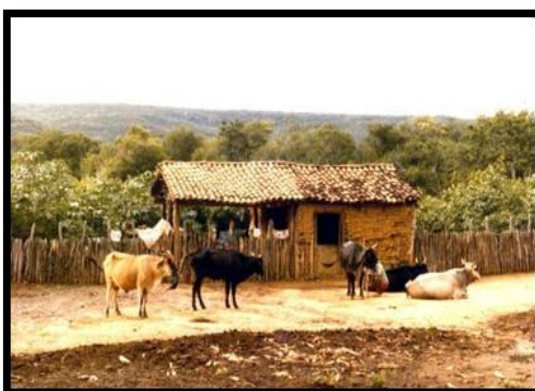


Figura 7



Figura 8



Figura 9



Figura 10

Est. I Figura. 5. Povoado antigo Zabelê, década de 1980. Fonte: Adauto Araújo (acervo pessoal).

Est. I Figura. 6: Passeios de feriados no alto da Capivara, década de 1980. Fonte: Arquivo do projeto de levantamento da cultura imaterial do entorno do PNSC ( IPHAN/FUMDHAM-2005).

Est I, Figura 7: Casa e bois no Zabelê. Fonte: Adauto Araújo (acervo pessoal).

Est I, Figura 8: Plantação de milho, década de 1980. Fonte Arquivo do projeto de levantamento da cultura imaterial do entorno do PNSC (IPHAN/FUMDHAM-2005)

Est I, Fig 9: Equipe da missão franco-brasileira década de 1980. Fonte Adauto Araújo (acervo pessoal).

Estampa I, Figura 10: Chegada da Toyota da equipe franco-brasileira ao antigo Zabelê década de 1980. Fonte Adauto Araújo (acervo pessoal)

## 2.3 Enquadramento: Parque Nacional Serra da Capivara

As primeiras notícias sobre o potencial arqueológico do sudeste do Piauí surgiram através de fotografias de pinturas rupestres da Serra da Capivara que foram mostradas a arqueóloga Niède Guidon, quando ela trabalhava no Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Porém, somente em 1970 a área foi visitada, e uma primeira prospecção permitiu a descoberta de oito sítios arqueológicos, os quais situam-se no Desfiladeiro da Capivara, atual município de Coronel José Dias. Em 1975 uma equipe interdisciplinar chefiada pela arqueóloga Niède Guidon realizou as primeiras pesquisas na região, estudando a arte rupestre de seis sítios do Desfiladeiro da Capivara<sup>27</sup> (GUIDON, 1998).

Desde o início percebeu-se a necessidade de estudar os vestígios da cultura material associado ao contexto ambiental.

Portanto, diante da singularidade dos achados arqueológicos; a excepcionalidade da caatinga, com espécies vegetais e animais endêmicos; o potencial para desenvolver o turismo na região e a preocupação com as ameaças antrópicas do homem moderno, os pesquisadores enviaram uma carta ao então Governador do Estado do Piauí, Drº Dirceu Mendes Arcoverde, contando sobre os achados e a sua importância, e solicitando a criação de um Parque Nacional na área (GUIDON, 1998).

Assim, no dia 05 de Junho de 1979 o presidente João Batista Figueiredo assinou o Decreto Presidencial Lei nº. 83.548 criando o Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC, localizado na região Nordeste do Brasil, nos municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí, no Sudeste do Estado do Piauí ( Est. II, fig. 10, fig 11). Ele corresponde a uma área de 129.140 hectares com um perímetro de 214 quilômetros, situado entre as seguintes coordenadas geográficas: 8º 25'50" e 8º 54'23" de latitude sul e 42º 19'57" e 45'51" de longitude oeste ( PESSIS e *tal* ,1991:10).

---

<sup>27</sup> Levantando-os com plásticos. Essas reproduções encontram-se na sede da FUMDHAM em São Raimundo Nonato. Dados retirados dos relatórios da missão franco-brasileira (FUMDHAM).



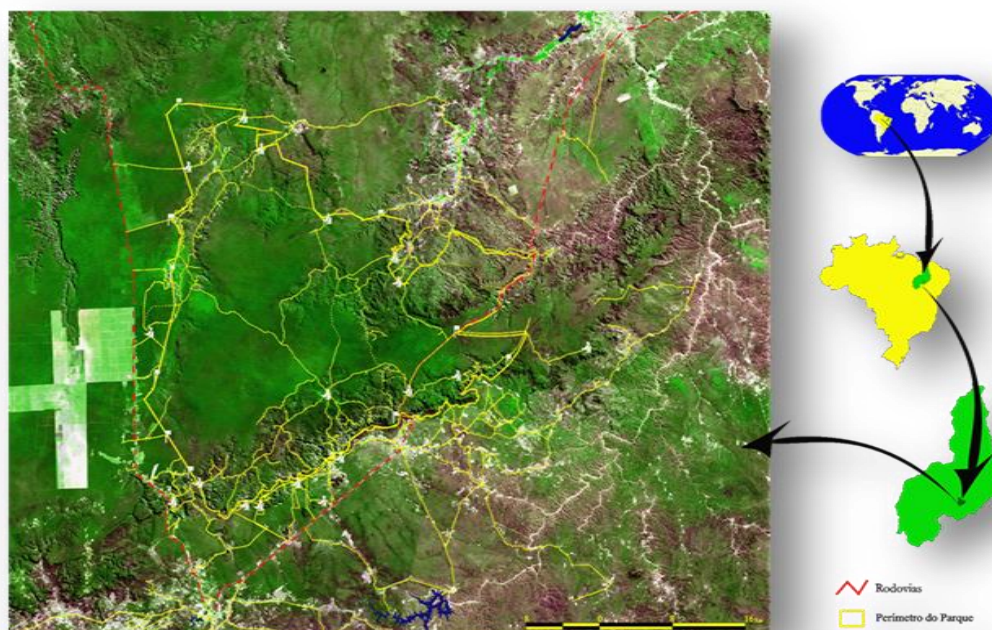


Figura 11: Mapa adaptado de localização do Parque Nacional Serra da Capivara. fonte: [www.fumdham.org.br](http://www.fumdham.org.br)



Figura 12: Vista do Parque Nacional Serra da Capivara em Coronel José Dias. Fonte: Acervo FUMDHAM

A criação do Parque Nacional Serra da Capivara foi motivada por três fatores:

Quadro 7  
Fundamentos para criação do PNSC

Cultural	Devido a grande concentração de sítios arqueológicos com pinturas e gravuras que demonstram vestígios da presença humana na região a milhares de anos, tendo como vestígios ossos, cerâmica e fogueiras.
Ambiental	Devido a região fronteira entre as formações geológicas da bacia sedimentar do Parnaíba, e a depressão do rio São Francisco, com paisagens variadas nas serras, vales, planícies, vegetação caatinga, sendo por isso o único parque nacional brasileiro com área total do domínio morfoclimático da caatinga com uma diversidade de fauna e flora endêmica.
Turístico	Deriva da importância cultural para humanidade, com paisagens naturais de singular beleza, manifestando assim um grande potencial para o turismo cultural e ecológico, sendo uma alternativa de desenvolvimento sustentável na região.

Fonte: (PESSIS *et al*, 1991).

O PNSC não é somente uma Unidade de Conservação, mas fundamentalmente um Parque Arqueológico (PESSIS *et al* 1991). Atualmente são cadastrados mais de 1.200 sítios arqueológicos em toda a região, e destes, mais de 500 apresentam arte rupestre - pinturas e gravuras, em abrigos sob rocha a céu aberto (BUCO, 2005).

Os demais sítios arqueológicos são de tipos distintos, acampamentos de caçadores-coletores, aldeias de ceramistas-agricultores, sítios cemitérios ou arqueopaleontológicos; há também cavernas e grutas que além de terem vestígios paleontológicos têm também vestígios arqueológicos, inclusive alguns casos com gravuras e pinturas. Essa diversidade arqueológica permitiu que há uma equipe multidisciplinar estudasse a região em busca de informações que permitissem compreender a relação do homem com seu meio ambiente através dos tempos (GUIDON, 2007).

Os artefatos materiais retirados dos sítios arqueológicos do PNSC são diversos, tais como: restos de carvões, fogueiras estruturadas, fragmentos com pigmentos, instrumentos líticos, sementes queimadas, vestígios ósseos humanos, fragmentos de cerâmica e arte rupestre. Todos esses elementos e a sua posição no contexto se figuram de importância fulcral na tentativa de reconstrução da vida das populações pretéritas (SANTOS, 2007:12).

Dentre os estudos realizados destaca-se o do sítio Boqueirão da Pedra Furada (BPF), primeiro sítio escavado, onde foram realizadas uma série de datações cronológicas, com carvões datados que indicam a ocupação humana deste o Pleistocênio Superior. Há um conjunto de mais de mil figuras pintadas dispostas em 70 metros de parede, sendo hoje um museu a céu aberto, preparado para visitação.

Pesquisadores nacionais e internacionais buscam respostas para a compreensão dos processos de povoamento.

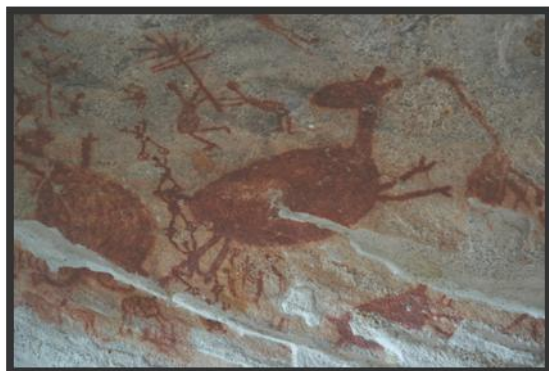
Em 1991 dada a importância mundial desse complexo artístico rupestre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) inscreveu o Parque Nacional Serra da Capivara na Lista dos sítios do Patrimônio Mundial, e em 1993, pela sua relevância cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reconhece o PNSC como patrimônio nacional, registrando no livro do tombo arqueológico, paisagístico, e etnográfico.

Considerando o grande acervo de arte rupestre disposta em todo o PNSC e entorno e as ameaças naturais e antrópicas a que este vinha sendo submetido, a FUMDHAM iniciou em 1985 os primeiros trabalhos de conservação que eram basicamente limpeza e retirada de casas de vespas dispostas no paredões. Mas, foi somente em 1991 que os trabalhos foram sistematicamente desenvolvidos, para isto foram capacitados ininterruptamente jovens moradores do entorno do PNSC para desenvolverem os trabalhos de Conservação (LAGE, 2002). O trabalho de conservação de arte rupestre do PNSC é hoje conhecido mundialmente. (Est. II, fig. 13, fig.14 e fig. 15)

O plano de gestão do PNSC é visto como um dos mais bem sucedidos, com projeção nacional e internacional. Uma equipe de pesquisadores coordenada pela arqueóloga Niède Guidon montou um dos mais modernos centros de pesquisas arqueológicas da América do sul, nomeado de Centro

Cultural Sergio Mota, composto por laboratórios para análise de artefatos líticos e cerâmicos e vestígios paleontológicos e orgânicos, e o Museu do Homem Americano para expor e estudar os principais artefatos da cultura material da pré-história à história do colonizador.

A FUMDHAM ainda formou técnicos locais em escavação, laboratórios e guias de turismo, e estruturou o PNSC com 18 circuitos turísticos preparados para visitação, sendo considerado o parque mais bem estruturado da América, com guaritas nas principais entradas, sinalizações que permitem a orientação dos visitantes e os posiciona em relação aos sítios a visitar, centro de visitantes e passarelas, algumas inclusive adaptadas para deficientes físicos (TRESSERRAS, 2009). (Est.II, fig.16)



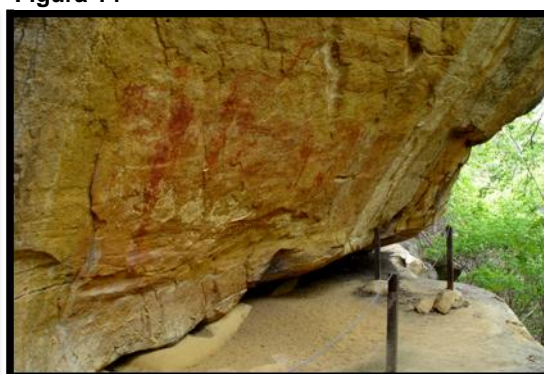
**Figura 13**



**Figura 14**



**Figura 15**



**Figura 16**

Est II, figura 13 : Sítio toca do Pajau, Desfiladeiro da Capivara. Fonte acervo FUMDHAM

Est. II, figura 14 : Equipe de conservação rupestre do PNSC. Fonte acervo FUMDHAM

Est. II, figura 15 : Sítio toca do Barro. Fonte: Cris Buco (acervo pessoal)

Est. II, figura 16 : Sítio toca do baixão do paraguaio II. Fonte Cris Buco (acervo pessoal)

### **3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO SOCIAL NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA**

Com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara tornou-se necessário traçar diretrizes para a sua gestão, incluindo o desenvolvimento de pesquisas sobre a interação dos grupos humanos e o ambiente, desde a pré-história aos dias atuais e integrar a população local à preservação desse patrimônio.

Essa integração se deu através da implantação de um sistema intensivo de preservação patrimonial, fomentando os cuidados com o meio ambiente, o desenvolvimento de uma política autossustentável, econômica e social nas comunidades, visando, sobretudo, que as ações educativas centradas no patrimônio ambiental/cultural eram imprescindíveis à efetiva preservação e apropriação consciente pela comunidade, tendo em vista que naquela época a comunidade não compreendia a legislação de proteção ambiental e patrimonial.

Foi então criada em 1986 a Fundação Museu do Homem Americano que em conjunto com o IBAMA redigiu o plano de manejo do Parque em 1991. Doravante, em 2005 foi implantado em São Raimundo o Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para atuar conjuntamente com a Fundação Museu do Homem Americano e o IBAMA, atual Instituto Chico Mendes, e as prefeituras, através de um termo de cooperação técnica que visa o desenvolvimento de uma política patrimonial integrada a fim de garantir a proteção, fruição e apropriação pelas comunidades desse patrimônio (PESSIS et al 1991).

Partindo dessa premissa, este capítulo constitui a primeira fase do objetivo deste estudo, que é analisar os relatórios e publicações entendendo a contribuição, processos e discontinuidades dos programas educativos desenvolvidos no município de Coronel José Dias pelas instituições supracitadas.

O primeiro item discorrerá sobre os projetos da Fundação Museu do Homem Americano com base nas recomendações do seu estatuto e do plano de manejo, ressaltando os Núcleos de Apoio a Comunidade (NACs) que se constituíram como uma iniciativa precursora na região e por motivos diversos



foram desativados, bem como outros projetos alternativos de promoção e sensibilização do patrimônio ambiental/cultural. O segundo item se dedicará ao Programa de Educação Patrimonial desenvolvido pelo Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, situado em São Raimundo Nonato. E, por fim, o último item aborda as iniciativas do poder público municipal.

### 3.1 Fundação Museu do Homem Americano e os projetos de educação e sustentabilidade

Com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, surgiu a necessidade de criar um sistema de gestão com intuito de preservar esse patrimônio, criando assim uma política interna de desenvolvimento econômico e social para as comunidades envolvidas.

Assim, em 1986 foi criada a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), uma sociedade civil sem fins lucrativos, declarada de interesse público e sediada em São Raimundo Nonato, dirigida pela arqueóloga Niède Guidon e a equipe da cooperação franco-brasileira. No estatuto da criação da FUMDHAM destacam-se as seguintes deliberações:

1 Defender os patrimônios cultural e natural da região do Parque Nacional Serra da Capivara”;2. “Realizar pesquisas interdisciplinares, expor as coleções obtidas no Museu do Homem Americano, por ela construído, exercendo uma ação de divulgação científica e constituindo um pólo de ação cultural; 3. Formar pessoal de nível técnico, profissionalizante e contribuir para melhoria da formação básica” da área de proteção ambiental do Parque Nacional; 4. Realizar convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, no sentido de obter financiamentos destinados às finalidades específicas e que interessam ao bom funcionamento do Parque Nacional e da FUMDHAM.5. Colaborar com o Governo do Estado e outros órgãos interessados, visando o desenvolvimento econômico da região através de uma ação destinada a atrair um turismo diferenciado”. (ESTATUTO FUMDHAM, 1986:2).

A FUMDHAM está ligada às instituições federais, estaduais e municipais. No âmbito federal assinou um contrato de parceria com o IBAMA, atual ICM-Bio, vislumbrando a implantação de um plano de manejo do PNSC, assumindo

a responsabilidade técnico-científica e demais atividades, como por exemplo captação de recursos financeiros nacionais e internacionais bem como aplicação de uma política de conservação e vigilância. A FUMDHAM conta com especialistas multidisciplinares para o desenvolvimento das pesquisas e projetos turísticos e educativos na região (ESTATUTO FUMDHAM, 1986).

Para o plano de manejo foi necessário desenvolver um estudo sobre todos os aspectos naturais, culturais do Parque, sociais e econômicos das populações envolvidas.

O plano estabelece a filosofia básica para o PARNA, tanto na parte de manejo dos recursos quanto no que concerne à visitação pública. Com base na estratégia definida, apresenta o desempenho necessário ao funcionamento e proteção eficiente do Parque Nacional, incluindo as informações e documentos necessários à elaboração dos cálculos relativos ao impacto das ações programadas sobre o meio. É o primeiro programa para a gestão do Parque Nacional da Serra da Capivara (GUIDON *et al.* 1995:5)

O Parque é uma Unidade de Conservação com todas as suas implicações legais de preservação já apresentadas neste trabalho, mas é também um parque arqueológico, e o plano de conservação do patrimônio cultural é de fulcral relevância, o que nesses termos para sua gestão é fundamental levar em consideração a relação entre patrimônio cultural e ecologia, pois:

Foi uma relação de um determinado equilíbrio entre esses dois componentes que permitiu preservação cultural durante milênios. Pela ação antrópica moderna, esta relação foi muito alterada, gerando real perigo para a conservação desses vestígios da pré-história [...] O componente arqueológico desse Parque determinou um certo número de imperativos, tanto no seu zoneamento como na sua gestão, requerendo procedimentos diferentes aos aplicados a uma simples unidade de conservação. (PESSIS *et al.*, 1991:5).

Analisando o Plano de Manejo fica evidente a preocupação dos gestores com o homem atual e as suas relações estabelecidas com o meio ambiente, onde as práticas cotidianas de subsistência foram vistas como uma ameaça desastrosa para a preservação patrimonial e ecológica. Sendo, portanto, urgente a implantação de ações que tirassem aqueles do extremo estado de

pobreza, analfabetismo, “crime ambiental”<sup>28</sup> e possibilitasse aos mesmos alternativas viáveis de sustentabilidade.

Partindo desses pressupostos, um dos primeiros projetos delineados para inserir a comunidade de Coronel José Dias a uma nova mudança de mentalidade foi “O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL” idealizado em 1988 e posto em funcionamento em 1991, inicialmente na comunidade Sítio do Mocó e Barreirinho, zona rural de Coronel José Dias, numa parceria com a Instituição Italiana Terra Nuova. O referido programa incluía escolas, creches e postos de saúde, visando oferecer ensino diferenciado para a realidade local em tempo integral e cursos profissionalizantes, além de melhores condições de saúde e nutrição para as crianças.

### 3.1.1 Programa Educacional

Descrever essa iniciativa é um tanto complicado, tendo em vista a escassez de documentos publicados sobre esta. Encontramos alguns relatórios internos, entrevistas concedidas pela instituição fundadora, vagos artigos com informações superficiais e uma única publicação de, 1992, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária sobre Educação e desenvolvimento municipal intitulado “A educação e o desenvolvimento autossustentável: a experiencia de Dom Inocêncio e do Parque Nacional Serra da Capivara”.

Essa precariedade de documentação não foi um entrave para prosseguirmos, mas certamente ficarão informações por dizer. Por esse motivo,

---

<sup>28</sup> A legislação brasileira proíbe a captura sem licença dos chamados animais silvestres em todo território nacional. Tal proteção à fauna encontra-se determinada nos dispositivos da Carta Magna Federal de 1988 e na Lei Federal nº. 9.605/98, no artigo 29 é proibido caçar, perseguir, matar, apanhar e utilizar espécimes da fauna brasileira sem a prévia autorização ou licença do IBAMA, com a obtida pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa; § 4º a pena é aumentada se o crime é praticado em: V- uma Unidade de Conservação. Desta forma, comete crime ambiental quem compra, vende, exporta, guarda, mantém em cativeiro ou transporta larvas, ovos ou espécimes da fauna, bem como objetos e produtos dela oriundos, provenientes de criadouros não licenciados e/ou autorizados e/ou sem permissão. (AGUIAR,S/D).



a explanação a seguir baseou-se nesses documentos e no conhecimento de causa da pesquisadora como moradora local e como educadora que participou da capacitação profissional de alguns desses projetos.

O projeto idealizado faz parte da primeira iniciativa da gestão do Parque para inserir a comunidade local nos projetos sociais, cujos objetivos eram:

Estimular uma tomada de consciência da importância do Parque ante a identidade cultural das populações atuais, de forma a legitimá-lo como produtor de mudanças positivas e não desintegradoras do *modus-vivendi* desta população. Fornecer novas possibilidades de sobrevivência, de novas fontes de atividade e trabalho, de propostas reais de desenvolvimento adaptado, que dêem provas de ser verdadeiras alternativas.. (SILVA, 1992:83).

E para alcançar tais objetivos foram traçadas as seguintes diretrizes:

#### Quadro 8

##### Objetivos e diretrizes do ensino profissionalizante

1ª Linha de abordagem	2ª Linha de abordagem	Procedimentos
Formação técnica de recursos humanos especializados, necessários à execução das atividades do Parque.	Formação técnica com vistas às atividades produtivas que possam substituir as atividades depredatórias anteriores.	Para estes fins foram previstos métodos e materiais não convencionais e recomendadas exaustivas aulas práticas e projetos de produções alternativas
Educação Ambiental		
Publico Alvo	Objetivo	Procedimentos
Direcionada para professores, crianças, moradores da faixa de proteção ao Parque e população em geral	Visa, sobretudo, neutralizar as ações depredatórias até agora praticadas, ações essas que são percebidas pelas crianças como normais.	O ensino e a discussão da questão ambiental devem servir-se de todos os meios disponíveis: texto das cartilhas e materiais didáticos, recursos audiovisuais, excursões, palestras de especialistas que estudam temas específicos e programas radiofônicos.
Núcleos de Apoio à Comunidade – NACs		
Estratégias		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação/construção de cinco núcleos no entorno do Parque, em áreas povoadas localizadas na zona de Proteção no entorno do Parque.</li> <li>• Cursos de Capacitação e treinamento de professores leigos, onde são ministrados conteúdos de alfabetização, noções de pedagogia, didática e</li> </ul>		

ecologia.

- Curso de alfabetização de adultos.
- Os professores receberão salários motivadores e oferta de excelentes condições de trabalho, moradia e alimentação.
- Os professores serão acompanhados e assessorados por especialistas.
- As crianças serão a clientela preferencial e prioritária das escolas.
- Aos estudantes será oferecido ensino integral: aula, material didático, três refeições diárias, cuidados médicos e lazer.
- As escolas funcionarão em dois turnos, e as mães e a comunidade prestaram serviços comunitários.
- Implantação de um posto de saúde com acompanhamento de especialistas da Fundação Osvaldo Cruz.

Fonte: Adaptado: (SILVA,1992) e (FUMDHAM,1998).

De acordo com a publicação do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) Os recursos financeiros destinados para implantação dos projetos vieram através do convênio firmando entre a FUMDHAM e a ONG Italiana Terra Nuova, que proporcionou a construção dos dois primeiros núcleos, localizados no Barreirinho e no Sítio do Mocó, ambos no município de Coronel José Dias; posteriormente foi aberto outro Núcleo na Serra Vermelha, zona rural de São Raimundo Nonato, obedecendo ao mesmo formato, bem como as instalações de equipamentos, manutenção e pagamentos de salários dos funcionários, entre outros (SILVA, 1992).

#### Quadro 9

Ações do ensino profissionalizante proposto pelos NACs

ENSINO PROFISSIONALIZANTE					
Cursos de bordado	Cursos de pintura em madeira	Cursos de apicultura	Criação da associação de moradores	Cerâmica artesanal	Formação Técnica
Foram destinados às adolescentes e jovens objetivando prepará-los para produção de <i>souvenirs</i> para o futuro mercado turístico. Os motivos de arte rupestres foram os mais incentivados.	Destinados às adolescentes e jovens, objetivando prepará-los para produção de <i>souvenirs</i> para o futuro mercado turístico. Os motivos de arte rupestres foram os mais incentivados.	Foram destinados a rapazes e senhores que já praticavam o extrativismo de maneira rudimentar. E com o aprendizado começaram a trabalhar nos projetos de apicultura da FUMDHAM, com obtenção de uma produção expressiva.	Nessa associação os moradores, utilizando os seus conhecimentos de corte e costura, começam desenvolver um trabalho de fabricação de vestuário, confeccionando e vendendo. Parte da renda era destinada à fundação e a outra dividida entre as costureiras.	Devido à abundância de matéria-prima na região, a comunidade produzia muitas peças, assegurando a rentabilidade e a sustentabilidade do projeto.	Ao longo dos anos a FUMDHAM formou agentes locais em diversas especialidades para trabalhar no Parque e nos laboratórios, como: técnicos em arqueologia, técnicos em conservação rupestre, guias de parques e vigilantes.
Estratégias de Sustentabilidade					
<p>A médio prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Apicultura – Redimensionamento, devido a sua boa aceitação e rentabilidade.</li> <li>b) Cerâmica Artesanal – perspectiva de ampliação de mão-de-obra na população, devido a boa demanda no mercado nacional e ingresso dos produtos no mercado internacional.</li> <li>c) Fábrica de confecções – aumento da escala de produção com o aumento do número de pessoas envolvidas;</li> <li>d) Campanha para atração de doações de empresas e pessoas físicas em todo o mundo.</li> </ul> <p>A longo prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Manutenção de todos os projetos relacionados no médio prazo.</li> <li>b) Criação do Fundo de rendimento que será administrado por uma instituição especializada, sendo utilizado de forma a garantir o pleno funcionamento do Parque Nacional e todos os projetos desenvolvidos pela FUMDHAM.</li> <li>c) Rentabilidade de novos projetos.</li> </ul>					

Fonte: Adaptado Silva ( 1992 ) e FUMDHAM ( 2008 )

Todos estes projetos de desenvolvimento sustentável foram implantados majoritariamente no povoado Sítio do Mocó, que dá acesso ao Boqueirão da Pedra Furada, com aproximadamente 52 famílias (SILVA, 1992).

As iniciativas constituíram-se como alternativas viáveis e rentáveis para a comunidade beneficiada. A avaliação feita pelo CENPEC indicou que a comunidade estava envolvida com os projetos, com uma aceitação unânime, já surtindo os primeiros resultados em termos de geração de renda<sup>29</sup>.

No entanto, não demorou muito para que os projetos comesçassem a se desestruturar, sua sustentabilidade não foi mantida, os recursos do projeto foram ficando escassos e a comunidade não teve condições de mantê-los sem a acessória da FUMDHAM. A maioria da população com baixo nível de escolaridade e nenhuma experiência de gestão comunitária foi o fator que contribuiu com essa desestruturação, o que acabou causando frustração na população.

Alguns poucos moradores prosseguiram de maneira autônoma no desenvolvimento da apicultura, o que despertou o interesse da região e é hoje uma expressiva atividade econômica, outros na confecção *souvenirs*, o que não é expressivamente significativo em termos de sustentabilidade.

Vale destacar que esses projetos não atingiram diretamente as populações que sofreram os conflitos fundiários, pois à medida em que foram sendo desapropriadas houve uma dispersão para vários locais da região, como São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, ainda Várzea Grande; e outros migraram para outros estados brasileiros, mas não para os povoados onde foram implementados o projeto social.

#### Quadro 10

##### Resumo das atividades desenvolvidas no Núcleo de Apoio à Comunidade

---

<sup>29</sup> Depois do Instituto Terra Nuova o projeto teve outros financiadores como Banco Iberoamericano para o Desenvolvimento (BID) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assim como o Ministério da Educação e Cultura, que construiu mais dois Núcleos, já como Centros de Educação Ambiental.

Núcleos de Apoio à Comunidade Sítio do Mocó e Barreirinho							
Coordenação Geral: Niéde Guidon Coordenação Dos Núcleos: Cristiane de Andrade Buco Os Nacs Ainda Tiveram A Coordenação Pedagógica De Vânia Sanches e Idenir Valle							
Creches	Pré-Escolar	Ensino Fundamental	Alfabetização de Jovens e Adultos	Educação ambiental	Atividades de arte-educação	Capacitação docente	Assistência médica
Oferecidos para todas as crianças, em dois turnos, matutino e vespertino. Professores do próprio povoado, formados pela FUMDHAM.	Oferecidos para todas as crianças, em dois turnos, matutino e vespertino. Professores do próprio povoado, formados pela FUMDHAM.	A princípio oferecia ensino para 1º e 2º ano do ensino fundamental.	Acontecia à noite, foi a única atividade que não correspondeu as expectativas, pois os moradores chegavam das roças cansados, ocorrendo uma expressiva evasão.	Oferecida para os alunos, pais, mães e professores, objetivando possibilitar o desenvolvimento de uma nova mentalidade ambiental, desenvolver a responsabilidade do indivíduo e estimular o conhecimento sobre o meio ambiente e sua função nesse contexto. Os cursos eram ministrados por especialistas convidados, ou pesquisadores que trabalhavam no Parque.	Programa de rádio, Aulas de música, teatro e artes plásticas.	A capacitação docente era feita pelos profissionais do Instituto de Artes de São Paulo (I A) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) com uma metodologia contextualizada com o meio ambiente, valorização cultural e disciplinas básicas.	Foi instalado um posto médico no Núcleo do Sítio do Mocó.

Fonte: Adaptado Silva (1992) e (FUMDHAM 2008)

A dinâmica de aulas era em período integral, onde os alunos entravam na escola às 7 horas, saindo às 17 horas e recebiam aulas do ensino formal, com professores que foram gradativamente capacitados em arte-educação, esta aplicada a contextualização dos conteúdos formais complementada pelas atividades extra-curriculares, que variavam entre atividades artísticas e desportivas (GUIDON, BUCO e IGNÁCIO, 2008).

As crianças recebiam também três refeições diárias e cuidados médicos por enfermeiros formados pela Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) do Rio de Janeiro. A iniciativa foi considerada uma das 15 melhores experiências educacionais do Brasil pela UNICEF em 1993, o que resultou a publicação anteriormente citada. Nas cinco escolas, estima-se que foram atingidas mais de mil crianças (GUIDON, BUCO e IGNÁCIO, 2008).

Em 1996, os NACs foram transformados em Centros de Educação Ambiental (CEAs), e deles foram construídos mais dois centros ao Norte e Nordeste do Parque, no município de João Costa do Piauí, precisamente nos povoados Porteirinha e Alegre<sup>30</sup> com o apoio do Ministério da Educação, do Governo do Estado, do BNDES e da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL)<sup>31</sup>.

Os Centros permaneceram com a mesma dinâmica e metodologia adotada nos NACs, enfatizando com mais consistência a educação ambiental tanto no núcleo da escola formal como informal para a comunidade, e formação de professores do município de Coronel José Dias. Em 1999, o programa de capacitação docente realizado com professores da rede municipal de Coronel José Dias foi honrado pelo ITAU/UNICEF.

Após sete anos de implantação dos projetos educacionais, especificamente no ano de 2000, surgiram dificuldades na aquisição de verbas para manutenção das crianças nas escolas durante os dois períodos. Em

---

<sup>30</sup> Especialmente esses dois Centros de educação tinham uma metodologia de internato. Devido à distância de onde as crianças moravam, foi planejado que as mesmas deveriam passar a semana na escola recebendo todos os cuidados necessários ao desenvolvimento pleno enquanto ser humano, recebendo educação de qualidade, cuidados médicos, alimentação saudável. Todos os cuidados ficam sob a responsabilidade dos professores capacitados que também moravam na escola. Todos os finais de semana o transporte leva-os para suas casas.

<sup>31</sup> O Núcleo do Barreirinho, funcionou por poucos anos, logo foi desativo, permanecendo em Coronel José Dias somente o do Sítio do Mocó que iremos nos referir adiante.

busca de alternativas a FUMDHAM procurou o governo federal através do Ministério da Educação (MEC) com a expectativa de que o projeto fosse assegurado por este, repassando as verbas para FUMDHAM. No entanto, de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 é dever do estado assegurar a educação básica no país, e portanto as verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)<sup>32</sup> só poderiam ser repassadas para os estados ou municípios, motivo que levou a FUMDHAM a buscar parceria com os municípios, sendo que a mesma cedia os prédios em comodato e eles cuidavam da educação e manutenção da estrutura.

Desde então, tudo começa a mudar, pois a partir do momento que as prefeituras assumiram a gestão das escolas algumas questões legais tiveram que ser implantadas e revistas na atual conjuntura estabelecida pela Fundação Museu do Homem Americano, tais como a efetivação dos professores, gastos em manutenção, salários e a metodologia didática.

Ainda de acordo com o FUNDEB, a verba para pagamento de salário de professores e merenda escola era baseada no número de alunos informado no censo escolar do ano anterior, daí calcula-se o valor a ser repassado para aos municípios obedecendo tal categoria.

No que concerne aos professores, há uma obrigatoriedade de os municípios só contratarem profissionais mediante concurso público (ter no seu quadro apenas profissionais efetivos), pois a contratação fora desse parâmetro é tida como irregular, o que acarreta sanções para os municípios. Assim sendo,

---

<sup>32</sup> O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, tinha como finalidade de aumentar os recursos aplicados pela União, estados e municípios na educação básica pública e melhorar a formação e o salário dos profissionais da educação. Priorizou 11 faixas constituídas da educação infantil, 1ª a 4ª série urbana, 1ª a 4ª série rural, 5ª a 8ª série urbana, 5ª a 8ª série rural, ensino médio urbano, ensino médio rural, ensino médio profissionalizante, educação de jovens e adultos e educação especial, além da educação indígena e de quilombolas. A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO dá nova redação ao § 5º do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A previsão de aplicação de recursos será feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica (Pré-Escolar, Fundamental e Médio), de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior, observando o seguinte: alunos do ensino fundamental regular e especial - 100% a partir do 1º ano; alunos da Educação Pré-Escolar, Ensino Médio e EJA - 25% no 1º ano; 50% no 2º ano; 75% no 3º ano e 100% a partir do 4º ano. O FUNDEB vigorou até 2006 e foi substituído pelo FUNDEB- Fundo de Desenvolvimento da Educação. Básica. (MARTINS, 2011)

o governo municipal não conseguiu assegurar o mesmo padrão de qualidade de ensino oferecida pela FUMDHAM, no que concerne à manutenção dos prédios, três refeições diárias para as crianças, e os professores, que não eram efetivos tiveram que ser substituídos por profissionais do quadro municipal, todos inexperientes dentro da metodologia desenvolvida pela FUMDHAM.

Diante dessas circunstâncias, emergiram desentendimentos entre FUMDHAM e gestão municipal e a parceria foi desfeita, os professores transferidos para outras unidades escolares e as crianças ficaram sem aula por um período, pois na localidade Sítio do Mocó o único prédio em que poderia funcionar uma unidade escolar era o da FUMDHAM. Em busca de uma alternativa para não deixar as crianças sem aulas, a gestão municipal remanejou-as para estudar na sede do município até que a unidade escolar naquele povoado fosse construída.

Muitas problemáticas se assentaram, sobretudo de cunho pedagógico, pois foi cortado um processo educacional que proporcionava aos sujeitos, além da educação formal, baseada nos parâmetros da metodologia construtivista, inovadora para a época, um processo eminentemente voltado para a formação social, que implicava na mudança de mentalidade transformando as maneiras de viver a vida, o entorno e a comunidade onde se morava, anulando a prática predatória do meio ambiente, com finalidades que envolviam todos os membros da comunidade para que as mudanças naquele espaço fossem assumidas gradativamente, sem que as resistências à troca fossem traumáticas.

Atualmente o que podemos afirmar é que os prédios dos NACs e CEAs não estão sendo utilizados para fins educacionais, condição primária para suas construções. Inclusive alguns estão em processo de degradação.

Doravante, acreditando no potencial humano das crianças da região, a FUMDHAM idealizou um novo projeto, com uma dinâmica metodológica diferenciada dos NACs e CEAs, pois não previa a educação formal da educação básica, embora houvesse a necessidade de continuar com o reforço escolar. Criou-se, portanto, um projeto social de arte-educação, com ações educativas centradas no patrimônio cultural e natural do PNSC através da arte, chamado Pró-Arte FUMDHAM (BUCO, IGNÁCIO E CARMO, 2002).



Nos dois primeiros anos de criação as ações educativas funcionaram em três municípios, Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato. As atividades eram rotativas, os mesmos professores trabalham nos três municípios. Particularmente em Coronel José Dias eram oferecidas aulas de música, dança, artes plásticas (desenho, pintura e cerâmica) e reforço escolar com os temas geradores.

#### Quadro 11

#### Programa do projeto Pró-Arte FUMDHAM

Pró-Arte FUMDHAM 2001/2008			
<p><b>OBJETIVO GERAL</b> Valorizar o ser humano como principal agente transformador do seu meio ambiente, através da valorização cultural, tanto material como imaterial. Para isso, eram oferecidas oportunidades educativas em arte-educação, na transformação de potenciais em competências e competências em profissionalização e capacitação para os educadores do projeto, garantindo a multiplicação de conhecimentos adquiridos para outros educandos dos municípios da área do entorno do PNSC. Buscando garantir direitos e integridade aos mesmos, sendo diferentes manifestações artísticas o eixo integrador do ser humano como o seu contexto, principal agente da relação arte, natureza e cidadania.</p>			
<p><b>Atividades Oferecidas</b> Música, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Artes visuais, Reforço Escolar, Brinquedoteca, Educação ambiental/patrimonial</p>			
<p><b>Publico Atingido</b> Crianças, jovens e adultos. Até 2008 haviam sido matriculados mais de 200 educandos, entre crianças e jovens.</p>			
<p><b>Coordenação</b> Coordenação Geral : Niéde Guidon Coordenações artísticas: Coordenação de Dança: Lina do Carmo (2001-2004) Coordenação Musical: Cristiane de Andrade Buco (2001 – 2008) Coordenação das Artes Visuais: Elaine Ignácio (2001-2008) Coordenação Pedagógica: Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues (2005-2008)</p>			
Eixos Norteadores			
Formativo Básico	Formativo Rotativo	Arte e Ciência e Pesquisa	Festival Internacional
Aulas semanais das diferentes linguagens artísticas, introdução a informática e reforço escolar; biblioteca, brinquedoteca e sala de leitura.	Englobando principalmente as atividades centradas em temas específicos, ministrados pelos coordenadores e convidados, para cursos e oficinas artísticas bimestrais.	Desenvolve atividades artísticas periódicas, com a preocupação de promover ações capazes de estimular o envolvimento dos jovens com as questões que envolvem a relação homem e meio ambiente. Cursos de sensibilização, capacitação e formação voltada ao universo da Arte e ciência.	Programa de intercambio cultural que privilegiava o processo de formação e integração de plateias (infantil, juvenil e adulto) de circulação artística e capacitação técnica para o setor cultural, promovendo um festival de artes integradas (música, artes plástica e artes Cênicas).

Fonte: Adaptado Buco, Ignácio e Carmo (2002/2004) e Buco, Ignácio e Rodrigues (2005/2008)

O presente projeto nasceu com o patrocínio do Instituto Ayrton Senna e ao longo dos anos foi ganhando visibilidade local, nacional e internacional, pela excelência no seu plano didático de transformação social pela arte. No decorrer do projeto foram conseguidos mais parceiros-patrocinadores para realização das diversas ações, principalmente para a realização do INTERARTES - Festival Internacional de Dança, Teatro e Música. Em 2007 houve o financiamento do “Criança Esperança” para continuidade das ações educativas<sup>33</sup>.

Em 2007 o projeto foi avaliado por uma das mais conceituadas instituições educacionais do país, o Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1987. A partir dessa avaliação o projeto foi ganhador na categoria grande porte do prêmio Itaú-UNICEF<sup>34</sup>, que tem como objetivo dar visibilidade a trabalhos de organizações sem fins lucrativos no desenvolvimento de ações socioeducativas para crianças e jovens em condições de vulnerabilidade socioeconômica, formando uma rede de proteção social e educação (CARVALHO, 2008).

Além disso, o Instituto Ayrton Senna, parceiro do projeto no financiamento e acompanhamento didático, realizou em 2006/2007 uma avaliação sobre o desempenho escolar das crianças, adolescentes e jovens que frequentam as 18 organizações parcerias, inclusive o Pró-Arte FUMDHAM, por meio da Avaliação do Sistema Ayrton Senna de Informação da Área de Educação Complementar - SIASI complementar - fazendo uma comparação com a média nacional e municipal demonstrando que a “Educação para o Desenvolvimento Humano pela Arte” desenvolve plenamente o potencial dos educandos e agrega maior eficácia à educação escolar, onde os educandos do Pró-Arte obtiveram um índice geral de 97,7% de aproveitamento escolar (PELLEGRINI, 2007).

---

<sup>33</sup> É importante destacar a colaboração da gestão municipal de Coronel José Dias durante os anos de 2001/2008, cedendo com remuneração a presente pesquisadora, funcionária desta, para colaborar como educadora e coordenadora pedagógica do Pró-Arte FUMDHAM.

<sup>34</sup> O prêmio Itaú-Unicef integra o Programa Educação & Participação, uma iniciativa da Fundação Itaú Social e do Fundo das Nações Unidas para Infância-UNICEF, com coordenação Técnica do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação – CENPEC.

o projeto estava em pleno desenvolvimento, com aceitação comunitária surpreendente pela excelência incontestável de seu plano didático, que atingia crianças e jovens, dando-os oportunidades de através da arte interagirem conscientemente com o seu meio ambiente e proporcionando aos sujeitos o desenvolvimento de seus potenciais em competências como, por exemplo, educandos que se transformaram em monitores do próprio projeto, o ingresso de alguns jovens no curso de arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco, a formação técnica em topografia, escavação, desenho arqueológico, sistema de informação geográfica, profissionais em música com a criação da banda do Pró-Arte, a formação em teatro, entre outros.

No entanto, em 2008 as coordenadoras saíram e veio outra coordenação com uma nova perspectiva educacional, não mais centrada na polivalência da arte, mas na especialidade, que alterou o projeto. Sendo que em 19/01/2010 foi anunciada pela direção do projeto, no site local (SOLLO, 2010), que o Pró-Arte iria encerrar várias das suas atividades, alegando falta de recursos. Assim o número de educandos foi drasticamente reduzido<sup>35</sup>.

### 3.1.2 Situação Atual

Embora os projetos educacionais, ora destacados, tenham tido um direcionamento de rupturas, descontinuidades e incompatibilidade de coordenação, a FUMDHAM cumpriu e cumpre, no que concerne a educação para as comunidades, as deliberações do seu estatuto de fundação, do plano de manejo do Parque, as recomendações da UNESCO e do Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM - ICOMOS) que estabelece a necessidade de promover ao público informações acerca do patrimônio (ICAHM, 1990) e, por fim, uma arqueologia social, que deve envolver as comunidades nos conhecimentos produzidos pelos arqueólogos em razão de suas pesquisas acadêmicas ou preventivas (BASTOS, 2007:22), promovendo dessa forma a preservação do patrimônio arqueológico.

---

<sup>35</sup> Há poucas informações oficiais sobre a continuidade do projeto, o que se percebe hoje é que se constitui como pouco impactante na comunidade. Não iremos nos adentrar a essas especificidades, pois não é objeto central desta pesquisa.

Todas essas ações foram significativas para que parte da comunidade de Coronel José Dias pudesse desenvolver ao longo desses anos uma consciência patrimonial e ambiental.

Entretanto, embora tenha havido esforços no início para o desenvolvimento de uma rede comunitária como fonte de renda, a comunidade de Coronel José Dias não percebeu o potencial turístico que o Parque oferece e que podem viver em harmonia com esse patrimônio de forma sustentável economicamente.

Acreditamos que adiante o trabalho de educação patrimonial deve trilhar outros caminhos, repensar estratégias de sustentabilidade, firmar parcerias com a própria comunidade e com o poder público onde ambos possam ter voz e vez nos processos de decisão, envolvendo cada vez mais pessoas sem distinção de idade ou status social. Afinal, a função social que se pretender é atingir todos os segmentos da comunidade nos processos de inclusão patrimonial, o que Bastos chama de uma educação “emancipadora” (2010:174).

Outro fator de suma relevância seria a criação de um plano de avaliação interna de caráter contínuo e sistemático, pelo Estado ou pela própria FUMDHAM (que tantas vezes tem suprido as lacunas do poder público) demonstrando os resultados alcançados em cada ação educativa, assim fica mais claro perceber os erros e acertos e projetar ações futuras.

### 3.2 O Escritório Técnico do IPHAN/Piauí e o programa de educação patrimonial em Coronel José Dias

A política de proteção ao patrimônio nacional brasileiro institucionalizou-se através do SPHAN, atual IPHAN, que definia o patrimônio histórico e artístico nacional como "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico", bem como “monumentos naturais, como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (IPHAN,S/D).

O IPHAN obedece ao princípio normativo contemplado no artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, definindo o patrimônio cultural:

pelas suas formas de expressão; de seus modos de viver; de seus modos de criar, fazer e viver e das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais aspectos destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988).

O IPHAN foi subdividido em superintendências estaduais e Escritórios Técnicos obedecendo as peculiaridades patrimoniais de cada território, com objetivos de:

I - analisar, aprovar, acompanhar, avaliar e orientar projetos de intervenção em áreas ou bens protegidos pela legislação federal; II - exercer a fiscalização, determinar o embargo de ações que contrariem a legislação em vigor e aplicar sanções legais; III - autorizar a saída do país e a movimentação de bens culturais que não estiverem sujeitos à aplicação da legislação federal de proteção; IV - colaborar com os órgãos do Iphan na elaboração de critérios e padrões técnicos para conservação e intervenção no patrimônio cultural; V - instruir as propostas de tombamento de bens culturais de natureza material e as de registro de bens culturais de natureza imaterial; VI - articular, apoiar e coordenar levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural; VII - manter e gerenciar os arquivos e bibliotecas do Iphan, dentro de sua área de atuação; e VIII - apoiar a execução das ações de promoção, visando à organização e à difusão de informações acerca do patrimônio cultural. Parágrafo único. Subordinam-se às Superintendências Estaduais os Escritórios Técnicos, Parques Históricos e outras unidades de gestão, segundo a natureza do bem sob sua tutela e das exigências operacionais para a preservação do local, em sua área de atuação [grifos nossos] (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, S/D ).

No Piauí foi criada uma Superintendência situada na capital do estado, Teresina, para melhorar a preservação, proteção e fiscalização de mais mil sítios arqueológicos pré-históricos, um importante acervo de arte rupestre espalhado pelos 129.140 hectares do Parque Nacional Serra da Capivara e suas imediações bem como os vários monumentos arquitetônicos do estado.

E, para fortalecer a fiscalização, preservação, reconhecimento e cadastramento dos sítios arqueológicos do sul do estado proteger dos danos

causados ao patrimônio arqueológico, bem como desenvolver ações de proteção como limpeza, sinalização com placas e cerca com portão nos distintos sítios arqueológicos fora do PNSC, instalou-se em 2005 o Escritório Técnico I em São Raimundo Nonato, chefiado inicialmente pela arqueóloga e arte-educadora Cristiane de Andrade Bucu.

Além dessas deliberações ora citadas, tinha a tarefa de promover uma articulação mais consistente com a comunidade local através do Programa de Educação Patrimonial, tendo em vista que as ações de cunho educativo junto às comunidades dos quatros municípios limítrofes do Parque são imprescindíveis à efetiva preservação e apropriação consciente do patrimônio cultural pela comunidade (BUCO 2006 citado por RODRIGUES, 2009: 25).

Desde então o Escritório Técnico I do IPHAN do Piauí criou o Programa de Educação Patrimonial com as comunidades do entorno do PNSC como uma ação prioritária, sobretudo no núcleo das escolas formais, através de palestras, visitas monitoradas ao PNSC e Museu do Homem Americano e oficinas utilizando como metodologia a arte-educação.

Para Cristiane de Andrade Bucu, pioneira na implantação do Programa, a arte educação permite, “a vivência com diferentes linguagens artísticas, melhorar a autoestima, fornecendo assim a interação do homem com o patrimônio de uma maneira lúdica, dinâmica, intensa e transformadora, num processo de conhecimento e descoberta” (BUCO, 2007:3).

A iniciativa de criar um Programa de Educação Patrimonial que atendesse toda a população do entorno do Parque configurou-se como um marco inovador e de fulcral importância para a região, uma vez que vinha estabelecer uma relação mais próxima da instituição com a comunidade e consequentemente com o patrimônio cultural do Parque Nacional Serra da Capivara, tendo em vista os conflitos instaurados na região já citados neste trabalho.

### 3.2.1 O Programa de Educação Patrimonial

O Programa educativo do Escritório Técnico I tem como objetivo geral favorecer o conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural do Parque Nacional Serra da Capivara pela comunidade envolvente e desenvolver uma

consciência cultural e ambiental responsável que ajude a população ali estabelecida a ser capaz de refletir sobre as mudanças que surgiram e as que estão por vir sem perder sua identidade e respeito por suas origens, sua história e sua cultura (RODRIGUES, 2009).

Com intuito de efetivar de forma contínua e sistemática o Programa Educacional, o Escritório Técnico I firmou um Termo de Cooperação Técnica (com vigência de cinco anos) fundamentado nos arts. 30, Inciso II, IX e 2160 da Constituição Federal, do Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937; da Lei 3.924 de 26 de Julho de 1961 das Portarias IPHAN 07/88, 230/2002 e 141/2004 e do art. 166 da Lei 8.666/93, com dois municípios do entorno, São Raimundo Nonato e Coronel José Dias para “desenvolver ações conjuntas, envolvendo a divulgação do patrimônio cultural, educação patrimonial, projetos de interpretação de sítios arqueológicos, conservação das estruturas físicas e turismo cultural local” (FIGUEIREDO, 2006).

No tocante à Educação Patrimonial em Coronel José Dias, fica firmado entre ambos a incumbência de desenvolver:

I- Palestras à comunidade, trimestralmente, objetivando esclarecer o que constitui patrimônio cultural e orientar quanto ao dever legal de preservação/proteção/conservação, restrição de uso, exigências legais para exploração e salvaguarda; II - Palestras nas escolas; III -Elaboração de um programa, junto a Secretaria de Educação do Município de Coronel José Dias, visando ação permanente de educação ao patrimônio cultural; IV - Elaborar material educativo, a ser instrumentalizado por cartilhas, tarefas e exposições a serem utilizadas nas escolas; V- Integração da comunidade e ou similares, via escola, e também via associações de categorias profissionais e de pais, no projeto para implantação do Centro de Memória Serra da Capivara – CEMO CAPIVARA. (FIGUEIREDO, 2006).

Além do termo de Cooperações Técnicas com esses municípios, o IPHAN também firmou parceria com a Fundação Museu do Homem Americano, para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas para a identificação, cadastro, conservação e promoção do patrimônio cultural. Entre as cláusulas do termo, fica acordado que compete:

à FUMDHAM

a) prestar assessoramento técnico ao IPHAN/19ª SR, nos estudos interdisciplinares requeridos pelo patrimônio cultural,



por intermédio de seu Escritório Técnico de São Raimundo Nonato, cooperando com o desenvolvimento das ações relacionadas com o objeto deste instrumento; b) Colocar à disposição do IPHAN/19ªSR, por intermédio de seu Escritório Técnico de São Raimundo Nonato, recursos humanos e materiais, inclusive equipamentos e bens móveis, para o desenvolvimento das atividades relacionadas com o objeto deste instrumento, considerando os meios disponíveis tanto do IPHAN como da FUMDHAM, bem como as condições inerentes às competências legais de cada instituição e a situação do corpo funcional envolvido (FIGUEIREDO, 2006).

#### ao IPHAN 19ªSR

realizar e estimular parcerias com instituições locais e regionais para a realização de ações de inventário, cadastro, conservação e promoção do patrimônio cultural da região, material e imaterial, bem como de educação patrimonial; prestar assessoramento técnico à FUMDHAM, em área de competência privativa do IPHAN, mediante solicitação expressa, no desenvolvimento das ações relacionadas com o objeto deste instrumento. (FIGUEIREDO, 2006).

Além das parcerias formalizadas entre ambas as instituições, pública e privada, o Escritório Técnico ainda manteve e mantém parceria informal com as universidades locais, a saber, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), por meio da colaboração de estudantes e estagiários.

Tais parcerias foram imprescindíveis para a realização das tarefas do Escritório, sobretudo no que diz respeito ao trabalho educativo. Uma vez que o Escritório conta com um número reduzido de funcionários, são apenas a chefe do Escritório Técnico, uma secretária e uma bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio - PEP do IPHAN.

Adiante, procurou-se descrever em grelhas e analisar os trabalhos de Educação Patrimonial desenvolvidos pelo Escritório Técnico em cooperação com as instituições supracitadas, através dos relatórios anuais cedidos pela instituição (2005/2009). Com uma atenção especial aos resultados esperados, alcançados, avaliação dos pares e plano de continuidade do Programa.

#### Quadro 12

Atividades educativas do Programa de Educação Patrimonial IPHAN.

PROJETO E/OU RELATÓRIOS PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN-PIAUI - 2005-2009			
<b>OBEJTIVO GERAL:</b> Desenvolver ações de Educação Patrimonial nas escolas do entorno do Parque, acreditando que somente um trabalho contínuo de sensibilização do patrimônio cultural poderá contribuir com a sua preservação.			
Chefe do Escritório Técnico I: Cristiane de Andrade Buco 2005/2007 – Ana Stela de Negreiros Oliveira 2007/2011 Bolsista do Programa de Especialização do Patrimônio e colaboradora na realização das ações educativas: Marian Helen da S. G. Rodrigues 2007/2009			
CONVÊNIO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RECURSOS HUMANOS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
IPHAN	Desenvolver atividades lúdicas através da arte - educação e promover o contato direto com o Parque e Museu através de visitas monitoradas.	Guias monitores locais, profissionais da FUMDHAM, IPHAN e Pró-ArtE, bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio PEP.	OFICINAS: Xilogravura, Música, Desenho, Literatura de cordel, Capoeira, Teatro, Palestras, Visitas monitoradas ao Parque e Museu do Homem Americano.
PLANO DE MONITORAMENTO QUANTITATIVO			
RECURSOFINANCEIRO			PUBLICOALVO
Quanto aos recursos financeiros, segundo a Chefe do Escritório Técnico do IPHAN de São Raimundo Nonato, não existe um recurso destinado somente para a Educação Patrimonial nas comunidades do Entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, tudo vem dentro de Plano de Ação anual do IPHAN do Piauí como gerenciamento do Patrimônio arqueológico do Piauí, que inclui promover o patrimônio arqueológico e desenvolver ações educativas através de palestras, seminários, exposições, distribuição de <i>folders</i> , cartilhas, e visitas monitoradas aos parques, museus e através do fomento de pesquisas que geram informações sobre esse patrimônio.			Comunidades e escolas de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias João Costa do Piauí e Brejo, Idade: 6 a 15 anos e Professores, sendo aprioridade para as crianças e jovens.
PLANO DE MONITORAMENTO QUALITATIVO			

PARCEIROS	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS	AValiação	DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
FUMDHAM e Pró-Arte Prefeituras e Universidades locais.	Realizar o evento Cultura e Educação Patrimonial para Sociedade; Ampliar o conhecimento das comunidades, através de professores e alunos da rede pública de ensino sobre o patrimônio cultural guardando no Parque Nacional Serra da Capivara: Produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural das comunidades do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, especificamente das regiões dos serrotes e calcários e do Cambraia; Material gráfico de apoio ao evento “Cultura e Educação Patrimonial para a sociedade”; Realização das visitas monitoradas ao Parque e Museu Realização das oficinas Cartilha sobre a importância do patrimonial cultural da região	Em Coronel José Dias a escola atingida pelo Programa promoveu uma feira cultural na comunidade apresentando os resultados do trabalho desenvolvido sobre o Parque Nacional Serra da Capivara e cultura local e junto com a FUMDHAM o projeto Educação. Publicações: 1: O que é e como preservar; 2:Nosso Patrimônio; 3:História e Memória de São Raimundo Nonato (foi um trabalho coletivo de reconhecimento da memória) Oficinas nas escolas contempladas no plano de Ação Implantação da cartilha Nosso patrimônio nas escolas de São Raimundo Nonato.	Embora não tenham sido visualizados os critérios de avaliação, pelo entrosamento da comunidade, a participação ativa, podemos considerar um saldo extremamente positivo.	Através das oficinas de Xilogravura com a artista plástica Yolanda Carvalho, foram publicados duas vezes uma série de postais com 10 unidades dentro de um envelope xilogravuras feitas pela comunidade com distribuição gratuita.
PLANO DE CONTINUIDADE				
Foi Observado que as mesmas atividades foram repetidas no ano seguinte, com prioridade ao município de São Raimundo Nonato.				

Fonte: Buco (2005/2007) e Oliveira (2008/2009)

As ações se concentraram majoritariamente nas escolas, com maior atenção às escolas de São Raimundo Nonato. Em Coronel José Dias, as ações de educação patrimonial, ainda acontecem de forma esporádica e sem um plano de continuidade.

Considera-se que a criação do Escritório Técnico e do Programa de Educação Patrimonial do IPHAN foi importante para a região no que concerne a fiscalização, proteção do patrimônio arqueológico da Serra da Capivara e implantação do Programa de Educação Patrimonial. As intenções educacionais são bem elaboradas e executadas, com destaque às visitas monitoradas ao Parque e ao Museu, no entanto a sua estratégia de desenvolvimento ainda é descontínua. Acredita-se que isso se deva ao fato de o Escritório contar com poucos funcionários e ter recursos orçamentários curtos.

### 3.3 Gestão pública municipal e a educação contextualizada

*As condições de melhoria de vida estão no próprio lugar onde se vive. Basta acreditar em uma vida possível no semiárido a partir de um novo olhar para a realidade e um novo jeito de se viver. A educação para convivência com o semiárido é necessária. (Carvalho e Oliveira, 2010)*

O capítulo II de localização do município de Coronel José Dias trouxe um panorama geral dos indicadores sociais que afetam o município desde sua colonização, mostrando que a vida no semiárido nem sempre é fácil devido às variações climáticas que castigam o sertanejo, a dificuldade de viver da agricultura e as poucas alternativas de subsistência.

Foi partindo desses e outros pressupostos que em 2000 a Cáritas Brasileira escolheu este município para implantação de um projeto piloto que objetivou “desenvolver um conjunto de ações articuladas que possibilitasse melhoria nas condições de vida das famílias” no município e propor políticas públicas apropriadas para a convivência com o semiárido (CARVALHO E OLIVEIRA, 2010). E para que efetivamente as ações fossem executadas, a Cáritas contou com o apoio dispendido do governo municipal de Coronel José Dias.

Dentre as ações propostas destacam-se:

## Quadro 13

## Objetivos e diretrizes da proposta de convivência com semiárido

Viabilizar o acesso à estrutura de captação e armazenamento de água da chuva e aproveitamento sustentável dos mananciais hídricos existentes no município;
Favorecer o acesso a recursos e infraestrutura para o desenvolvimento de iniciativas produtivas apropriadas ao semiárido fornecendo a melhoria de renda das famílias;
Promover capacitação de agentes de desenvolvimento sustentável no município;
Fortalecer a participação da sociedade civil na elaboração, implementação e controle social de políticas públicas;
Garantir a visibilidade e difusão das ações e resultados.
<b>Diretrizes</b>
Educação de Convivência com o semiárido;
Difusão dos resultados;
Democratização das políticas públicas;
Fortalecimento das parcerias, alianças, articulações e afinidades;
Manejo adequado dos recursos naturais do semiárido.

Fonte: adaptado de Carvalho, 2010.

O projeto foi desenvolvido dentro de todas as dimensões ora citadas, mas investir no trabalho educacional configurou-se como a etapa mais importante, como assevera Carvalho e Oliveira (2010), é preciso investir na educação, porque é através dela que a população se apropriará de novas técnicas de criação, plantação, produção e conhecimento da realidade cultural, desse modo as pessoas estarão mais aptas a conviver solidariamente de forma sustentável com os recursos naturais e culturais disponíveis no seu meio ambiente.

Acredita-se que essa visão da nova realidade trará impactos significativos na vidas das pessoas no que diz respeito à valorização do lugar onde vivem e de si mesma, enquanto pessoas capazes de mudar a realidade, evitando assim o êxodo rural (CARVALHO e OLIVEIRA, 2010:34).

Nesse, sentido as escolas de Coronel José Dias foram escolhidas como palco principal para atingir toda a população de Coronel José Dias. Para isso, o projeto contou com o apoio decidido da gestão pública municipal diretamente através da secretaria de educação<sup>36</sup>, assim o projeto piloto foi batizado como “Projeto Fecundação”, cujos eixos de atuação foram delimitados como: Gestão; Recursos Hídricos, Produção Apropriada, Educação Contextualizada.

<sup>36</sup> É preciso mencionar que o secretário de Educação José Roberto da Silva Costa e a professora Filomena Neiva de Oliveira Santos foram peças chaves para o desenvolvimento deste projeto no município.

No que concerne à Educação Contextualizada<sup>37</sup>, as ações foram sistematizadas através dos três princípios básicos da convivência: CONHECER; REFLETIR E CONVIVER. Nesse sentido a prática pedagógica do projeto educação contextualizada foi pautada na necessidade de se conhecer a realidade, sobre ela refletir e para nela intervir, numa perspectiva de desconstruir saberes internalizados em torno do semiárido, modificando dessa forma “hábitos, atitudes, valores, comportamentos e conceitos” (SOUSA E REIS 2003 citado por CARVALHO e OLIVEIRA, 2010:47).

#### Quadro 14

##### Atividades no âmbito da educação contextualizada

---

<sup>37</sup> Nesta análise não iremos nos estender a todas as ações do Projeto Fecundação, iremos nos atentar especificamente para a educação contextualizada, mas para maiores informações recomenda-se a leitura do livro CARVALHO, R.R E OLIVEIRA, J. E.S (2010) *O sonho construído em mutirão: uma experiência de convivência com o semiárido*. Projeto Fecundação. Cáritas Brasileira Regional do Piauí. Teresina-PI

PROJETO FECUNDAÇÃO - CORONEL JOSÉ DIAS – PIAUÍ 2002/2006 EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA				
OBEJTIVO GERAL: Educar para conviver com o semiárido				
INSTITUIÇÃO EXECUTORA DAS OFICINAS: Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada; Rede de Educação do Semiárido Brasileiro; Comissão gestora do Programa de Convivência com o Semiárido da Cáritas Regional do Piauí.				
Estratégia de Gestão: Gestão partilhada entre entidades executoras e público atingido Criação da comissão gestora: 01 representante da Cáritas Regional; 01 representante da Cáritas Diocesana; 01 representante da Prefeitura Municipal; 01 representante da Igreja; 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; 01 Representante das associações de produtores e produtoras. Acompanhamento do Plano Municipal de Educação: Secretário de Educação e 07 professoras.				
ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RECURSOS HUMANOS		AÇÕES DESENVOLVIDAS	
Gestão; Educação Contextualizada	Equipe Cáritas (Iran M. de Oliveira), equipe do IRPAA, Equipe projeto Fecundação (agentes locais, Filomena Neiva, secretário de educação de Cel. José Dias, José Roberto da Silva Costa e prefeito Ramiro da Silva Costa).		social; reuniões, visitas ao Parque Nacional Serra da Capivara; cursos de capacitação de jovens em atendimento turístico; oficinas pedagógicas com os educadores municipais de educação; oficina de teatro com os jovens locais. Elaboração de livro sobre a convivência com o semiárido.	
PLANO DE MONITORAMENTO QUANTITATIVO				
RECURSO FINANCEIRO	METAS		PUBLICO ALVO	
Recursos Alemães e Cáritas Brasileira	Realização de 09 oficinas com educadores; Confecção de 250 cartilhas de educação de convivência com o semiárido; Realização de 04 oficinas de Plano de monitoramento e avaliação; Realização de 01 oficina de teatro; Nove meses de oficina de pintura em tela; Curso de guias para 25 jovens (realização SEBRAE); Confecção de 1000 folderes		78 Professores; Aproximadamente 1000 alunos matriculados nas escolas municipais; Indiretamente: mais de 3 mil familiares	
PLANO DE MONITORAMENTO QUALITATIVO				
PARCEIROS	RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS ALCANÇADOS	AVALIAÇÃO	DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Prefeitura Municipal; Lideranças comunitárias	Mobilizar a comunidade; Cumprir as metas propostas no projeto; Criar o PMA (plano de monitoramento e avaliação do projeto Fecundação); Realizar todas as oficinas propostas; Criação do Plano Municipal de Educação de convivência com o semiárido.	Os professores passaram a trabalhar com projetos incluindo temas geradores: patrimônio cultural, plantas medicinais, turismo, meio ambiente, recursos hídricos; Criação do Plano Municipal de Ação - PMA; Elaboração do Plano Municipal de Educação -PME; Comunidade envolvida; Elaboração de <i>folders</i> , cartilhas e livros.	Todas as ações foram acompanhadas através de registro, informações, fichas, relatórios, pesquisa para o levantamento de dados sobre cada eixo de ação; Depoimentos dos participantes; Entrevistas; Parecer técnico de cada ação desenvolvida; Calendário ordinário de reuniões. O que originou a publicação adiante citada.	O resultado de todo o trabalho desenvolvido resultou na publicação “O sonho construído em mutirão”; Apresentação em fóruns, congressos e seminários locais, regionais e nacionais.
PLANO DE CONTINUIDADE				
O plano de continuidade foi efetivado com a criação do Plano Municipal de Educação contextualizada, onde todos os educadores, gestores educacionais devem ser os multiplicadores da iniciativa dentro da comunidade.				
DESAFIOS FUTUROS				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior participação das famílias na escola;</li> <li>• Acompanhamento pedagógico aos planejamentos escolares;</li> <li>• Multiplicação da proposta aos novos professores/ a apropriação da proposta de ECSA;</li> <li>• Construção dos projetos político pedagógico da escola em consonância com a proposta pedagógica do município;</li> <li>• Planejamento participativo da proposta curricular do município;</li> <li>• Viabilizar o PME enquanto política pública.</li> </ul>				

Fonte: Adaptado Carvalho e Oliveira (2010)



O plano de ação foi estrategicamente elaborado para formar uma rede onde todos se tornariam multiplicadores na própria comunidade. Os professores foram diretamente atingidos através das oficinas, o que proporcionou que estes refletissem sobre a sua realidade, transformando os novos conhecimentos em práticas educacionais dentro de suas salas de aula. Por sua vez os alunos multiplicavam os conhecimentos aprendidos em suas casas e bairros, formando dessa forma uma rede contínua de interlocutores.

Todas as temáticas desenvolvidas no âmbito das oficinas trouxeram uma nova forma de didática educacional para o município, pois os educadores passaram a trabalhar com projetos através de temas geradores.

Nesse processo passaram a compreender melhor que o Parque Nacional Serra da Capivara, os sítios arqueológicos, a arte rupestre, a fauna e a flora fazem parte do contexto do semiárido, pois ao tempo que os projetos iam sendo desenvolvidos sobre caatinga, cultura local, plantas medicinais, os debates sobre preservação do meio ambiente, turismo, ecoturismo foram sendo inferidos dentro do núcleo das escolas formais de Coronel José Dias.

Desse modo, os professores, alunos e comunidade passaram a conhecer melhor a realidade socioeconômica-política-cultural e ambiental, bem como a biodiversidade do meio, ao passo que foram capazes de refletir sobre essa realidade e produzir novos conhecimentos, o que trouxe uma melhor forma de conviver, fazendo uma interação dos conhecimentos produzidos com as mudanças que ora estavam sendo planejadas, educando para a convivência harmoniosa com o meio ambiente em que estavam inseridos (CARVALHO e OLIVEIRA, 2010:50), pois,

Todas as atividades desenvolvidas nos eixos do Projeto Fecundação vão ao encontro da preservação do ecossistema. No aspecto cultural, a ação é fortalecida com o peso da história local, na Serra da Capivara como berço do homem americano e referência da pré-história da humanidade, mistura de raças, ritmos e religiões. Um povo que desperta, a partir deste referencial, para construir uma sociedade pautada no desenvolvimento local. (CARVALHO e OLIVEIRA, 2010:59)

Entre os frutos do Projeto Fecundação cita-se a construção do Plano Municipal de Educação (PME) inserindo Educação Contextualizada (por meio

da interdisciplinaridade e transversalidade) construída por professores, alunos e sociedade em geral, votada e aprovada pela lei nº 078/2003 pela câmara municipal de vereadores. O PME de Coronel José Dias é o primeiro no Piauí que afirma a educação contextualizada no semiárido.

Dentro da ótica da Educação Contextualizada, a secretaria municipal de educação junto com o corpo pedagógico e docente inseriu formalmente na parte diversificada do currículo municipal a disciplina PNSC: *“Parque Nacional Serra da Capivara só ama quem conhece”*. Mais uma vez o município dá um salto no pioneirismo, pois dos quatro municípios do entorno do Parque, este é o primeiro e único até o momento a inserir nos seus currículos a disciplina PNSC.

A iniciativa de inserir está totalmente amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96, quando a mesma diz que a escola tem a incumbência de inserir na parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio as características regionais e locais da sociedade e da cultura, abrindo espaço para a construção de uma proposta de ensino direcionada para o contexto em que cada escola esteja inserida.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1º a 5º ano, bem como nos de 6º a 9º ano, alimentam a perspectiva de apropriação das questões regionais e locais para potencialização dos currículos escolares. É importante lembrar que nos PCNs a temática da Educação Patrimonial está prevista no ensino de História (RODRIGUES, 2009).

O plano curricular da disciplina inclui também conteúdos da cultura imaterial local, e abrange a arqueologia histórica. Embora a iniciativa se configure como um passo importante no contributo para que a comunidade reconheça de forma consciente que o patrimônio arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara deve ser (re) valorizado, apropriado, preservado e transmitido para as gerações vindouras, requer que a mesma seja avaliada. Pois, alguns entraves podem dificultar a continuidade e eficácia da iniciativa, entre eles, o descompromisso de alguns educadores, por conta de questões político-partidárias, mudanças na gestão pública sem garantia de continuidade dos profissionais capacitados; questões salariais (as insatisfações prejudicam o desempenho no ensino - aprendizagem).

Após o término do projeto Fecundação novos professores foram inseridos no quadro, sendo que estes não participaram de nenhuma formação

sobre educação contextualizada e certamente das capacitações da FUMDHAM, o que exige que haja uma formação de continuidade no município e que ficara a cargo do poder publico municipal.

### 3.3.1 Propostas em andamento

O município através da secretaria de turismo vem empreendendo novas atividades com intuito de inserir a comunidade nos processos de gestão e construção de políticas de (re) valorização, preservação e usos sustentável através do turismo.

A partir da inserção do município no Projeto Pólo das Origens de turismo sustentável, que desenvolveu, no ano de 2010 e 2011, ações com a comunidade, cursos de formação em turismo sustentável, meio ambiente, coleta seletiva de lixo, envolvendo todos os segmentos da comunidade. A iniciativa vem mostrar a comunidade que ela poderá sair da qualidade de passiva para próartiva, porque está mais do que na hora desse povo usufruir desse patrimônio de forma sustentável, afinal só assim a realidade pode mudar, criar independência política, social e econômica.

Entre os resultados já obtidos, destacam-se a criação do Comitê Gestor Comunitário de Turismo Sustentável de Coronel José Dias<sup>39</sup> que tem como objetivo principal discutir as diretrizes, estratégias, planejar e realizar ações comunitárias e de interesse coletivo, voltadas para o desenvolvimento e consolidação do turismo sustentável no município de Coronel José Dias com as parcerias locais governamentais, não governamentais e do setor privado( ESTUATUTO DO COMITÊ,2011).

Outro resultado de impacto surpreendente foi a elaboração coletiva das cartilhas sobre todas as temáticas trabalhadas nos cursos, intituladas

---

<sup>38</sup> É importante destacar a colaboração da gestão municipal de Coronel José Dias durante os anos de 2001/2008, cedendo com remuneração a presente pesquisadora, funcionária desta, para colaborar como educadora e coordenadora pedagógica do Pró-Arte FUMDHAM.

<sup>39</sup> O Comitê Gestor Comunitário de Turismo Sustentável de Cel.José Dias foi criado em outubro de 2010 composta por inicialmente por 15 pessoa da comunidade que se disponibilizaram voluntariamente em participar, em seguida elegeram seus. O Comitê elaborou um plano estratégico semestral e vem timidamente e entusiasmado realizando ações na comunidade, depois disso outras pessoas da comunidade já se integraram na equipe.

“sustentabilidade ambiental do turismo; sustentabilidade econômica do turismo; e sustentabilidade social e cultural do turismo, com uma linguagem simples, mas que na sua essência traduz a percepção que a comunidade (desde do gari ao professor) tem em relação ao seu patrimônio. (anexo II)

Finalmente entre as iniciativas de Educação ambiental/patrimonial, educação contextualizada já analisadas neste capítulo, o Projeto Fecundação: “Educação Contextualizada” se constitui como um projeto chave para uma gestão integrada entre comunidade e iniciativa privada, ao passo que o mesmo foi idealizado para formar multiplicadores, onde a própria comunidade iria protagonizar a continuidade do mesmo nas suas ações e atitudes cotidianas, ora no núcleo da escola formal, ora na própria comunidade.

E é esta proposta de gestão integrada que consideramos a mais viável para esta região; é importante o entrosamento da comunidade com os temas geradores, afim de que o pertencimento e a valorização patrimonial sejam incorporados ao projeto de grande dimensão, em pé de igualdade. Não é possível pensar em preservação cultural desvinculada da preservação ambiental.

Na verdade o projeto Fecundação abriu um leque maior para a educação contextualizada, permitindo que os educadores lançassem novos olhares para o seu meio, pois a questão inerente à preservação do meio ambiente e arqueológica não se figurava uma novidade naquele contexto, pois como citado anteriormente, em 1993 a Fundação Museu do Homem Americano ganhou um prêmio pela capacitação dos professores de Coronel José Dias, sendo que esta temática já vinha sendo trabalhada desde então. É importante ressaltar, no entanto, que todos os projetos ora analisados contribuíram para a formação crítica e cidadã do povo coronelino, mostrando-lhes novas formas de viver e conviver no seu território.

O presente capítulo cumpriu com o objetivo de examinar os projetos educacionais desenvolvidos no município pela gestão do Parque, órgãos de preservação, poder público municipal e parceiros, percebendo como as ações educacionais foram sendo delineadas, seus objetivos, metodologias e resultados alcançados.

Em cada subitem buscou-se refletir criticamente sobre todas as ações mostrando os pontos fortes e os pontos fracos de cada iniciativa, entendendo

que as ações práticas de educação foram importantes para aproximar a comunidade de Coronel José Dias ao seu patrimônio cultural.

No entanto, esta análise não foi suficiente para compreendermos como a comunidade coronelina se relaciona com esse patrimônio. Para esse fim, o próximo capítulo apresentará os resultados dos inquéritos aplicados na comunidade, por meio dos quais podemos perceber as relações estabelecidas com o PNSC sob a ótica da própria comunidade, fazendo uso de questões que envolvem valor, acessibilidade, preservação e fruição social.

## **4 RECONHECIMENTO, APROPRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: O OLHAR DA COMUNIDADE**

O primeiro capítulo versou sobre o campo conceitual do objeto de estudo e procedimentos metodológicos; no segundo procurou-se caracterizar o enquadramento do município de Coronel José Dias e o Parque Nacional Serra da Capivara, bem como as relações estabelecidas entre ambos no decorrer do tempo; no terceiro capítulo dissertou-se sobre os projetos educativos desenvolvidos na região de Coronel José Dias pelos órgãos gestores Parque e poder público municipal com intuito de contribuir para uma aproximação das comunidades ao seu patrimônio através de seu reconhecimento e apropriação consciente. Este quarto capítulo pretende apresentar a análise dos inquéritos.

### **4.1 Procedimentos de análise**

Iniciamos a amostragem com a idade de 11-17 anos por dois motivos, primeiro, conforme classificação de Piaget ( citado por BELLO 1995 ), a partir de 11 anos de idade os sujeitos já alcançaram uma maturidade cognitiva que lhes possibilita pensar criticamente, formular hipóteses e buscar soluções concretas sobre todas as classes de problemas.

Nesse sentido, para obter o maior número de atores sociais, decidiu-se ir às escolas do ensino fundamental de 5º a 9º ano, com a certeza de encontrar o maior número de sujeitos nessas idades. Fomos a todas as escolas do município no nível escolar ora citado. E o outro fator importante, é que esse público tem maior possibilidade de participar de projetos educacionais sobre o patrimônio cultural, tanto dentro do currículo formal como das ações ora propostas pelo IPHAN, ora pela FUMDHAM.

E por conseguinte, com os demais grupos etários, partiu-se do pressuposto de que de 18 até 30 anos tem-se o período de afirmação da idade adulta, iniciando uma nova fase escolar e profissionalizante, além do fato de que tais pessoas já cresceram com os discursos patrimonialista e ambientalista configurados nas narrativas proferidas nas escolas, programas educativos e campanhas de promoção do patrimônio da Serra da Capivara. Diferentemente dos demais grupos sociais que nasceram antes da criação do Parque e

presenciaram todas as transformações ocorridas no seu meio ambiente tendo que se adaptar às novas posturas patrimonialistas.

Além de dividir os discursos por faixa etária criamos quatro categorias para desenvolver as análises, a saber:



Figura17: Categorias adotadas para avaliar os inquéritos aplicados no trabalho de campo. Formato adaptado do alvo HERITY<sup>40</sup>.

<sup>40</sup> O termo HERITY significa a junção de duas palavras Heritage (patrimônio) e Quality (qualidade), é uma organização não governamental com sede em Roma fundada em 2002 com objetivo de avaliar a qualidade dos patrimônios culturais nas categorias Valor, conservação, comunicação e serviços. /Fonte:PERREIRA,2009).

#### 4.1.1 Valor

*O valor de um patrimônio está no sentimento de pertencimento que ele desperta nas comunidades, reforçando a identidade coletiva, a educação e a formação da cidadania (Maria Lurdes Fonseca, 2005).*

*O valor cultural esta nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais (Ulpiano Bezerra de Menezes, 2006).*

Nesta primeira análise relativa à questão do valor do Parque Nacional Serra da Capivara atribuída pela comunidade, consideramos pertinente abordar a questão básica sobre o entendimento geral sobre arqueologia.

Nesse sentido, elaboramos duas questões no intuito de entender se os sujeitos já ouviram falar em arqueologia; se sabem o que é um sítio arqueológico; e se reconhecem a importância dos estudos arqueológicos desenvolvidos na Capivara para a comunidade local.

Entendemos que essas questões são pré-requisitos que levaram-nos a perceber qual a compreensão dos sujeitos pesquisados sobre tais questões, uma vez que o discurso sobre o que é arqueologia, sítio arqueológico está (ou deveria estar) presente no cotidiano dos mesmos desde a década de 1970, quando iniciaram-se as pesquisas arqueológicas na região.

Em seguida, para perceber o valor atribuído pela comunidade, apresentam-se as questões: Para você qual a importância das pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara? O que você considera patrimônio cultural na sua cidade? E, no Parque Nacional Serra da Capivara os pesquisadores realizam diversas pesquisas arqueológicas, você sabe a importância desses estudos para a sua comunidade?

**Tabela 1**

**Você já ouviu falar em arqueologia? Em quais meios de comunicação?**

Idade	Sim	Não
11 a 17	96%	4%
18 a 29	94%	6%
30 a 39	86%	14%
40 a 49	74%	26%
50 a 59	73%	27%



60 a 70	69%		31%		
Subtotal	88%		12%		
Idade	Em palestra	Na escola	Na televisão	Em livros	Todas as alternativas
11 a 17	15%	74%	4%	7%	0%
18 a 29	16%	59%	16%	5%	4%
30 a 39	25%	35%	38%	0%	2%
40 a 49	38%	13%	49%	0%	0%
50 a 59	37%	19%	37%	7%	0%
60 a 70	37%	2%	61%	0%	0%
Subtotal	28%	33,7%	34,2%	3.1%	1%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD – 20-10-2010)

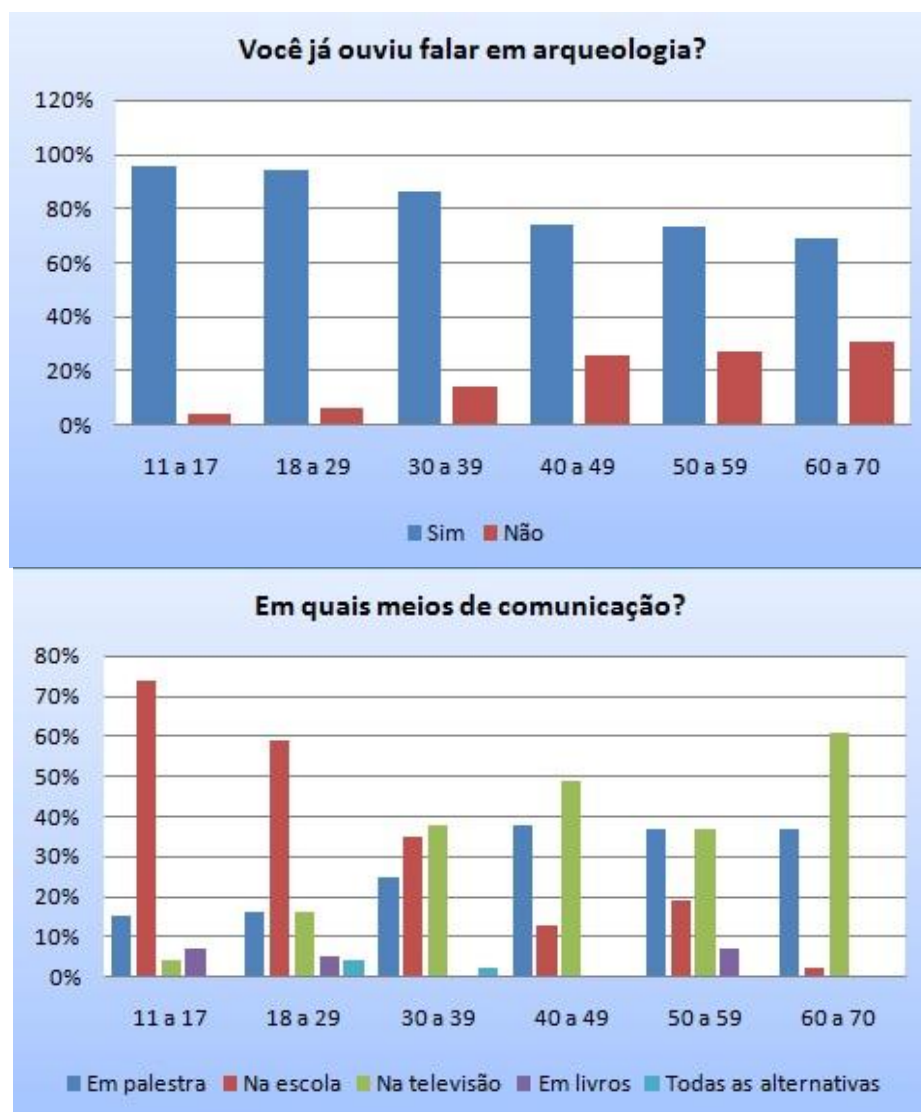


Gráfico 1: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

De acordo com a tabela 1, constata-se que mais de 69% de todos os atores sociais admitem saber o que é arqueologia. Quando interpelados acerca de em quais meios de comunicações já ouviram, temos um expressivo número de pessoas nas idades de 11-17/18-29 que elegeram a escola como o lugar que mais os informa, ao passo que a maioria nas idades 30-39 anos, 40-49 anos, 50-59 anos, 60-70 revelam que a televisão é o canal mais efetivo para informar.

Observa-se também que uma amostra menor afirma que já ouviu falar em arqueologia em palestras proferidas na comunidade, outros já ouviram falar em livros. Deve-se notar que um considerável grupo social nas idades de 40 a 49 anos (26%); 50 a 59 anos (27%), 60 a 70 (31%) revelam nunca ter ouvido falar em arqueologia, pois esse grupo foi o que menos recebeu influência dos meios de comunicação, sobretudo da escola.

Percebe-se, contudo, que em Coronel José Dias as escolas tornaram-se um efetivo canal de disseminação sobre o que é arqueologia, uma vez que no programa escolar está inserida a temática Parque Nacional Serra da Capivara, cabendo destacar ainda que no ensino de História está inserido o conteúdo da arqueologia.

Nesse sentido, o núcleo escolar se torna um importante instrumento de reflexão, discussão, sensibilização e promoção do patrimônio para os mais jovens, mas o que fazer com os mais velhos? Será que há políticas públicas de inserção dos velhos? Uma vez que são eles que detêm a memória do território, não podemos pensar numa preservação patrimonial para o futuro esquecendo de que são os velhos que carregam a memória do lugar, e que pode daqui a pouco desaparecer.

Vimos nos referir também à importância e qualidade dos trabalhos educacionais desenvolvidos pela escola Núcleo de Apoio à Comunidade da Fundação Museu do Homem Americano, atingindo os atores sociais hoje nas idades de 30 a 39 anos, que já ouviram falar na escola, claramente observado na tabela 1.

Na atualidade o acesso aos meios de comunicação visual e audiovisual não são mais considerados um entrave ao acesso à informação como outrora. Daí a importância da divulgação do PNSC nos meios de comunicação, pois fica evidente através da pesquisa a importância de informar através de mídia, já

que o desenvolvimento das ações educativas *in loco*, centradas no patrimônio cultural/ambiental é restrito ao grupo etário de 11-17 e 18-29, 30-39 anos, e mesmo porque reforça a discussão da temática não só àqueles que não chegaram a ser informados na escola, mas também aos que já saíram e vão sair da escola; a mídia televisiva se torna um recurso mais abrangente no sentido de democratizar o acesso à informação, embora se faça claro que não sobressai, em termos de conteúdo, aos programas e ações educativos.

**Tabela 2**  
**Você sabe o que é um sítio arqueológico?**

Idade	Sim	Não
11 a 17	65%	35%
18 a 29	66%	34%
30 a 39	52%	48%
40 a 49	42%	58%
50 a 59	38%	62%
60 a 70	34%	66%
Subtotal	49.5%	50.5%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)



Gráfico 2: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

Na tabela 2, considerando a importância do conhecimento sobre o que é um sítio arqueológico, obtivemos resultados positivos superiores a 60% nas idades de 11-17 anos; 18- 29 anos, 30-39 anos, enquanto acima de 50% os de

40-49, 50-59 anos, de 60-70 anos revelam não saber. Mais uma vez ressalta-se a eficácia dos trabalhos educativos.

**Tabela 3**

**Para você qual a importância da arte rupestre do PNSC?**

Idade	São riscos nas paredes sem importância	Acho bonito mas não sei o significado	São desenhos pintados ou gravados nas rochas de grande importância para compreendermos a história dos nossos antepassados.	Não sei, nunca vi	Não quero opinar
11 a 17	5%	11%	71%	11%	2%
18 a 29	1%	12%	68%	7%	12%
30 a 39	0%	19%	72%	9%	0%
40 a 49	6%	21%	44%	29%	0%
50 a 59	0%	21%	49%	30%	0%
60 a 70	7%	17%	41%	35%	0%
Subtotal	3%	18%	57%	20%	2%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

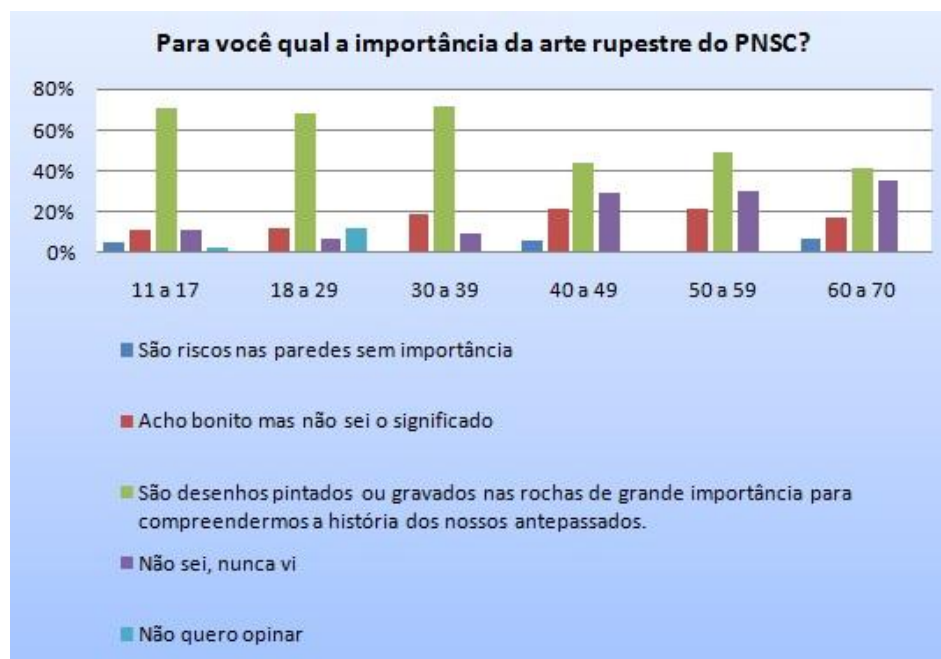


Gráfico 3: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

Desde que o PNSC foi criado a região é palco de discussões sobre a trajetória do primeiro homem americano no território da Serra da Capivara. Isso induziu-nos a pensar que uma grande parte da população tem consciência da importância dessas pesquisas para a região e uma noção do que seja patrimônio cultural e sua relevância para a comunidade local. Foi partindo desta premissa que elaboramos as questões das tabelas 3, 4 e 5.

Na tabela 3, em geral, todas as faixas etárias consideram a arte rupestre plasmada nos paredões rochosos da região da Capivara decisiva para compreendermos a história dos nossos antepassados. Mas, essa amostragem revela ainda que existe um considerado número de atores sociais nas idades de 40-49; 50-59; e 60-70 anos que afirma que nunca viram a arte rupestre.

**Tabela 4**

**O que você considera patrimônio cultural no seu município:**

Idade	Igrejas	Arte Rupestr e	Sítios arq. do PNSC	Roda de São Gonçalo	Todas	Não temos patrimônio cultural
11 a 17	8%	10%	44%	11%	23%	5%
18 a 29	13%	12%	33%	19%	22%	1%
30 a 39	17%	15%	24%	18%	26%	0%
40 a 49	4%	6%	31%	23%	32%	4%
50 a 59	13%	16%	11%	16%	41%	3%
60 a 70	22%	3%	19%	13%	39%	4%
Subtotal	12,8%	10.3%	27%	16,6%	30.5%	2.8%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

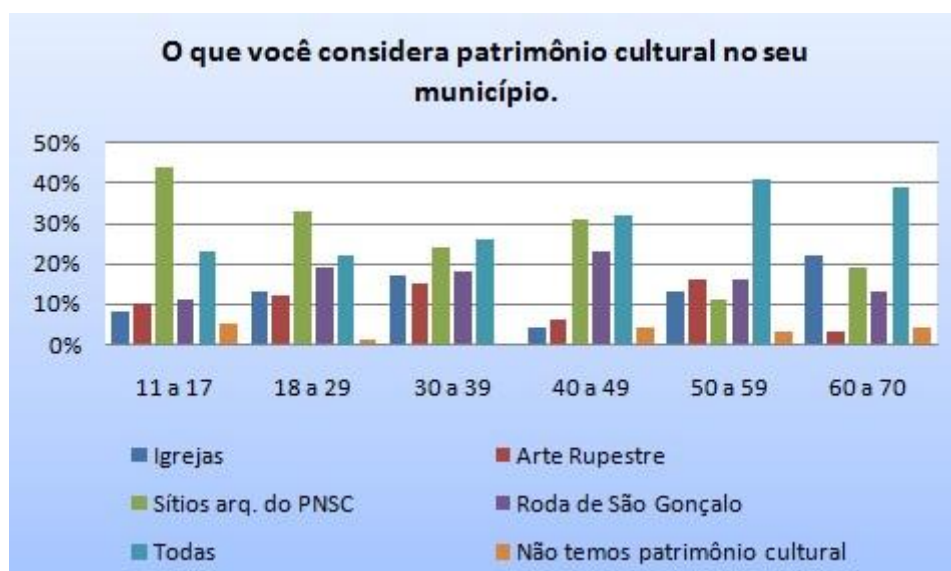


Gráfico 4: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

Na tabela 4 buscou-se perceber dentre as alternativas propostas, quais elementos a comunidade considera como patrimônio cultural do seu município. A amostra revela que os mais jovens (11-17,18-29) consideram o PNSC como um patrimônio cultural do município, enquanto os demais consideram todas as alternativas propostas, as igrejas, a arte rupestre, os sítios arqueológicos e roda de São Gonçalo<sup>41</sup> como patrimônio do município. Demonstrando que na pirâmide de importância patrimonial o Parque vem em primeiro lugar sem deixar de eleger os demais.

### Tabela 5

**No Parque Nacional Serra da Capivara os pesquisadores realizam diversas pesquisas arqueológicas. Você sabe a importância desses estudos para a comunidade de Coronel José Dias.**

<sup>41</sup> A inserção dos dois itens “igrejas” e “roda de São Gonçalo” partiu das seguintes premissas: primeiro a secretaria de turismo criou a lei de tombamento municipal com o propósito de tomba a primeira igreja construída no município a fim de preservar sua arquitetura original e as tradições culturais que configuraram e se configuram naquele espaço (festejos dos padroeiro São Pedro, batizados, casamentos, leilões, entre outros) importantes para memória individual e coletiva da comunidade e essa iniciativa vem despertando na comunidade um sentimento de valorização, e por conseguinte a roda de São Gonçalo que é uma expressão popular (dança e cantos) e religiosa praticada na região por várias gerações, que está arraigada na cultura imaterial local. Em suma, tais expressões se fazem presente no cotidiano cultural da população, por esses motivos, esses dois itens aparecerão em outras questões do inquérito.

Idade	Sim	Não
11 a 17	47%	53%
18 a 29	49%	51%
30 a 39	52%	48%
40 a 49	44%	56%
50 a 59	46%	54%
60 a 70	41%	59%
Subtotal	46.5%	53.5%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

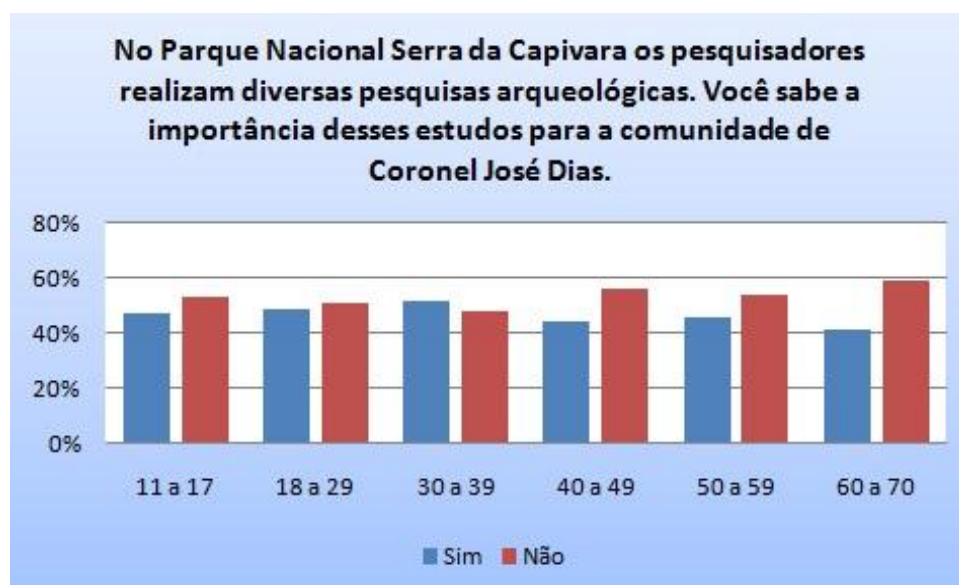


Gráfico 5: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

Parafraseando Horta, a valorização patrimonial depende de seu conhecimento, e sua preservação decorre do orgulho que possuímos de nossa própria história. É partindo dessa premissa que foi elaborada a questão que segue, pois já vimos que um segmento da comunidade sabe o que é arqueologia, um sítio arqueológico, considera o PNSC como patrimônio do município, e que a região é palco de pesquisas pré-históricas desde os anos 1970. Mas afinal eles entendem o valor cultural dessas pesquisas arqueológicas para sua comunidade?

Observando atentamente a tabela 5 percebe-se que a estatística de SIM e NÃO é semelhante para todas as faixas etárias. É curioso observar as respostas, onde se descobre que a escola é decisiva para os jovens saberem o que é arqueologia, mas parece que não os informa sobre a importância dos estudos, deixando entender que os velhos sabem melhor. Isso decorre, sobretudo, pela vivência dos mais velhos, observando os pesquisadores que

passaram a vir e participar direta e indiretamente na comunidade; vê-se que os mais velhos não aprenderam na escola, mas na observação das mudanças na vida cotidiana.

Mas, para melhor entendermos essa questão, procuramos analisar sistematicamente as diversas nuances inseridas dentro das narrativas dos atores sociais por faixa etária, para assim traçarmos uma linha de argumentação para esta amostragem. Destacamos, a seguir, alguns dos trechos mais relevantes a esse propósito.

### **11- 17 anos**

*O reconhecimento da comunidade, para descobrirmos **nossa história** e como eram **nossos antepassados**”.*

*“A descoberta dos povos que viviam antes de nós”.*

*“Para saber quanto tempo o homem viveu aqui”.*

*“Para conhecermos a origem desse lugar”.*

*“Para **nós termos** mais conhecimentos sobre os ossos encontrados nos lugares próximos de nós”.*

*“Para descobrirmos **nossa história** e dos **nossos antepassados**”.*

*“É bom para sabermos como eram **nossos ancestrais**. Para saber quantos anos o homem Pré-histórico viveu aqui”.*

*“Para confirmação de que aqui habitou os primeiros homens americanos”.*

*“Porque ajuda as pessoas a relembrar o passado e de como **nós surgimos**”.*

### **18-29 anos**

*“ Para tentar saber sobre nossas origens”.*

*“Para descobrir os costumes e o modo de vida dos **nossos antepassados**”.*

*“ Para reconhecimento da cultura local”.*

*“Para fazer novas descobertas e atrair turista para região, trazendo conhecimento para o município”.*

*“Buscar um passado”.*

*“ Gerar mais conhecimentos sobre o Parque”.*

*“ Saber mais ou menos sobre o passado pré-histórico”.*

*“ Para preservar o meio ambiente e gerar conhecimentos”.*

*“ Para descobrir o que havia há muitos anos atrás”.*

*“Para descobrir como viviam os povos da antiguidade”.*



*“ Um estudo de grande valor para comunidade”.Aumenta o conhecimento das pessoas”.*

*“ Para ver o **nosso passado**”. Porque cada vez mais o nosso município vai ficando conhecido mundialmente”.*

*“Para as pessoas que nasceram e cresceram aqui saber a importância **de sua origem**”.*

### **30-39 anos**

*“ Traz vantagens para a cidade”.*

*“Para ver o **nosso passado**”.*

*“Trazer melhoria para população”. Traz benefícios para o povo daqui”.*

*“Para conhecer a cultura do lugar”. Para ficarmos sabendo como era o passado”.*

*“O município melhorou o desenvolvimento.”*

*“Para saber como viviam os povos antigos, como eram a vegetação antigamente, o que mudou até os dias atuais”.*

*“Porque é muito importante para cidade”. “Para o desenvolvimento sustentável;*

*“ Para o desenvolvimento da nossa cidade”.*

*“Para garantir a preservação do Parque”.*

*“Para garantir a preservação das pinturas”.*

*“ Para conhecer a origem da população que habitava aqui antigamente. Para descobrir como originou a humanidade”*

### **40-49 anos**

*“ Traz emprego”; “Traz melhoria para o município”.*

*“Desenvolver o município, trazer emprego e turismo”.*

*“Melhorou a região”.*

*“Para saber coisas antigas dos índios que moravam aqui”.*

*“ Porque traz vantagens para o município”.*

*“Trazer mais benefícios para o povo daqui. O município vai crescendo”.*

*“Gerar emprego”.*

*“Para trazer melhorias para nós”.*

*“Não sei mas acho que é importante”.*

## **50-59 anos**

*“Traz emprego”.*

*“Para trazer melhorias para o município”.*

*“É importante para o desenvolvimento da população”.*

*“Renda, emprego e turismo”.*

*“Foi bom demais para nós”.*

*“É muito importante, falta é o município melhorar”.*

*“Através de pesquisas vem gente do mundo inteiro”.*

*“Dá trabalho para comunidade”.*

*“De grande importância, através dos achados surgem projetos, empregos na comunidade, estradas, água encanada, desenvolvimento, escolas, muita coisa”.*

*“É importante para melhorar a região”.*

*“Conhecimento para o povo, traz melhorias para o lugar”.*

## **60 -70 anos**

*“Para melhorar as coisas”.*

*“Para trazer muitas coisas, as pessoas vem ver e deixa recursos, dinheiro. “*

*“Para o município melhorar, desenvolver”.*

*“Trazer muitas coisas boas para o município”.*

*“É importante para preservação.*

*“Melhorou para o público, mas serve para uns e para outros não”. “ Importante para criar mais transportes”.*

*“Sei que é importante, mas não sei como falar”.*

*“Para ver se melhora o lugar”. “ Melhorar o município”.*

*“ A importância que já vi falar e porque tão fazendo para trazer turistas”.*

*“Para o desenvolvimento da cidade”.*

*“É bom para as futuras gerações”.*

Analisando os depoimentos nos defrontamos com dois discursos. Nas idades de 11 a 40 anos, percebe-se que os atores sociais consideram de suma relevância as pesquisas arqueológicas para compreensão das suas próprias origens, que estas trouxeram à comunidade informações singulares sobre a ocupação humana na região.

A internalização desses entendimentos não é superficial, ou seja, os mesmos realmente se apropriaram da produção desses conhecimentos como necessários para compreensão da sua própria evolução histórica/cultural, fortemente observado nas narrativas pela recorrência dos termos: “nossas origens” “nosso passado”, “nossos antepassados”. Muito embora, voltando para a amostragem, essa percepção ainda não contemplou uma parcela significativa da comunidade estudada.

Nesse sentido, acredita-se que é preciso que as escolas e programas de educação patrimonial lancem um olhar mais aguçado para essa questão. Informar não é suficiente; entender o que é arqueologia, um sítio arqueológico, o que é patrimônio cultural são condições primárias para um entendimento micro, é preciso despertar nos sujeitos sentimento de pertencer àquele patrimônio, que aquelas descobertas são imprescindíveis para compreendermos o que fomos, de onde viemos, como evoluímos e o que nos tornamos hoje.

Delimitamos como o segundo discurso a idéia de desenvolvimento, uma vez que quase na sua totalidade os sujeitos nas idades de 41 a 70 anos comungaram do mesmo pensamento, que as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no PNSC foram importantes para o município na medida em que possibilitaram um desenvolvimento na geração de renda, melhoria de vida, melhores condições de estradas, serviços básicos sanitários, como o abastecimento de água e infraestrutura.

#### 4.1.2 Acessibilidade

*Nada substitui o objeto real, fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou ( Maria de Lurdes Parreira Horta, 1999).*

A Educação é hoje um instrumento fulcral nas políticas de preservação do patrimônio, mas a educação isolada do contato, *in loco*, com o objeto cultural não garantirá a eficácia no que concerne ao entendimento e apropriação consciente, pois é esse contanto que permite aos sujeitos entender

uma sucessão de informações a respeito desse patrimônio, “o seu contexto histórico temporal, as formas, usos, as tecnologias, as crenças, valores dos grupos sociais que os construíram, modificaram e utilizam” (HORTA 1999:16) e que fizeram história naquele determinado espaço.

O contato das pessoas com o bem patrimonial proporciona o desenvolvimento e um aprendizado mais rico e prazeroso, que levantarão questionamentos importantes sobre como viviam as pessoas, como eles pintavam, o que utilizavam para fazer traços na rocha, o que comiam, como trabalhavam, caçavam, brincavam, como se curavam das doenças, se existiam diferenças coisas e assim por diante.

Assim, os sujeitos aprenderão melhor sobre o passado, o conhecendo e dando-lhe valor. “Referenciá-lo com o presente permitirá a comparação e desenvolvimento do seu espírito crítico, fator essencial na formação do futuro cidadão” (GRUMBERG, 2008:34).

Hoje muitos projetos e programas didáticos tem garantido o contato aos bens culturais, tanto aos museus, sítios arqueológicos, parques, monumentos arquitetônicos ou centros históricos. A FUMDHAM e IPHAN proporcionam esse acesso gratuito dentro dos seus programas educativos visando facilitar a acessibilidade das comunidades do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara (OLIVEIRA, 2008).

Essa necessidade decorre não só de visitar o Parque ou Museu como simples lugar de lazer ou entretenimento, mas de proporcionar um contato direto com o patrimônio arqueológico, as pesquisas realizadas sobre esses homens e mulheres que viveram há milhares de anos, como eles viviam, o que fabricavam, os instrumentos que dispunham e a evolução tecnológica, criando na comunidade um respeito pela cultura de seus antepassados levando-os a uma (re) valorização e fruição. Para isso é mister analisarmos as duas questões a seguir:

#### **Tabela 6**

#### **Você já visitou o PNSC?**

Idade	Sim	Não
11 a 17	41%	59%
18 a 29	72%	28%
30 a 39	57%	43%
40 a 49	40%	60%
50 a 59	51%	49%
60 a 70	31%	69%
Subtotal	48.6%	51.4%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

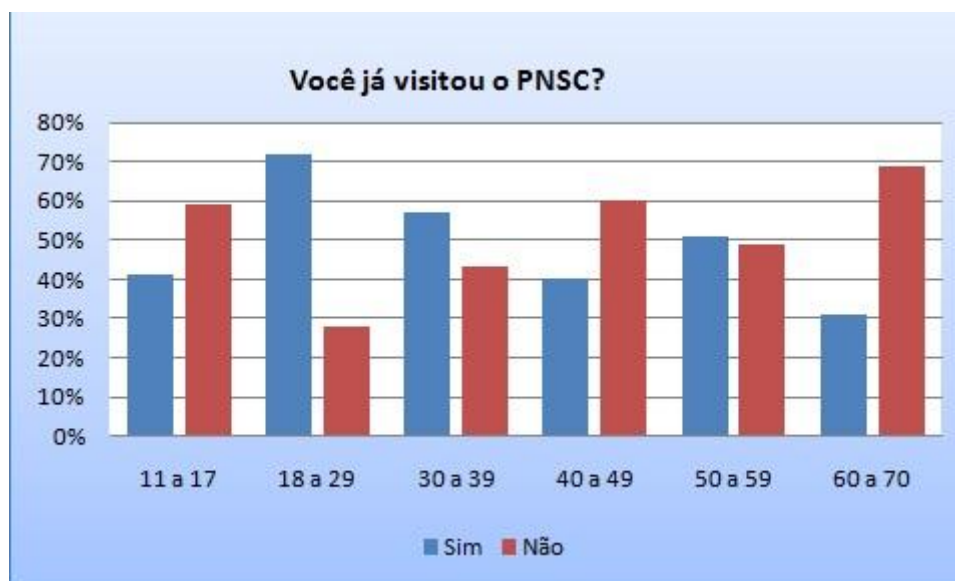


Gráfico 6: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

A tabela 6 aponta uma certa preocupação quanto ao acesso das pessoas nas diferentes faixas etárias ao PNSC. Na faixa etária de 11 a 17 anos, 59% revela nunca ter visitado o Parque, contra 41% que já visitou. O sistema de educação municipal implantou no currículo formal a disciplina PNSC, que ao longo dos cinco anos vem se tornando um veículo importante para disseminar os conhecimentos sobre o patrimônio cultural do Parque, que informa o que é um sítio arqueológico. Então, por que não visitaram?

Para Horta (2008), um das etapas metodológicas mais importantes do estudo do patrimônio é o contato direto dos sujeitos com o objeto, é nesse processo que se dá o desenvolvimento da percepção visual e simbólica, interpretação das evidências e significados, o envolvimento afetivo, a internalização, julgamento crítico e por fim a valorização cultural.

Quando abordamos os professores, direção das escolas e coordenação pedagógica do município mostrando esses dados, todos foram unânimes em

acusar a dificuldade de transporte para levar todos os alunos ao Parque, e o péssimo estado das estradas que liga alguns povoados do município. Além de confessarem a não existência de um programa definido para beneficiar os alunos do município a conhecer o PNSC, pois as escolas não dispõem de verbas para arcar com as despesas de transportes, guias e material pedagógico adequado. Isso mostra uma fragilidade na proposta de inclusão da temática do parque no currículo escolar<sup>42</sup>.

Já 72% (18 a 29 anos) e 57% (30 a 39 anos) declaram que já visitaram o Parque, são dados compreensíveis se levarmos em consideração que muitas destas pessoas participaram dos projetos educacionais da FUMDHAM desde a década de 1990 ou estudaram nos Núcleos de apoio a Comunidade. Outros afirmaram que os festivais culturais de arte desenvolvidos pela Fundação Museu do Homem Americano na Pedra Furada facilitaram esse acesso.

Adiante, uma considerável amostra declara, 60% (40-39) 49% (50-59) 69% (60-70), nunca ter visitado o Parque, muito embora em alguns inquéritos os sujeitos tenham respondido “Não” com justificativa:

Não, mas antes da criação do Parque eu andava muito por lá;  
Não, depois que virou Parque nunca fui;  
Não, antes de virar Parque eu conhecia;  
Não, conhecia antigamente antes de ser Parque”;  
Não, ia lá antes de ser Parque fazer piquenique;  
Não, antes de ser Parque eu achava muito bonito, e hoje eu não ando mais por causa da burocracia;  
Não visitei, a gente mora dentro, mas acho que visitei porque já andei por essas beradas da serra antes de ser Parque;  
Agora não, antes eu morava lá dentro, não saía de lá buscando água e as criações;  
Não, visitei quando não era Parque, que eu ia para a roça ou buscar água e lavar roupa na capivara;  
Não, nunca senti vontade, mas eu ia na Capivara buscar água;  
Minha filha, antigamente eu morava lá dentro, eu furava manijoba, mas depois que virou Parque não;  
Não, antes de ser Parque andei muito;  
Não, mas antes eu brincava lá pra aqueles caldeirões.  
(inqueridos nas idades de 51 a 70 anos)

---

<sup>42</sup> Após a aplicação dos inquéritos a secretaria de educação adquiriu um ônibus escolar através de um programa do governo federal e assim iniciou em Maio de 2011 as visitas ao PNSC, onde segundo a coordenação pedagógica pretende até o final do ano cumprir o calendário pedagógico de levar todos os alunos matriculados nas escolas municipais ao Parque.

Na verdade a resposta deveria ser sim com ressalvas, pois a questão que esses atores sociais quiseram levantar foi do direito de propriedade do território, ao passo que aquele espaço que outrora era a casa deles, de todos, passou a ser demarcado como Parque onde eles não poderiam ir e vir quando sentissem vontade, daí a resposta “não” justificada.

**Tabela 7**

**Você já visitou o museu do Homem Americano?**

Idade	Sim	Não
11 a 17	37%	63%
18 a 29	51%	49%
30 a 39	51%	49%
40 a 49	31%	69%
50 a 59	32%	68%
60 a 70	27%	73%
Subtotal	38.2%	61.8%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

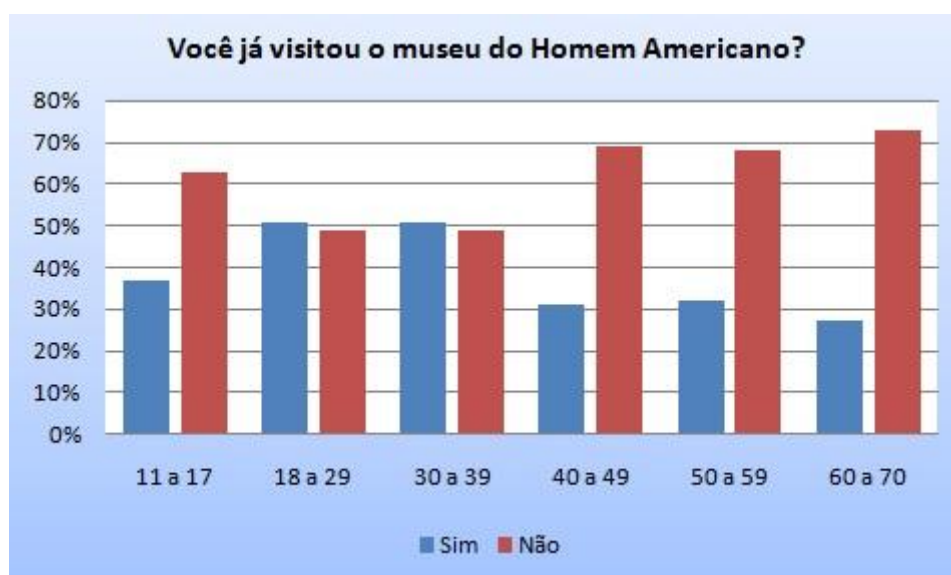


Gráfico 7: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

O Museu arqueológico do Homem Americano, localizado em São Raimundo Nonato, foi construído em 1998 e sua exposição museal está baseada nas pesquisas desenvolvidas pela equipe multidisciplinar da Fundação Museu do Homem Americano, dedicado aos povos pré-históricos e

colonizadores que povoaram o Novo Mundo. Nele estão expostos artefatos da cultura material da pré-história até o momento da colonização.

Os indicadores desta tabela são análogos com a tabela anterior nas idades 11 a 17 anos, onde 63% manifestam nunca ter visitado o Museu. Considerada uma amostra expressivamente significativa, fazemos uso da justificativa da tabela anterior (dificuldade de acesso a meios de transporte e péssimo estado das estradas).

Nas idades 18 a 29 anos 52% e 30 a 39 anos 51% declaram ter visitado o museu, ao contrário das demais faixas-etárias que afirmam nunca ter visitado. Demonstrando que a acessibilidade ainda não é democratizada para todos, nesse ponto podemos considerar vários fatores, desinteresse em visitar, dificuldade de acesso ou falta de oportunidade.

#### 4.1.3 Preservação

*O que acontece é que o melhor guardião de um bem cultural é sempre seu dono (as comunidades locais) (Aloísio Magalhães citado por Rodrigues, 2009).*

A missão de preservar o patrimônio cultural gerou durante décadas muitas discussões, as recomendações, cartas e legislações prevêm várias maneiras de preservação patrimonial, entre elas a tarefa de educar as populações a respeito dos valores representados pelo patrimônio cultural. Admitindo essa necessidade foi que elaboramos as questões abaixo.

### **Tabela 8**



### **Você já participou de cursos, palestras, projetos educacionais sobre a importância de preservar o PNSC?**

Idade	Sim	Não
11 a 17	65%	35%
18 a 29	63%	37%
30 a 39	42%	58%
40 a 49	30%	70%
50 a 59	29%	71%
60 a 70	25%	75%
Subtotal	42,3%	57,7%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

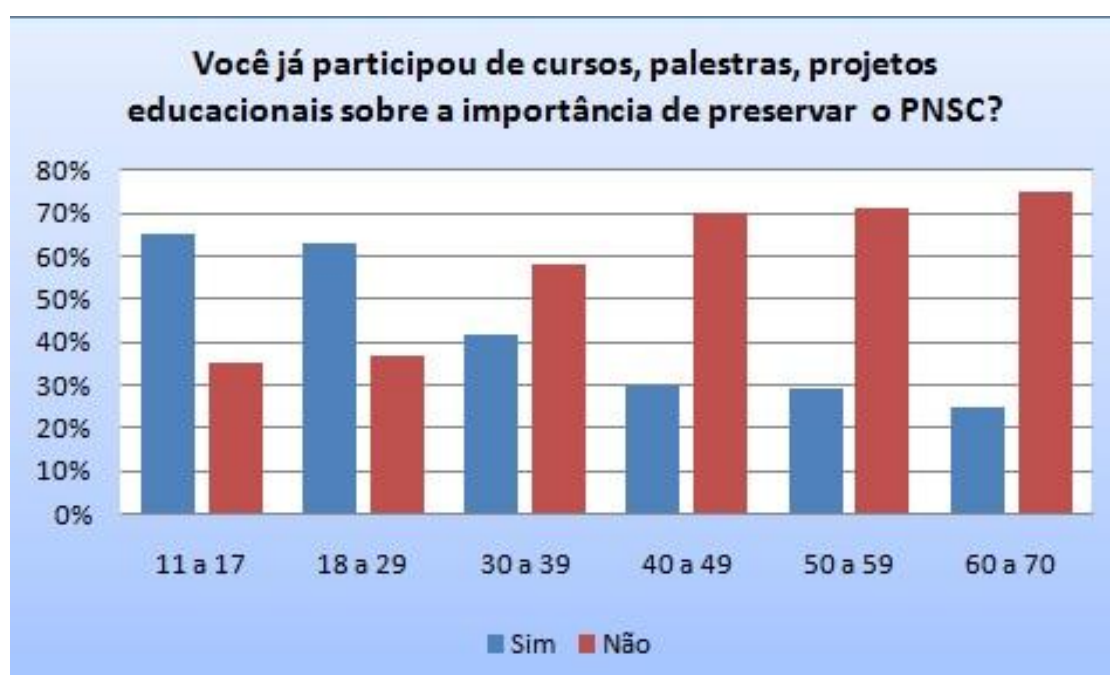


Gráfico 8: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

Como era de se esperar, os mais jovens (11-17,18-29 anos) majoritariamente admitem já terem participado de programas educativos centrados no patrimônio cultural do PNSC, mostrando apenas uma pequena contradição das análises anteriores nas idades de 30 a 39 anos que apresenta uma porcentagem maior na alternativa “Não”.

No entanto, a maior diferença está nas idades acima de 40 anos, considerada uma amostragem expressivamente preocupante, do ponto de vista de participação de um entendimento geral sobre o patrimônio cultural de sua região, o que vem sendo delineado desde a primeira análise; eles entendem

pouco o que é arqueologia, e quase não visitaram o museu e o PNSC, depois da criação.

O que mais uma vez vai de encontro com a problemática e hipótese deste trabalho, em que afirma-se que somente uma parcela da comunidade coronelina foi atingida pelos programas educativos no que concerne a sensibilização e informação da importância de preservar o patrimônio arqueológico do Parque, é que são desejáveis ações que cheguem a todos os as idades, entendendo que é a partir de uma valorização do patrimônio que se encadeia a preservação.

**Tabela 9**

**Quem deve preservar o patrimônio do PNSC.**

Idade	A FUMDHAM e o IBAMA co-gestores do Parque	A prefeitura	IPHAN	Todos nós	Não quero opinar
11 a 17	23%	7%	0%	68%	2%
18 a 29	10%	0%	0%	90%	0%
30 a 39	7%	0%	0%	93%	0%
40 a 49	19%	2%	0%	75%	4%
50 a 59	16%	0%	0%	76%	8%
60 a 70	12%	3%	0%	83%	2%
Subtotal	14.5%	2%	0%	80,9%	2,6%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

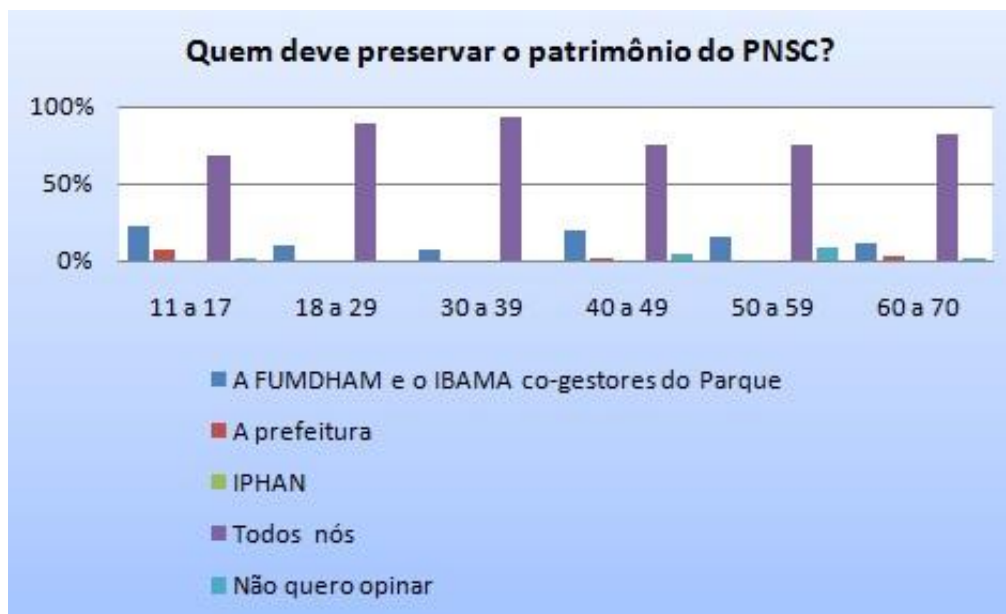


Gráfico 9: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

Por outro lado a tabela 9 aponta dados interessantes. Quando se pergunta quem deve preservar o Patrimônio do Parque Nacional Serra da Capivara, todos são unânimes em afirmar que “Todos nós” com amostras superiores a 60%, entendendo que “todos nós” significa estado, gestores do parque e comunidade.

Um dado curioso nesta questão é que dentre as alternativas propostas somente a alternativa IPHAN não obteve nenhuma porcentagem, o que mostra que a comunidade não conhece o papel do IPHAN, a hipótese para esse desconhecimento pode estar atrelado ao fato do mesmo sempre intervir juntamente como a FUMDHAM, sendo considerados uma única instituição.

**Tabela 10**

**Você acha que a caça predatória de animais selvagens deve ser permitida?**

Idade	Sim, porque aqui as pessoas caçam para sobreviver	Não, porque a caça predatória causa um desequilíbrio ambiental e prejudica a existência da vida no planeta	Não quero opinar
11 a 17	16%	67%	17%
18 a 29	11%	63%	26%
30 a 39	13%	75%	12%
40 a 49	14%	48%	38%
50 a 59	24%	46%	30%
60 a 70	27%	48%	25%
Subtotal	17,5%	57,8%	24,7%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)



Gráfico 10: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

Essa questão nos apresenta bons resultados. Indagados sobre a permissão da caça de animais selvagens, a ampla maioria afirma que não deve ser permitida, entendendo que essa ação é nefasta e causa um desequilíbrio ambiental prejudicando a existência da vida. Apenas uma minoria considera que a caça deve ser permitida uma vez que contribui para subsistência das populações locais.

Algumas pessoas decidiram não opinar, uma postura compreensível devido à delicadeza em abordar essas questões na comunidade. Em suma, os dados são bastantes significativos, mostrando que há um processo de conscientização da ilegalidade do ato de caçar.

**Tabela 11**

**Quais seriam as melhores soluções para resolver os problemas da caça de animais selvagens na nossa região?**

Idade	Liberar a caça o ano inteiro	Realização de programas educativos.	Através de vigilância dos guardas parques	Não quero opinar
11 a 17	14%	60%	22%	4%
18 a 29	%	74%	23%	3%
30 a 39	9%	68%	16%	7%
40 a 49	19%	49%	20%	12%
50 a 59	21%	46%	30%	3%
60 a 70	25%	32%	34%	9%
Subtotal	14,6%	54,8%	24,4%	6,4%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

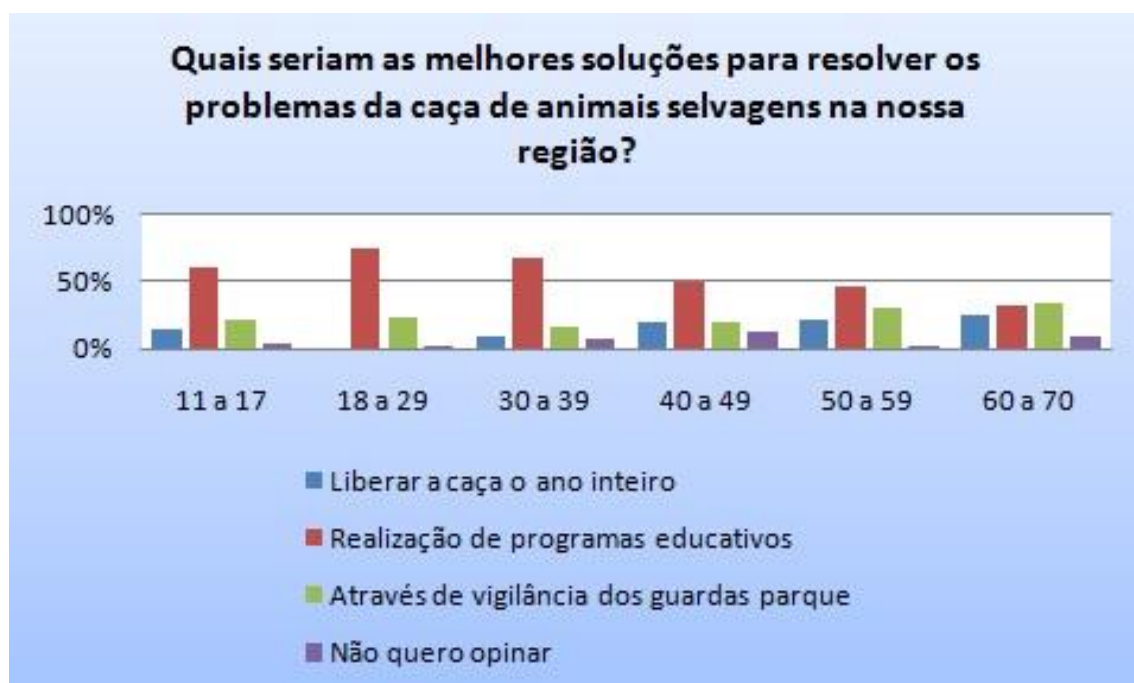


Gráfico 11: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

A tabela 11 mostra-nos que grande parte das pessoas pesquisadas acredita que a educação se figura como um indispensável instrumento de informação e sensibilização de prevenção à caça, porém 34% (60-70 anos) acredita que é a vigilância que consegue parar a ação de caçar, depois em seguida um pequeno número menor acredita que deve ser liberada.

A questão da liberação é um ponto crítico a ser abordado, uma vez que vai contra a legislação nacional brasileira, mas observando os dados constata-se que a maioria da comunidade tem esse conhecimento.

#### 4.1.4 Fruição Social

*O uso e a afetividade das funções em benefício da coletividade é mesmo o que legitima em última instância, a própria preservação (Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses, 2006).*

De acordo com Meneses (2006) se as comunidades do entorno dos bens culturais tiveram um sentimento de apropriação, e (re) valorização do patrimônio cultural entendendo o seu papel como co-responsáveis de sua preservação, estarão aptos a sua fruição social, que fortalecerão melhorias nas condições de vida através da sustentabilidade.

Segundo Arantes Neto (2006), esse princípio foi introduzido na prática ambientalista, mas deve ser, com urgência, incorporado nos programas de preservação patrimonial ao passo que a exigência da sustentabilidade implica na explicitação da responsabilidade social.

Os dados analisados nos mostram que a maior parte da comunidade já usufrui socialmente desse patrimônio, quando identifica elementos de sua cultura que querem que sejam preservados, passados de geração a geração e reconhecidos pelos grupos externos, percebendo que o seu uso através do turismo sustentável é algo possível nessa comunidade. Vejamos o que dizem as tabelas a seguir.

#### **Tabela 12**

##### **Você já ouviu falar em Turismo sustentável?**

Idade	Sim	Não
11 a 17	55%	45%
18 a 29	61%	39%
30 a 39	57%	43%
40 a 49	52%	48%
50 a 59	55%	45%
60 a 70	56%	44%
Subtotal	56%	44%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

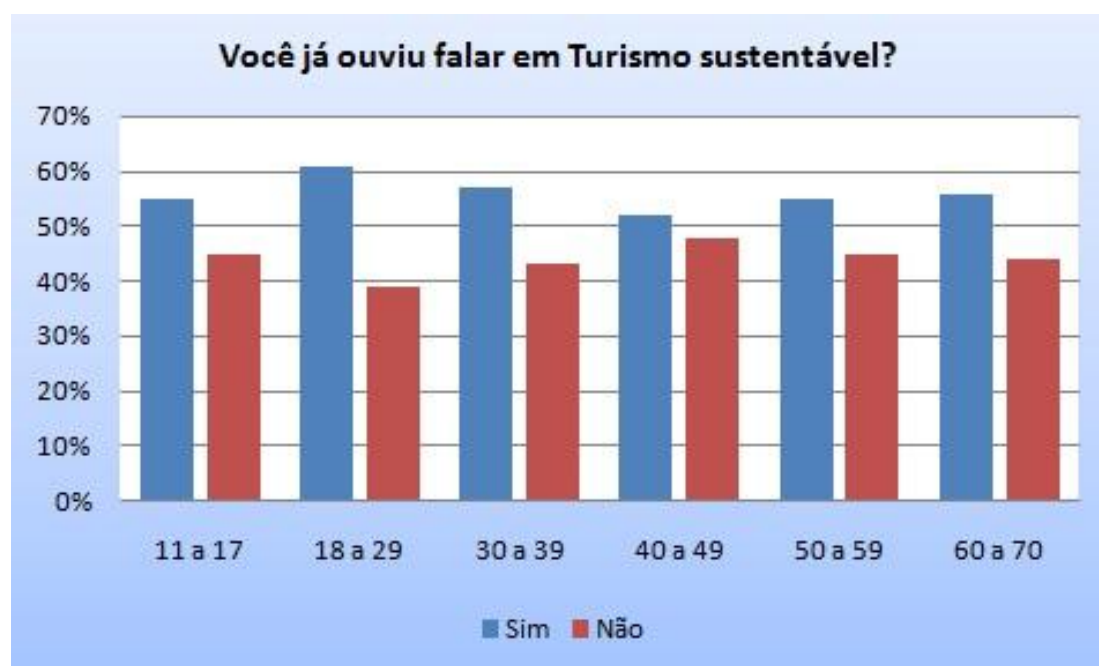


Gráfico 12: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

Observa-se na tabela que mais de 50% de todos os atores sociais dizem já ter ouvido falar em turismo sustentável. Certamente podemos concluir que isso decorre dos projetos de turismo sustentável que estão sendo implementados atualmente no município, onde vem ocorrendo seminários, reuniões e cursos sobre turismo sustentável, meio ambiente, atendimento turísticos, entre outros. O projeto é uma iniciativa da Secretaria de Turismo do Estado em parceria com a prefeitura e outras instituições.

O turismo cultural arqueológico se apresenta como alternativa viável para que as comunidades possam além de reconhecer e revalorizar o patrimônio arqueológico, usufruir deste potencial para o desenvolvimento econômico sustentável local.

Para Freire e Pereira (2002) o turismo cultural é compatível e comprometido com o fortalecimento da identidade, a preservação da memória

e do patrimônio cultural, cuja viabilidade se dá por meio de interpretação planejada e realizada em conjunto com a comunidade. É envolver a comunidade desde o início, mostrando as suas potencialidades.

Para Murta e Albano (2002:10), “ uma comunidade que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio”. Nesse sentido, a prática interpretativa deve proporcionar a discussão entre os diferentes segmentos sociais sobre aquilo que os tornam diferentes, levando os moradores a (re) descobrirem novas formas de olhar, apreciar e usar o seu lugar de forma a desenvolver entre eles atitudes preservacionistas. E, finalmente estarão aptos a novas vocações e oportunidades de trabalho e renda ligadas ao turismo cultural (MURTA E ALBANO, 2002:11).

**Tabela 13**

**Se sua cidade for contemplada com um museu o que você gostaria de ver em exposição?**

Idade	Objetos que contenham a história da minha família	Objetos da cultura coronelina	Os achados arqueológicos pré-históricos encontrados no Parque Nacional Serra da Capivara	Todas as alternativas	Não quero opinar
11 a 17	11%	31%	47%	5%	6%
18 a 29	8%	30%	48%	14%	0%
30 a 39	3%	20%	48%	29%	0%
40 a 49	21%	19%	42%	8%	10%
50 a 59	11%	32%	30%	27%	0%
60 a 70	19%	22%	17%	30%	12%
Subtotal	12,3%	25,6%	38,6%	18,8%	4,7%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)



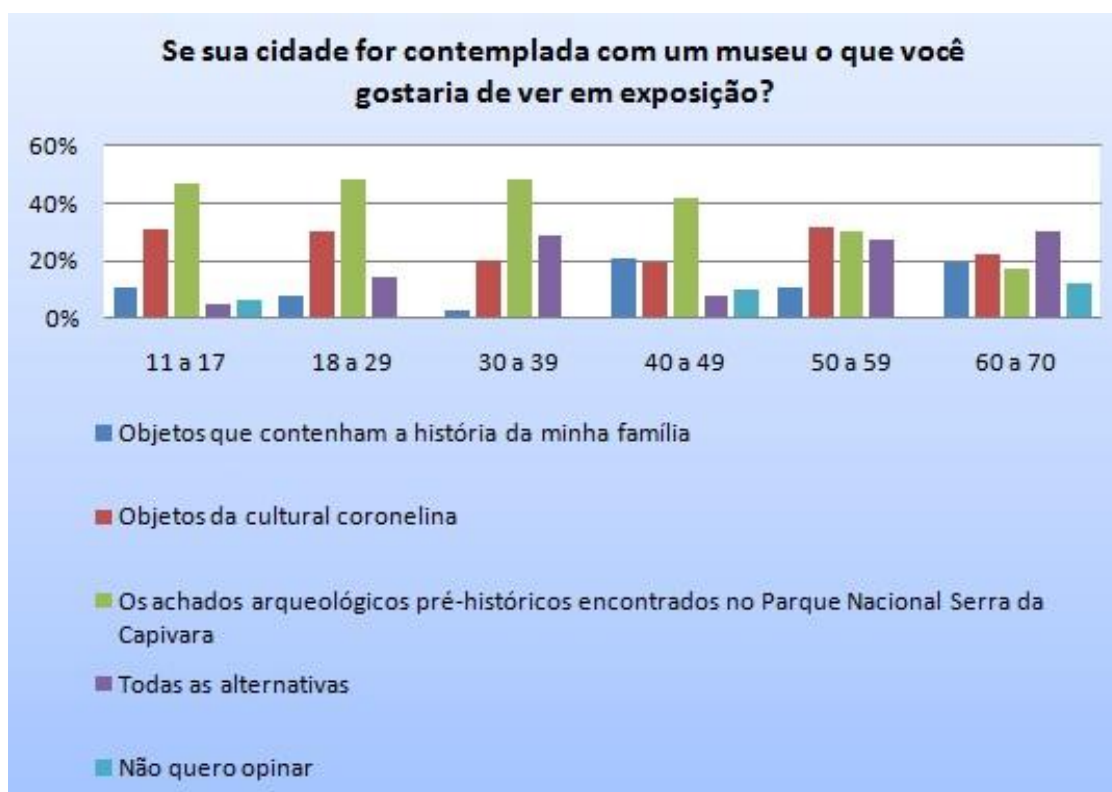


Gráfico 13: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

A tabela 13 aponta que a comunidade considera primordial que os achados arqueológicos do PNSC façam-se presentes no museu, mas elegeram também a história local e os objetos antigos que fazem rememorar os modos de fazer e viver do sertanejo, ou seja, revelam a vontade de deixar marcas dos seus saberes e fazeres.

Inclusive foi apontado nas anotações o entusiasmo da comunidade com a possibilidade de ver alguns dos objetos antigos de seus familiares musealizados, oferecendo baús de couro fabricado pelos seus antepassados, vestimentas antigas, móveis, instrumentos rudimentares de cultivo agrícola, potes e vasilhas de cerâmica, acessórios de beleza, documentos históricos sobre a história local, fotos, entre outros.

Nesse caso, acredita-se que a proposta de um centro de memória como um espaço de constante diálogo sobre a identidade e manifestação cultural de Coronel José Dias, fortalecerá a auto-estima de todos, inclusive dos mais velhos, ao passo que fomentará a (re) valorização de seu patrimônio e suas tradições culturais. Além disso, será mais um espaço de visitação turística, pois o visitante além de visitar o Parque Nacional Serra da Capivara irá também ter a oportunidade de visitar o centro de memória da cidade e conhecer os modos

de ser, viver, fazer e construir da comunidade local. Essa iniciativa pode ser um ponto de partida para promover a integração entre comunidade, poder público e gestão do Parque.

**Tabela 14**

**O que você gostaria que o turista conhecesse na sua cidade?**

Idade	O bairro São Pedro e a igreja	Os Serrotes calcários	O Parque Nacional Serra da Capivara	As histórias contadas pelos antigos moradores do Parque	Danças regionais	Todas as alternativas	Não sei
11 a 17	8%	3%	56%	20%	4%	7%	2%
18 a 29	11%	3%	44%	22%	7%	13%	0%
30 a 39	11%	3%	49%	14%	3%	19%	1%
40 a 49	6%	10%	31%	18%	4%	25%	6%
50 a 59	11%	5%	16%	41%	3%	24%	0%
60 a 70	5%	3%	24%	22%	7%	32%	7%
Subtotal	8.7%	4.5%	36,6%	22.8%	4.7%	20%	2.7%

Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

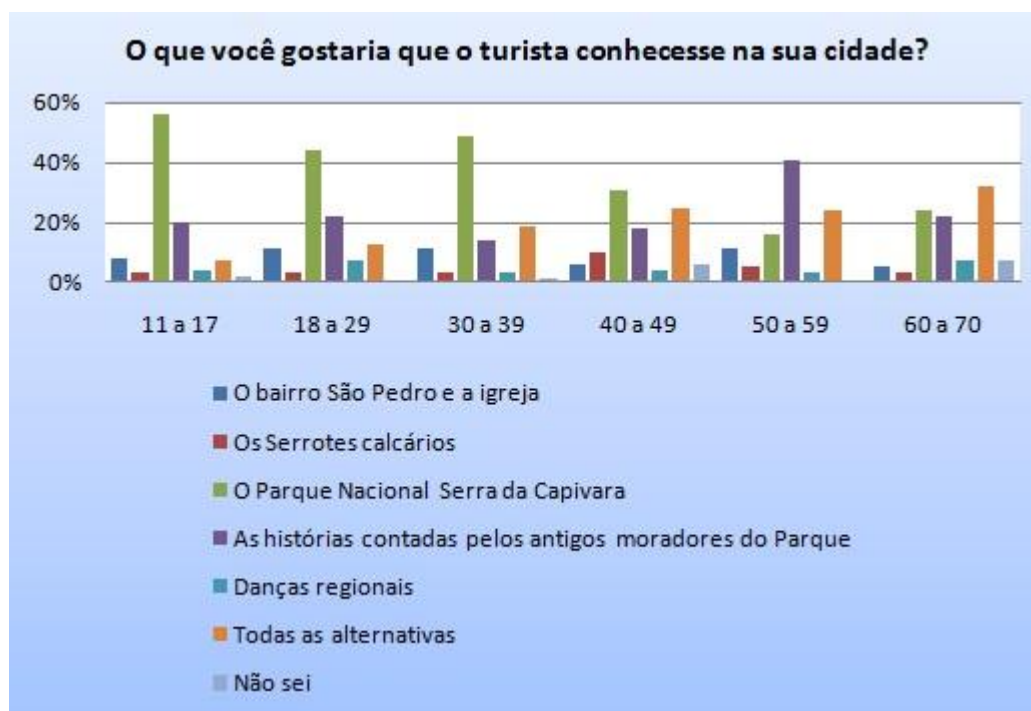


Gráfico 14: Pesquisa de Campo - Aplicação de Inquéritos (CJD - 2010/2011)

Os dados da tabela 14 fortalecem justamente o que já comentamos anteriormente, a comunidade acha importante que o turista conheça o PNSC e sítios arqueológicos do entorno, seu patrimônio de projeção nacional e internacional, mais também já reconhece, sobretudo os mais velhos - 50 a 59 (41%) e 60 a 70 (22%), que as suas peculiaridades culturais e históricas são importantes e que devem ser compartilhadas com os visitantes.

Existe a vontade de compartilhar como são os seus modos de viver no sertão, até porque se essas histórias não forem compartilhadas daqui a pouco essa geração não existirá e suas histórias se perderão no tempo. Entendemos que os seus conhecimentos, suas expressões culturais poderão ser agregadas a uma valorização maior do patrimônio cultural da região, inclusive almejando o desenvolvimento do turismo.

E é importante entender que essas histórias fazem parte da própria constituição do PNSC. A gestão participativa como um organismo de atuação da comunidade, como algo concreto é possível de ser realizado.



Figura 18: Coronel José Dias. Foto: Airton Sousa



Figura 19: Praça da igreja São José Cel José Dias. Foto: Airton Sousa

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Eu não tenho uma resposta (...) Por enquanto eu tenho apenas um choque. Várias são as possibilidades” ( SCHMITZ citado por NASCIMENTO,2009:93).*

O presente estudo objetivou perceber as relações estabelecidas entre Comunidade de Coronel José Dias e Parque Nacional Serra da Capivara no que concerne a sua valorização, acessibilidade, preservação, e fruição social.

Para isso foi necessário primeiramente analisar os projetos educativos desenvolvidos em Coronel José Dias pela FUMDHAM, IPHAN e gestão municipal entendendo como se deu o processo de inclusão dessas populações às novas posturas patrimonialistas e ambientais.

Em seguida, a aplicação de inquéritos foi o recurso para buscar entender sob o olhar da própria comunidade, se hoje existe uma aproximação desta com o seu patrimônio. Partindo da problemática de que as ações educativas desenvolvidas ao longo dos anos contribuíram para aproximar um segmento da comunidade de Coronel José Dias ao patrimônio cultural do PNSC, compreendemos que devem ser agregados outros elementos para que a população possa se beneficiar plenamente desse patrimônio de forma sustentável, tendo a educação patrimonial como um instrumento que fomenta esse processo.

Diante disso, a hipótese de que os programas educativos contribuíram para aproximar um segmento da população ao seu patrimônio se confirma. Pois, mostra que os mais jovens que cresceram com o discurso da preservação patrimonial, decorrentes dos programas educativos, têm um entendimento maior sobre a importância de valorização e preservação do PNSC. Ao contrário dos mais velhos que vivenciaram os processos de criação do Parque, onde muitos foram desapropriados de suas terras mediante legislação de criação das Unidades de Conservação, tendo que migrar para outros locais modificando os seus antigos hábitos.

Os dados nos fazem refletir sobre a hipótese de um ressentimento com a exclusão de suas memórias. Mais que isso, nos parece que o início da problemática foi a retirada deles do seu território, ou seja aquilo que era

patrimônio de valor familiar, passou a ser patrimônio da humanidade (público/privado).

Não se tratou propriamente de um erro, especialmente a luz da época; o parque só se poderia criar no escopo legal existente, que era esse, e se o parque não tivesse sido criado, provavelmente muito do que hoje conhecemos já não existiria.

Porém, entende-se que o motivo maior do ressentimento não é as indenizações mal resolvidas ou a vontade de continuar caçando, mas o fato de terem perdido a livre fruição de seu direito de propriedade (individual e familiar): o direito de habitar aquele território; o direito de visitar os seus mortos que lá ficaram quando sentissem vontade; o direito de contemplar a arte rupestre livremente; o direito de tomar banho nos caldeirões sem acompanhamento de um guia turístico ou ter que pagar uma taxa.

Desse modo, para muitos não faz sentido voltar aquele lugar que não é mais de propriedade deles. Por isso, apontam nos inquéritos que não conhecem o Parque justificando que o conheciam antes. Não é compreendido que sendo uma propriedade coletiva da humanidade é de todos.

Mas, a verdade é que os direitos na sociedade são conflitantes.

Outro ponto relevante na análise é que os mais velhos são na verdade mais conscientes das mudanças ocasionadas, pois vivenciaram e manifestam a vontade de participar ativamente, vê-se isso quando os mesmos desejam que no museu da comunidade contenha artefatos arqueológicos do homem pré-histórico e artefatos e dos seus modos de viver no sertão.

Por outro lado, os atores sociais mais jovens não manifestam esse (re) sentimento, pois não habitaram aquele espaço, não vivenciaram o sentimento de perda de propriedade. Estes, por sua vez, acreditam nas mudanças que podem ocorrer no município através do turismo.

No tocante aos objetivos específicos, o que tivemos maior dificuldade para desenvolver foi o campo conceitual, tendo em vista a escassez de estudos na área aqui proposta, mas, consideramos que foi relevante discutir a evolução do termo patrimônio cultural, as leis internacionais, nacionais e políticas de proteção do patrimônio cultural, e o papel da educação como estratégia de inclusão social e cidadania, tendo a temática do patrimônio cultural como plano de fundo, base de sustentação deste trabalho.

Quanto à análise dos programas educativos desenvolvidos pela FUMDHAM, IPHAN e poder público municipal concluímos que tiveram sua contribuição dentro da ótica pelos quais foram propostos; uns obtiveram bons resultados, outros nem tanto, mas que podem ser revistos, revitalizados, recomeçados a partir de um outro viés: o da gestão partilhada e da valorização local.

Em linhas gerais, os dados apresentados nos inquéritos sintetizam uma série de questionamentos que devem ser vistos para que a comunidade de Coronel José Dias possa a cada dia ter mais acesso ao PNSC, valorizá-lo, preservá-lo, usá-lo de forma consciente e usufruí-lo economicamente através do turismo cultural.

Finalmente, o último objetivo específico acordado no começo desta dissertação, foi o de no final contribuir com estratégias educacionais centradas no patrimônio arqueológico do PNSC como instrumento de cidadania, inclusão social e desenvolvimento sustentável para o município.

E no delinear das análises foram surgindo mais questionamentos do que mesmo soluções, e chegamos a conclusão de que não existem fórmulas, sobretudo quando sabemos que os anseios individuais são muitas vezes latentes.

No entanto, acreditamos que as novas propostas educacionais centradas no patrimônio arqueológico do PNSC devem agregar outros elementos: o de mostrar o potencial do Parque como fonte de desenvolvimento sustentável partindo de iniciativas da própria comunidade.

Salienta-se o caso do Projeto Pólo das Origens da secretaria de Turismo do estado do Piauí, no qual Coronel José Dias e São Raimundo Nonato estão incluídos; efetivamente em 2010/2011 foram desenvolvidas séries e atividades ligadas ao turismo sustentável, nas quais se fomentou uma proposta inovadora para a região: inserir a comunidade como protagonistas nas tomadas de decisões ao que concerne o desenvolvimento local através do turismo cultural.

A iniciativa vem mostrar à comunidade que ela poderá sair da qualidade de passiva para proativa, e que já é tempo de usufruir desse patrimônio de forma sustentável, sendo esse protagonismo um poderoso instrumento de mudança da realidade de sua localidade. Instrumento pelo qual se pode buscar

independência política, social e econômica, alcançando todos os níveis sociais e idades. Parcerias com o poder público serão bem-vindas, mas deve haver entendimento e respeito mútuo.

O Comitê Gestor Comunitário de Turismo Sustentável de Coronel José Dias é o primeiro passo, mas outras ações podem ser empreendidas partindo da iniciativa da própria comunidade, como:

Propõe-se a criação de cartas patrimoniais de Cel. José Dias, onde conjuntamente agentes comunitários, professores, estudantes, intelectuais locais, poder público, com a colaboração de especialistas na área de patrimônio cultural, possam traçar estratégias e recomendações locais para gerir e proteger o patrimônio cultural pré-histórico e histórico (material e imaterial) dentro do seu território, ao passo que a preocupação com o patrimônio cultural vá se incorporando às políticas públicas com mais vigor. Assim, toda a comunidade vai compreendendo a necessidade de preservar sua identidade, suas raízes e sua memória. Da mesma forma que existem as cartas e recomendações nacionais e internacionais, a carta patrimonial de CJD se constituirá uma alavanca fundamental de autonomia local.

Neste ano de 2011 o município deu dois passos importantes, primeiro foi a criação da lei de tombamento municipal que qualifica o município a tomba e registrar o patrimônio de relevância local (móvel e imóvel, material e imaterial), e o segundo foi a criação do Departamento do Patrimônio Arqueológico vinculado à Secretaria de Turismo Municipal, ambos votados pela Câmara Municipal dos Vereadores e sancionados pelo prefeito municipal.

E a proposta seguinte, já em processo de andamento pela secretária de turismo, é a criação de uma “unidade de usos sustentável municipal nos serrotes calcários”, onde localiza-se a maior quantidade de sepultamento encontrados na região até hoje. É uma área rica em fósseis, inclusive da megafauna e em gravuras rupestres, com potencial arqueológico e turístico para várias gerações.

Pretende-se criar uma escola livre<sup>43</sup> de arte rupestre e educação patrimonial para envolver a comunidade local, nacional e internacional pela causa da preservação patrimonial, conscientizando crianças, jovens e adultos.

---

<sup>43</sup>Numa escola livre é possível desenvolver cursos de pequena e longa duração, incluindo oficinas, palestras e conferências até a formação técnica profissional.

Nesse sentido é importante pensar a socialização dos conhecimentos arqueológicos através da educação patrimonial por outro viés, o da gestão compartilhada, da participação proativa da comunidade, do acesso menos burocrático às pesquisas e aos conhecimentos ali produzidos sem restrição de idade, cor ou nível social, pensando sempre em estratégias de programas educativos com estrutura de continuidade.

Ademais, não podemos pensar numa educação patrimonial focada exclusivamente na valorização do patrimônio; todo o contexto onde esse patrimônio está inserido tem que ser percebido e compreendido pela comunidade. Não é possível pensar em preservação cultural desvinculada da preservação ambiental, ambas estão intrinsecamente ligadas, afinal o homem é o principal agente de transformação desse contexto.

O maior contributo que a educação centrada no patrimônio cultural pode oferecer à população é dar autonomia para que os próprios sujeitos possam construir seus próprios entendimentos, compreendendo que são os verdadeiros guardiões de fato, e assim se sintam valorizados.

A idéia do museu popular ou centro de interpretação e memória, bastante comum em vilas, vilarejos de Portugal e que no Brasil se concentram nos grandes centros urbanos é uma alternativa de trazer as pessoas para perto desses conhecimentos, tão defendidos na academia e de pouco impacto na comunidade. Essa é uma outra proposta para Coronel José Dias, com objetivos de ser um espaço de reconhecimento, (re) valorização, de diálogo e de representação das identidades da cultura popular do município; Ser um espaço cultural de participação popular se mantendo sempre aberto às necessidades da comunidade; manter uma exposição de longa duração sobre a cultura local e uma itinerante com temas relacionados a memória coletiva; ser um espaço de constante pesquisa sobre o município nos seus diversos aspectos: arqueológico, social, antropológico, econômico, urbano e rural, em um contexto transdisciplinar<sup>44</sup>.

Ademais o turismo cultural pode contribuir para essa aproximação, uma vez que os moradores além de participarem do processo de construção e (re)

---

<sup>44</sup> O projeto para esta iniciativa já está elaborado e já conseguimos um espaço público doado pelo município para o centro de memória de Cel. José Dias; A iniciativa está vinculada a secretaria de turismo.



valorização do seu patrimônio ainda poderão usufruir dele economicamente, através da sustentabilidade do próprio centro de memória.

Para Moraes (2005) o pleno comprometimento das comunidades envolvidas com seu patrimônio local estimulará uma postura de preservação, valorização, apropriação e divulgação do patrimônio arqueológico para o fator turístico e isso se dá através da sensibilização da comunidade através de ações educativas, formulação de planejamento e das políticas públicas. A falta dessas ações pode provocar nos habitantes locais o sentimento de invasão de seu território e sobretudo, de seus hábitos cotidianos.

Como o município ainda está sendo preparado para o desenvolvimento do turismo, seu planejamento pode ser feito dentro do princípio da sustentabilidade, evitando os impactos negativos no campo ambiental e social.

Ao longo do trabalho apontamos o turismo cultural como uma garantia viável de uso econômico do patrimônio cultural como uma alternativa sustentável para região, aproveitando todo o potencial e projeção nacional e internacional de que o PNSC e o entorno dispõe. No entanto, consideramos que esse assunto deverá ser abordado com mais afinco em outro momento, pois deve-se levantar discussões sobre as condições de viabilidade econômica, infra-estrutura, políticas adequadas de habitação, transporte, entre outros<sup>45</sup>.

Em suma, a comunidade de Coronel José Dias está preparada para impulsionar novas ações no município. Não podemos mudar o passado, mas se sairmos (comunidade) da condição de passiva para ativa, podemos projetar o futuro sobre novas perspectivas, trocando os problemas por soluções e experiências positivas.

---

<sup>45</sup> Em 2006 foi realizado um estudo em São Raimundo Nonato e Coronel José Dias sobre essas questões e outras inerentes ao ecoturismo no PNSC. Ver OLIVEIRA FILHO, R.C. DE (2007) – Valoração econômica da atividade ecoturística do Parque Nacional Serra da Capivara. (Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal do Piauí)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, F de P. M. (S/D) - *A lei e o Xerimbabo*. Acedido em 31 de Março de 2011, em <http://www.academialetrasbrasil.org.br/fcoaguiarxerimbabo.doc>
- AGUIAR, R. B. de. (2004) - *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: Diagnóstico do município de Coronel José Dias*. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil.
- ARANTES NETO (2006) – O patrimônio cultural e seus usos nas cidades (comentário 1). *Patrimônio: Atualizando o Debate*. org Victor Hugo Mori, Marise Campos de Souza, Rossano Lopes Bastos e Haroldo Gallo. 9ª SR/IPHAN. São Paulo. p:54-58
- ARRUDA, M. B. (1997) - *Conservação, ecologia humana e sustentabilidade na caatinga: Estudo da região do Parque Nacional Serra da Capivara (PI)*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- BALLART, J. (1997) - *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel.
- BASTOS, R. L. (2007) - *Preservação, Arqueologia e Representações Sociais: Uma proposta de Arqueologia Social para o Brasil*. Erechim, (RS) Habilis.
- BASTOS, R. L. (2010) - *Uma arqueologia dos desaparecidos: Identidades Vulneráveis e memórias partidas*. São Paulo: Superintendência do IPHAN em São Paulo. São Paulo.
- BASTOS, R. L., e Soares, F. C., e BRUHS, K. e TEIXEIRA, A. (2007) - *A Arqueologia na ótica institucional: IPHAN contrato e sociedade*. Erechim, RS: Habilis.

BELLO, J. L. de P. (1995) - *A teoria Básica de Jean Piaget*. Acedido em 01 de fevereiro de 2011, em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/per09.htm>

BRASIL ( 2009) - *Territórios da Cidadania*.(Relatório) - Acedido em 20 de Fevereiro de-02-2011, em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one>

BRASIL (1996) - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96.

BRASIL (1997) - Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: Ministério da Educação. Brasília.

BUCO, C. A (2005) - *Programa de Educação Patrimonial*. Escritório Técnico do IPHAN - Piauí. (Relatório).São Raimundo Nonato.

BUCO, C. A. (2006) - *Programa de Educação Patrimonial*. Escritório Técnico do IPHAN - Piauí. (Relatório).São Raimundo Nonato.

BUCO, C. A. (2007) - *Programa de Educação Patrimonial*. Escritório Técnico do IPHAN - Piauí. (Relatório). São Raimundo Nonato.

BUCO, C. A., IGNÁCIO, E. e CARMO, L. (2001) - *Conteúdo Programático: Pró-Arte FUMDHAM*. (Relatório). São Raimundo Nonato- PI.

BUCO, C. A., IGNÁCIO, E. e CARMO, L. (2002) - *Conteúdo Programático: Pró-Arte FUMDHAM*. (Relatório). São Raimundo Nonato- PI.

BUCO, C. A., IGNÁCIO, E. e CARMO, L. (2003) - *Conteúdo Programático: Pró-Arte FUMDHAM*. (Relatório). São Raimundo Nonato- PI.

BUCO, C. A., IGNÁCIO, E. e CARMO, L. (2004) - *Conteúdo Programático: Pró-Arte FUMDHAM*. (Relatório). São Raimundo Nonato- PI.

- BUCO, C. A., e IGNÁCIO, E. (2005). Arte Rupestre: Parque Nacional Serra da Capiva. São Raimundo Nonato (PI): FUMDHAM.
- BUCO, C. A., IGNÁCIO, E. e RODRIGUES, M. H. S. G. (2005) - *Conteúdo Programático: Pró-Arte FUMDHAM*. (Relatório). São Raimundo Nonato-PI.
- BUCO, C. A., IGNÁCIO, E. e RODRIGUES, M. H. S. G (2006) - *Conteúdo Programático: Pró-Arte FUMDHAM*. (Relatório). São Raimundo Nonato-PI.
- BUCO, C. A., IGNÁCIO, E. e RODRIGUES, M. H. S. G. (2007) - *Conteúdo Programático: Pró-Arte FUMDHAM*. (Relatório). São Raimundo Nonato-PI.
- BUCO, C. A., IGNÁCIO, E. e RODRIGUES, M. H. S. G. (2008) - *Conteúdo Programático: Pró-Arte FUMDHAM*. (Relatório). São Raimundo Nonato-PI.
- CARVALHO, M. do C. B. (2008) - Avaliação de Percurso. *Fortalecer organizações sociais e induzir políticas de educação integral*. Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação. São Paulo.
- CARVALHO, R. R. e OLIVEIRA, J. E. S. (2010) - *O sonho construído em mutirão: Uma experiência de convivência com o semiárido*. Projeto Fecundação. Cáritas Brasileira Regional do Piauí. Teresina: Ed. Cáritas Brasileira.
- CASCO, A. C. A. J. (S/D) - *Sociedade e Educação Patrimonial*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Rio de Janeiro (PDF).
- CHOAY, F. (2006) - *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. 3ª edição . São Paulo: UNESP.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988) - *Revista dos tribunais*. São Paulo.

CUNHA, D. F. S (2004) - *Patrimônio Cultural: proteção legal e constitucional*. Rio de Janeiro: Letra Legal.

CURY, Isabelle (org).(2004) - *Cartas patrimoniais*. 3ª edição. IPHAN. Rio de Janeiro.

D'ANTONA, A. de O. (2005) - Turismo em Parques nacionais. *Turismo e Patrimônio Cultural*. In FUNARI, P., PINSKY, J. (Org).- *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo. (coleção turismo e contexto), **04**: 81-96.

DIAS, W. S.(2007) - O assentamento Fazenda Lagoa Novo Zabelê. Monografia apresentada ao curso de licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) Campus de São Raimundo Nonato.40pp.

DIEGUES, A. C. S. (2001) - *Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Núcleo de Pesquisa sobre População Humanas e Áreas Úmidas do Brasil. (Relatório). USP. São Paulo.

DIGUES, A. C. (1996) - *As populações Humanas em áreas naturais protegidas da Mata*. NUPAUB (PDF) p.18.

ESTATUTO DO COMITÊ GESTOR DE TURISMO SUSTENTÁVEL DE CORONEL JOSÉ DIAS (2011). Coronel José Dias (PI).

FERREIRAM A. B. de H. (1986) - *O novo dicionário da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. pp.21-128.

FIGUEIREDO, D. M. F. (2006) *Termo de Cooperação Técnico entre a 19ªSR e o Município de Coronel José Dias*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Piauí-Brasil.

FONSECA, M. C. L. (2005). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Segunda edição. Editora UFRJ; MINC – IPHAN. Rio de Janeiro.

FREIRE, D e PEREIRO, L. (2002). História oral e turismo cultural. *Interpretar o patrimônio: Um exercício do Olhar*. org. MURTA, M. S. e ALBANO, C. Editora UFMG - Território Basilis. Belo Horizonte. pp.121-130.

FREIRE, P. (1979) - *Educação como prática da liberdade*. 17ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

FREIRE, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

FREIRE, P. (2001). *Pedagogia da Autonomia*. 19ª edição. Paz e Terra. São Paulo.

FREIRE, P. (2002) - *Ação cultural para a liberdade*. 9ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

FREITAS, S. M. (2002) - *História oral: possibilidades e procedimentos*. Humanitas/FFCH/USP. São Paulo.

FUMDHAM (1998) -. *Núcleos de apoio às comunidades: estudo de viabilidade e documentação*. Fundação Museu do Homem Americano, (Relatório). São Raimundo Nonato.

FUMDHAM (1986) - *Estatuto de fundação da Fundação Museu do Homem Americano*. São Raimundo Nonato (PI).FUMDHAM.

FUMDHAM (2010) - A água e o berço do Homem Americano. Acedido em 13 de abril de 2011, em [www.fumdam.org.br/petrobrasambiental/projeto\\_abha.asp](http://www.fumdam.org.br/petrobrasambiental/projeto_abha.asp)

- FUNARI, P. P. A. (2001) - Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, **41**:23-32.
- GODOI, E. P. de (1999) - *O trabalho da memória - Cotidiano e História no sertão do Piauí*. Editora UNICAMP. Campinas.
- GOODEY, B. (2002) - Interpretação e Comunidade local. *Interpretar o patrimônio um exercício do olhar*. Org Stela Maris Murta e Celina Albano. Editora UFMG- Território Brasilis. Belo Horizonte. pp. 47-57.
- GUIDON, N. (1998) - *Parque Nacional Serra da Capivara*. Fundação Museu do Homem Americano. São Raimundo Nonato (PI): Elínea Publicações.
- GUIDON, N. (2007) - Parque Nacional Serra da Capivara: modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. *Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação*. Revista do Patrimônio cultural. ANDRADE, T.L (Org). Brasília:IPHAN **33**:75-93
- GUIDON, BUCO e IGNACIO (2008) - Parque Nacional Serra da Capivara: Cultura, Tecnologia e Desenvolvimento regional lado a lado. *Area Domeniu*. Governador Valadares: Univale; Tomar: CEIPHAR, **3**:93-107.
- GRUNBERG, E. (2008) - Educação Patrimonial: Trajetórias. *Patrimônio Cultural e Educação*. In BERRETO, E. A; ZARATIM, R. J., FREIRE, L. dos R., BEZERRA, M., CAIXETA, C.C. J., D' OSVUOLDO, V.L-A (org). IPHAN. Goiânia.
- HALL, S. (2005) - *Identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A. Rio de Janeiro.

HORTA, M. de L. P; GRUNBERG, E; e MONTEIRO, A. Q.(1999) - *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Museu Imperial.

HORTA. M. de L. P. (2008) - Educação Patrimonial. *Patrimônio Cultural e Educação*. In BERRETO, E. A; ZARATIM, R. J., FREIRE, L. dos R., BEZERRA, M., CAIXETA, C. C. J., D' OSVUOLDO, V. L-A (org). IPHAN. Goiânia.

IBAMA/ FUMDHAM (1991) - *Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara*. 1991. Brasília.

IBGE (2008) – Censo demográfico 2008. Acedido em 20 de janeiro de 2011, em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

IBGE (2010) - *Censo demográfico 2010*. Acedido em 20 de janeiro de 2011, em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

IBGE (2011) - *Informações municipais*. Acedido em 15 de Fevereiro de 2011, em <http://www.ibge.gov.br>

ICAHM (1990) - *Carta Internacional para la Gestión del Patrimonio Arqueológico*. Acedido em 23 de Janeiro de 2011, em [http://www.international.icomos.org/charters/arch\\_sp.htm](http://www.international.icomos.org/charters/arch_sp.htm)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (S/D) - *A Educação Patrimonial*. IPHAN. Acedido em 27 de Março de 2011, em [www.iphan.gov.br/educaçãopatrimonial](http://www.iphan.gov.br/educaçãopatrimonial)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (S/D). Acedido em 23-02-2011 em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (S/D)  
- *Números da educação municipal*. Acedido em 20 de Janeiro de 2011, em  
[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (S/D),  
(2010) - Acedido em 15.12.2010, em [http:// www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

JORGE, V. O (2000) - Arqueologia, patrimônio e cultura. Editora Instituto  
Piaget. Lisboa.

LAGE, M. C. S. (2002) - Contribuição da Arqueoquímica para o estudo da arte  
rupestre. *FUNDAMENTOS II*. Fundação Museu do Homem Americano.  
Parque Nacional Serra da Capivara (PI)-Brasil. pp. 257-264.

LAGE, M. C. S. (2007) - Preservação de sítios de Arte Rupestre. *Patrimônio  
Arqueológico: o desafio da preservação*. In LIMA .T. A (coord). Revista do  
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro:IPHAN **33**: 95-  
107.

LARAIA, R. B. (2004) - *Cultura: um conceito antropológico*. 17ªedição. Rio de  
Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LIMA, L. O. M. de H. (2010) - Preservação do Patrimônio Histórico Cultural  
como Instrumento de Desenvolvimento econômico. *Revista Turismo*.  
Acedido em 15 de dezembro de 2010, em  
<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/patrimoniocultural.html>

MARTINS, V. (2011) - Legislação educacional. Acedido em 10 de fevereiro de  
2011, em [www.psicopedagogiaonline.com](http://www.psicopedagogiaonline.com)

MENDONÇA. G. C. de (2008) - Panorama da tutela jurídica do Patrimônio  
Cultural no Brasil. *Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN.  
Contribuições dos palestrantes 6ª Oficina PEP*. (Goiânia- 2007) e 7ª  
oficina PEP (Vassouras –2008).Rio de Janeiro. COPEDOC. pp. 57-95.

- MENESES, U..B. de. (2006) - A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *Patrimônio: Atualizando o debate*. In MORI, V. H., SOUSA, M. C. de., BASTOS, R.L., e GALLO, H (org). São Paulo: 9ª SR/IPHAN. pp:33-53.
- MORAIS, J.L. (2005) - A arqueologia e o turismo. *Turismo Cultural e o patrimônio arqueológico*. In FUNARI, P.P e PINSKY, J (Org) . Contexto. 4 edição coleção Turismo Contexto. São Paulo. pp: 97-103.
- MOTA, A. da S. e COSTA, V. da S. (2006) - *Bairro São Pedro: História e Memória*. Monografia em História - Universidade Estadual do Piauí, campus São Raimundo Nonato –Piauí. 50 pp.
- MURTA, S. M e ALBANO C. (2002) - Interpretação, preservação e turismo: Uma introdução. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. In MURTA, S.M e ALBANO, C (org). Ed. UFMG; Território Brasília. Belo horizonte. pp9-13.
- NASCIMENTO, T.T. do (2009) - Projeto: Arqueologia Pré-histórica em Santa Catarina: Caçadores-Coletores e sua inserção na paisagem da região centro sudeste de SC. *Arqueologia da paisagem no sul do Brasil*. OOSTERBEEK, L. (Org). Erechim, RS: Habilis, ARKEOS . **27**:93-96.
- NOELLI, F. S. (2004) - *Educação Patrimonial: Relatos e experiências*. Campinas v25 nº89 (PDF).
- OLIVEIRA, A.S de N. (1998) - Os manióbeiros no sudeste do Piauí. In FUMDHAMentos II. São Raimundo Nonato: FUMDHAM/ Centro Cultural Sergio Mota. v.**02**:66-84.
- OLIVEIRA, A.S de N. (2008) - Programa de Educação Patrimonial. Escritório Técnico do IPHAN - Piauí. [ Relatório]. São Raimundo Nonato.

- OLIVEIRA. A.S de N. (2009) - Programa de Educação Patrimonial. Escritório Técnico do IPHAN - Piauí. [ Relatório]. São Raimundo Nonato.
- OLIVEIRA FILHO, R.C. de (2007) - *Valoração econômica da atividade ecoturística do Parque Nacional Serra da Capivara*. [Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal do Piauí- Teresina. 183 pp.]
- OOSTERBEEK. L.M. (2010) - Arqueologias Atravessando o Atlântico. *Projeto Porto Seguro: Jornadas de Arqueologia Iberoamericana*. In OOSTERBEK, L e SOPHIATI.D (org). ARKEOS 28:9 -16.
- ORIÁ, R. (2008) - *Educação Patrimonial conhecer para preservar*. Acedido em 30 de março de 2011, em <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>
- PATRIMÔNIO MUNDIAL NO BRASIL (2004) - 3ª edição — UNESCO, Caixa Econômica Federal. Brasília.
- PAU-PRETO, F. (2008) - *O Patrimônio Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território: Os planos de ordenamento de Parques Arqueológicos*. Ed. Lugar do Plano. Portugal.
- PELLEGRINI, M e LIRA, V. (2007) - *Avaliação do Sistema Ayrton Senna de Infomação da Área de Educação Complementar- o SIASI*. Relatório. São Paulo.
- PEREIRO, X. (2006) - Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. *Revista dos sócios do Museu do Povo Golega*. ADRA, 2:23-42.
- PERREIRA, A. B. (2009) – Qualidade e acreditação na gestão museológica: organização e gestão interna do Museu de Arte Pré-histórica de Mação.

(Dissertação de mestrado apresentado a UniversidadeTrás-Os-Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico do Tomar, 215pp.)

PESSIS, A-M. (1998) - Parque Nacional Serra da Capivara: perfil socioeconômico área de preservação permanente. Municípios de Coronel José Dias e São Raimundo Nonato: FUMDHAM-SUDENE. Recife.

PESSIS, A-M. (Editor) (1991) - *Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara*. Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, IBAMA & FUMDHAM. Brasília.

PINHEIRO, V.F. (S/D) - *O Questionário*. Acedido em 31 de outubro de2010, em <http://www.academia-de-talentos.com/a-importancia-questionario>

ROBERTO, S. (1962) - Discurso escrito. Várzea Grande (documento não publicado).

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M.R. (2006) - O programa Arqueológico do Rodoanel Metropolitano de São Paulo - Trecho Oeste: ciência, preservação e sustentabilidade social. *Patrimônio: Atualizando o Debate*. In MORI, V. H., SOUSA, M. C. de., BASTOS, R.L., e GALLO.H (org). São Paulo: 9ª SR/IPHAN. pp:169-190.

RODRIGUES, M. H. da S. G. (2009) - *A temática do Patrimônio Cultural no projeto político-pedagógico: Caso da Unidade Escolar Elzair Rodrigues de Oliveira*. [Monografia apresentada ao Programa de Especialização em Patrimônio- PEP 2007/2009] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 50pp.

ROJO, R.A.O. (2001) - *El Cuestionario*. Acedido em 31 de outubro de2010, em <http://www.nodo50.org/sindpitagoras/Likert.htm>

SANTOS, I. da S. F. dos (2008) - *Patrimônio Cultural: leitura Crítica dos conceitos e suas implicações na prática escolar*. [ Dissertação de

mestrado Educação apresentado a Universidade Estadual de Ponta Grossa 130pp].

SANTOS, J. C. (2007) - *O Quaternário do Parque Nacional Serra da Capivara e entorno, Piauí, Brasil: Morfoestratigrafia, Sedimentologia, Geocronologia e Paleoambientes*. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Pernambuco - Centro de Tecnologia e Geociências. PE. .182pp.

SILVA, E. P. da (S/D) - *Patrimônio e identidade: Os desafios do turismo cultural*. ISCSP. Universidade Técnica de Lisboa. Acedido em 30 de abril de 2011, em [www.aquaforte.com/antropologia/Peralta](http://www.aquaforte.com/antropologia/Peralta)

SILVA, M.A. S. e (1992) - A educação e o Desenvolvimento auto-sustentado. A experiência de D. Inocêncio - PI e a experiência do Parque Nacional Serra da Capivara-São Raimundo Nonato- PI.UNICEF e MEC: CENPEC-Brasil.

SOLO, A. (2010) - *ProArt diminui atividades por falta de dinheiro*. Acedido em 20 de janeiro de -01-2011, em [www.saoraimundo.com](http://www.saoraimundo.com).

SOUSA, M. S. R de. (2005) - *Imaginário social de semiárido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias-Piauí*. [Dissertação de mestrado - apresentada a Universidade Estadual do Piauí. Teresina.-PI- 195 pp.]

SOUZA, M.C. (2006) - Uma visão da abrangência da gestão patrimonial. *Patrimônio: Atualizando o Debate*. In MORI, V. H., SOUSA,M. C. de., BASTOS,R.L., e GALLO.H (org). 9º SR/IPHAN. São Paulo. pp141-154.

THOMPSON, A. L. e MOTA, L. (2007) - *Caderno de Estudos do PEP: Entorno dos Bens Tombados: Programa de Especialização em Patrimônio PEP*. Rio de Janeiro. pp. 9-20.

TOMAZ, P- C. (2010) - A preservação do patrimônio Cultural e a sua Trajetória no Brasil. *Revista de Historia e Estudos Culturais*.

Maio/Junho/Julho/Agosto. Vol 7. Ano VII. Nº 2.. PDF. Acedido em 10 de março de 2011, em esso <http://www.revistafenix.pro.br/vol23paulo.php>

TRESSERRAS, J. J. (Org) (2009) - *Turismo Arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí: Estudo da demanda nacional e internacional*. Ed - IABS (Instituto Ambiental Brasil Sustentável) / Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável (Ibertur) / Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid)/ Ministério do Turismo (Mtur- Brasil). Brasília-DF- Brasil.

ULPIANO, T. B. de M. (2007). Permissas para formulação de políticas públicas em arqueologia. *Patrimonio arqueologico: o desafio da preservação*. In LIMA, T. (org). Revista do Patrimônio **33**:37-57.

## ANEXO I:

### Ficha dos inquéritos aplicados na comunidade de Coronel José Dias 2001/2011

O presente questionário aplicado será instrumento de pesquisa para o mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre da Universidade Trás-Os Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico de Tomar Portugal.

### PESQUISA DE CAMPO

Idade: ( ) 11 a 17 ( ) 18 a 29 ( ) 30 a 39 ( ) 40 a 49 ( ) 50 a 59 ( ) 60 a 70

Sexo( ) M ( ) F

Localidade: \_\_\_\_\_

Escolaridade

Ensino Fundamental: ( ) incompleto ( ) completo

Ensino Médio ( ) incompleto ( ) completo

Graduação ( ) incompleto ( ) completo

Especialização ( ) incompleto ( ) completo

1.Você já ouviu falar em arqueologia? Em quais meios de comunicação?

Sim ( ) Não ( )

Onde: ( ) Em palestra ( ) Na escola ( ) Na televisão ( ) Em livros ( ) Todas as alternativas

2.Você sabe o que é um sítio arqueológico?

( ) Sim ( ) Não

3. Para você qual a importância da arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara?

( ) São riscos nas paredes sem importância

( ) Acho bonito mas não sei o significado

( ) São desenhos pintados ou gravados nas rochas de grande importância para compreendermos a história dos nossos antepassados.

( ) Não sei, nunca vi

( ) Não quero opinar

Outro: \_\_\_\_\_

4. O que você considera patrimônio cultural na sua cidade.

( ) As igrejas ( ) A roda de São Gonçalo de Arco

( ) As pinturas Rupestres

( ) Os sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara

( ) Todas

( ) Não temos patrimônio cultural na nossa cidade

Outros: \_\_\_\_\_

5. No Parque Nacional Serra da Capivara os pesquisadores realizam diversas pesquisas arqueológicas. Você sabe a importância desses estudos para a comunidade de Coronel José Dias?

( ) Sim

Quais? \_\_\_\_\_

( ) Não.

Comentários: \_\_\_\_\_

6. Você já visitou o Parque Nacional Serra da Capivara?  
(   ) Sim (   ) Não  
Outro: \_\_\_\_\_

7. Você já visitou o Museu do Homem Americano?  
(   ) Sim (   ) Não  
Outro: \_\_\_\_\_

8. Você já participou de cursos, palestras, projetos educacionais sobre a importância de preservar o nosso patrimônio cultural, principalmente o Parque Nacional Serra da Capivara?  
(   ) Sim (   ) Não

9. Quem deve preservar o Parque Nacional Serra da Capivara?  
(   ) A FUMDHAM e O IBAMA co-gestores do Parque (   ) A prefeitura (   ) IPHAN  
(   ) Todos nós (   ) Não quero opinar  
Outros: \_\_\_\_\_

10. Você acha que a caça predatória de animais selvagens deve ser permitida?  
(   ) Sim, porque aqui as pessoas caçam para sobreviver  
(   ) Não, porque a caça predatória causa um desequilíbrio ambiental e prejudica a existência da vida no planeta.  
(   ) Não quero opinar

11. Quais seriam as melhores soluções para resolver os problemas da caça de animais selvagens na nossa região?  
(   ) Liberar a caça o ano inteiro.  
(   ) Realização de programas educativos de sensibilização e informação, mostrando a importância da preservação desses animais para garantia do equilíbrio natural.  
(   ) Através de vigilância dos guardas parques punindo os caçadores.  
(   ) Não quero opinar  
Outros: \_\_\_\_\_

12. Você já ouviu falar em Turismo sustentável?  
(   ) Sim (   ) Não

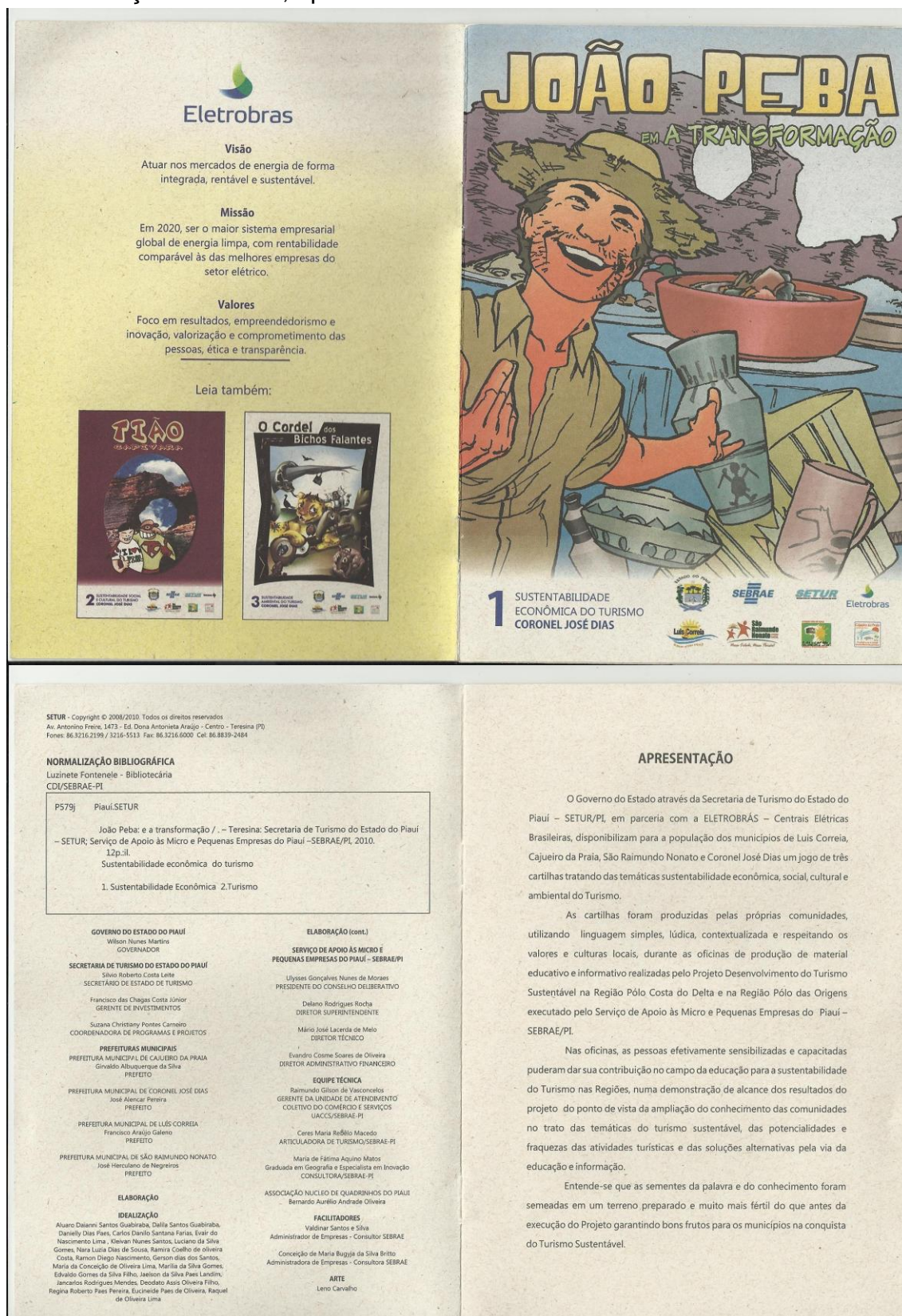
13. Se sua cidade for contemplada com um Museu o que você gostaria de ver em exposição?  
(   ) Objetos que contenham a história da minha família  
(   ) Objetos da cultura coronelina  
(   ) Os achados arqueológicos pré-históricos encontrados no Parque Nacional Serra da Capivara  
(   ) Todas as alternativas  
(   ) Não quero opinar  
Outros: \_\_\_\_\_

14. O que você gostaria que o turista conhecesse da sua cidade?  
(   ) O bairro São Pedro e a igreja (   ) Os Serrotes calcários  
(   ) O Parque Nacional Serra da Capivara (   ) As histórias contadas pelos antigos moradores do Parque (   ) As danças regionais  
(   ) Não quero opinar

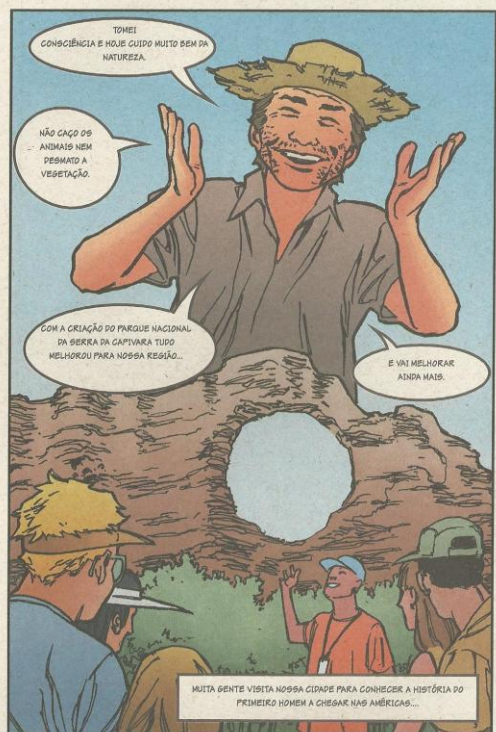


## ANEXO II:

Livros idealizados e elaborados por pessoas da comunidade de Coronel José Dias. Projeto Pólo das Origens. Secretaria de Turismo do estado do Piauí, execução SEBRAE, apoio secretaria de turismo de Coronel José Dias













SETUR - Copyright © 2008/2010. Todos os direitos reservados.  
Av. Antonino Freire, 1473 - Ed. Dona Antonieta Araújo - Centro - Teresina (PI)  
Fones: 86.3226.2199 / 3216-5513 Fax: 86.3216.6000 Cel: 86.8839-2484

#### NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Luzinete Fontenele - Bibliotecária  
CDU/SEBRAE-PI

P579t Piauí.SETUR

Tiã capivara / - Teresina; Secretária de Turismo do Estado do Piauí - SETUR;  
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI, 2010.  
12p-il.  
Sustentabilidade social e cultural do turismo

1. Sustentabilidade Econômica 2. Turismo

#### GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Wilson Nunes Martins  
GOVERNADOR

#### SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PIAUÍ

Silvio Roberto Costa Leite  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO

Francisco das Chagas Costa Junior  
GERENTE DE INVESTIMENTOS

Suzana Christiane Pontes Carneiro  
COORDENADORA DE PROGRAMAS E PROJETOS

#### PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA

Guilherme Albuquerque da Silva  
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOSÉ DIAS

João Alexandre Pereira  
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS CORREIA

Francisco Araújo Galvão  
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO

José Hericilino de Negreiros  
PREFEITO

#### ELABORAÇÃO

##### IDEALIZAÇÃO

Anderson Passos de Oliveira, Carlos Paes Dias, Edilene Ribeiro de Sousa Assis, Elis Regina Santana Silva, Ezequiel Paes Landim Pereira, Francineide de Assis França Silva, Iná Inês Barbosa Moreira, José Roberto Silva Costa, Jéssica Pereira Lima, Maria das Dores de Sousa Silva, Mário Henrique de França Santos, Maria Lima Miranda Sousa, Regina Célia P. Paes Landim, Victor Landim de Sousa, Maria Cláudia de Sousa Macedo Oliveira, Filomena Naveia de Oliveira Santos, Petronio Pereira da Silva Filho, Espedito Rodrigues do Nascimento, Gabriel Coelho de Oliveira Santos, José Pereira Ramos, Suelma Paes de Oliveira

#### ELABORAÇÃO (cont.)

##### SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ - SEBRAE/PI

Ulysses Gonçalves Nunes de Moraes  
PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

Delano Rodrigues Rocha  
DIRETOR SUPERINTENDENTE

Mário José Lacerda de Melo  
DIRETOR TÉCNICO

Evandro Cosme Soares de Oliveira  
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

##### EQUIPE TÉCNICA

Raimundo Gibson de Vasconcelos  
GERENTE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO

COLETIVO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS  
UACCS/SEBRAE-PI

Ceres Maria Rebelo Macedo  
ARTICULADORA DE TURISMO/SEBRAE-PI

Maria de Fátima Aquino Matos  
Graduada em Geografia e Especialista em Inovação

CONSULTORA/SEBRAE-PI

ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE QUADRINHOS DO PIAUÍ

Bernardo Aurélio Andrade Oliveira

##### FACILITADORES

Valdeir Santos e Silva  
Administrador de Empresas - Consultor SEBRAE

Conceição de Maria Ruggia da Silva Brito  
Administradora de Empresas - Consultora SEBRAE

##### ARTE

Dereck

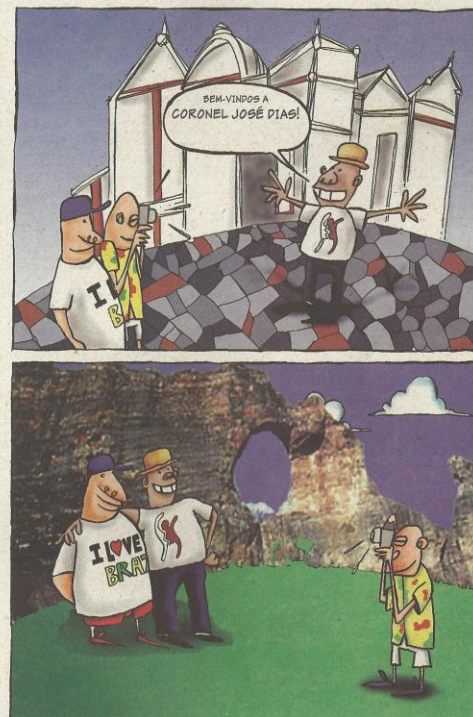
## APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado através da Secretaria de Turismo do Estado do Piauí - SETUR/PI, em parceria com a ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras, disponibilizam para a população dos municípios de Luis Correia, Cajueiro da Praia, São Raimundo Nonato e Coronel José Dias um jogo de três cartilhas tratando das temáticas sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental do Turismo.

As cartilhas foram produzidas pelas próprias comunidades, utilizando linguagem simples, lúdica, contextualizada e respeitando os valores e culturas locais, durante as oficinas de produção de material educativo e informativo realizadas pelo Projeto Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Região Pólo Costa do Delta e na Região Pólo das Origens executado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI.

Nas oficinas, as pessoas efetivamente sensibilizadas e capacitadas puderam dar sua contribuição no campo da educação para a sustentabilidade do Turismo nas Regiões, numa demonstração de alcance dos resultados do projeto do ponto de vista da ampliação do conhecimento das comunidades no trato das temáticas do turismo sustentável, das potencialidades e fraquezas das atividades turísticas e das soluções alternativas pela via da educação e informação.

Entende-se que as sementes da palavra e do conhecimento foram semeadas em um terreno preparado e muito mais fértil do que antes da execução do Projeto garantindo bons frutos para os municípios na conquista do Turismo Sustentável.







## Eletrobras

**Visão**  
Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

**Missão**  
Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

**Valores**  
Foco em resultados, empreendedorismo e inovação, valorização e comprometimento das pessoas, ética e transparência.

Leia também:



# O Cordel dos Bichos Falantes



**3 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO TURISMO CORONEL JOSÉ DIAS**



SETUR - Copyright © 2008/2010. Todos os direitos reservados.  
Av. Antonino Freire, 1473 - Ed. Dona Antonieta Araújo - Centro - Teresina (PI)  
Fones: 86.3216.2199 / 3216.5513 Fax: 86.3216.6000 Cel: 86.9859.2424

#### NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Luzinete Fontenele - Bibliotecária  
CDU/SEBRAE-PI

P579c Piauí.SETUR

Cordel dos bichos falantes / - Teresina: Secretaria de Turismo do Estado do Piauí - SETUR; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI, 2010.  
12p. il.

Sustentabilidade ambiental do turismo

1. Sustentabilidade Ambiental 2. Turismo

#### GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Wilson Nunes Martins  
GOVERNADOR

#### SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PIAUÍ

Silvio Roberto Costa Leite  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO

Francisco das Chagas Costa Júnior  
GERENTE DE INVESTIMENTOS

Suzana Christiny Torres Carneiro  
COORDENADORA DE PROGRAMAS E PROJETOS

#### PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA

Givaldo Albuquerque da Silva  
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOSÉ DIAS

José Alcencar Pereira  
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS CORREIA

Francisco Araújo Galvão  
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO

José Herculano de Negreiros  
PREFEITO

#### ELABORAÇÃO

##### IDEALIZAÇÃO

Adalberto Gomes da Silva, Alencar Assis Oliveira, Altino Rodrigues do Nascimento Neto, Dário de Brito Santos, Francisco de Sousa Oliveira, Francisco de Assis Ferreira, Janna Dias, Leonar de Oliveira Silva, Leylianny Mara Oliveira Paes, Márcia Oliveira, Marcond Ricardo da Oliveira Santos, Maria Cláudia de Sousa Macedo Oliveira, Maria de Fátima Rodrigues de Assis, Maria Laurence de Santana Vilanova Sousa, Marian Ellen S. G. Rodrigues, Nadine Martins Dias, Nisete Coelho de Oliveira Paes, Raimundo Maria Oliveira Paes, Rosimar Dias dos Santos, Sílvia de Oliveira Costa, Mercedes Maria da Silva Sousa

#### ELABORAÇÃO (cont.)

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E  
PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ - SEBRAE/PI

Ulysses Gonçalves Nunes de Moura  
PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

Delano Rodrigues Rocha  
DIRETOR SUPERINTENDENTE

Mário José Lacerda de Melo  
DIRETOR TÉCNICO

Evandro Cosme Soares de Oliveira  
DIRETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

#### EQUIPE TÉCNICA

Raimundo Gilson de Vasconcelos  
GERENTE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO

COLETIVO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS  
UACCS/SEBRAE-PI

Ceres Maria Rebelo Macedo  
ARTICULADORA DE TURISMO/SEBRAE-PI

Maria de Fátima Aquino Matos  
Graduada em Geografia e Especialista em Inovação

CONSULTORIA/SEBRAE-PI

ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE QUADRINHOS DO PIAUÍ

Bernardo Aurélio Andrade Oliveira

#### FACILITADORES

Valmar Santos e Silva  
Administrador de Empresas - Consultor SEBRAE

Conceição de Maria Buzile da Silva Brito  
Administradora de Empresas - Consultora SEBRAE

#### ARTE

Ângela Rêgo

## APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado através da Secretaria de Turismo do Estado do Piauí - SETUR/PI, em parceria com a ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras, disponibilizam para a população dos municípios de Luis Correia, Cajueiro da Praia, São Raimundo Nonato e Coronel José Dias um jogo de três cartilhas tratando das temáticas sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental do Turismo.

As cartilhas foram produzidas pelas próprias comunidades, utilizando linguagem simples, lúdica, contextualizada e respeitando os valores e culturas locais, durante as oficinas de produção de material educativo e informativo realizadas pelo Projeto Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Região Pólo Costa do Delta e na Região Pólo das Origens executado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI.

Nas oficinas, as pessoas efetivamente sensibilizadas e capacitadas puderam dar sua contribuição no campo da educação para a sustentabilidade do Turismo nas Regiões, numa demonstração de alcance dos resultados do projeto do ponto de vista da ampliação do conhecimento das comunidades no trato das temáticas do turismo sustentável, das potencialidades e fraquezas das atividades turísticas e das soluções alternativas pela via da educação e informação.

Entende-se que as sementes da palavra e do conhecimento foram semeadas em um terreno preparado e muito mais fértil do que antes da execução do Projeto garantindo bons frutos para os municípios na conquista do Turismo Sustentável.







